

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E CONFLITOS RELACIONADOS À ARBITRAGEM, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL/SP

Processo nº. 1131366-83.2016.8.26.0100

DECAR AUTOPEÇAS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), por seus advogados, nos autos de sua **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, que tramita perante este D. Juízo e r. Cartório, vem respeitosamente à presença de V. Exa., tendo em vista o deferimento do processamento da presente Recuperação Judicial, cuja intimação se deu por disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico de 08.02.2017, requerer a juntada do plano de recuperação (doc. 01), do laudo econômico-financeiro (doc. 02) e do laudo de avaliação de ativos (doc. 03), nos termos previstos no artigo 53, da Lei 11.101/2005, o qual deverá ser homologado por este D. Juízo caso não venha sofrer objeção dos credores, conforme previsto no artigo 56, do referido Diploma Legal, ou venha ser aprovado pela Assembleia Geral de Credores, na forma do artigo 45, da mesma Lei.

Outrossim, a Recuperanda requer a este D. Juízo que se digne de determinar a publicação de aviso aos credores (por meio de edital), nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei 11.101/05, para que se manifestem no prazo legal.

Termos em que,

P. Deferimento.

São Paulo, 10 de abril de 2017.

JOSÉ ARNALDO V. CIONE FILHO
OAB/SP 160.976

MATHEUS INÁCIO DE CARVALHO
OAB/SP 248.577



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA DECAR AUTOPEÇAS LTDA.

Processo de Recuperação Judicial nº 1131366-83.2016.8.26.0100, em curso perante o Meritíssimo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	Definições	4
1.2	Regras de Interpretação.....	6
1.2.1	Cláusulas e Anexos	6
1.2.2	Disposições do Plano.....	6
1.3	Resumo dos Meios de Recuperação Judicial	7
2	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	7
2.1	Histórico da Empresa.....	7
2.2	Estrutura Societária.....	7
3	ORIGENS DA CRISE E AÇÕES PARA SUA SUPERANÇA	8
3.1	Introdução.....	8
3.2	Descrição Pormenorizada das Origens da Crise e Ações para Superação	9
3.2.1	Complexidades em Capital de Giro.....	9
3.2.2	Aprimoramento dos Processos de Cadastro, Crédito e Cobrança	10
3.2.3	Reestruturação da Área Comercial	11
3.2.4	Aprimoramento de Controles Gerenciais.....	12
4	FORMAS DE PAGAMENTO DAS DÍVIDAS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	12
4.1	Pagamento aos Credores.....	12
4.2	Premissas de Pagamento.....	13
4.3	Proposta de Pagamento aos Credores.....	13
4.3.1	Dos Créditos de Natureza Trabalhista – Classe I.....	13
4.3.2	Dos Créditos com Garantia Real – Classe II.....	14
4.3.3	Dos Créditos Quirografários – Classe III.....	14
4.3.4	Dos Créditos Microempresas – Classe IV	16
5	CREDORES NÃO SUJEITOS.....	17
6	CRÉDITOS CONTINGENTES – DIVERGÊNCIAS E HABILITAÇÕES DE CRÉDITO	18
6.1	Inclusão, Alteração e Reclassificação dos Créditos.....	18
7	EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	18
7.1	Vinculação do Plano de Recuperação Judicial.....	18
7.2	Novação.....	18
7.3	Ratificação de Atos.....	18
8	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18
8.1	Meios de Pagamento.....	18
8.2	Informação das Contas Bancárias	19
8.3	Data de Pagamento.....	19
8.4	Comunicações	19
8.5	Lei Aplicável	19
8.6	Eleição de Foro	19

B



9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
	ANEXO I – LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRO	21
	ANEXO II – LAUDO DE AVALIAÇÃO DOS BENS E ATIVOS	22



Decar Autopeças Ltda. – Em Recuperação Judicial, Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.075.925/0001-96, com sede na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 6º andar, conjuntos 61 / 62, Pinheiros – São Paulo/SP, CEP 05407-003, doravante denominada simplesmente “DECAR” ou “Recuperanda”, apresenta, nos autos do processo de recuperação judicial nº 1131366-83.2016.8.26.0100, em curso perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP, em cumprimento ao disposto no art. 53 da Lei 11.101/2005 (“LFRE”), o presente Plano de Recuperação Judicial.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Definições

Os termos e expressões utilizados em letras maiúsculas ou minúsculas, sempre que mencionados no Plano, terão os significados a eles atribuídos nesta cláusula. Tais termos definidos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

- i. Administrador Judicial significa a V. Faccio Administrações, CNPJ – 14.845.974/0001-80 – representada por Valdor Faccio, conforme nomeado pelo Juízo da recuperação judicial, nos termos da decisão proferida em 16/12/2016.
- ii. “AGC” significa qualquer assembleia geral de credores, realizada nos termos do Capítulo II, Seção IV da LFRE.
- iii. “Código Civil” significa a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro 2002.
- iv. “Créditos” significa os créditos e obrigações detidos pelos credores contra a Recuperanda, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, objeto ou não de disputa judicial ou procedimento arbitral.
- v. “Créditos Sujeitos” significa os créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial, por força de operações, contratos e outras relações obrigacionais celebradas com a Recuperanda.
- vi. “Créditos Trabalhistas” significa os créditos sujeitos de natureza trabalhista e/ou acidentária, existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial contra a Recuperanda.
- vii. “Créditos com Garantia Real” significa os créditos sujeitos garantidos por direitos reais, nos termos do art. 41, inciso II da LFRE.
- viii. “Créditos Quirografários” significa os créditos sujeitos previstos nos arts. 41, inciso III, e 83, inciso VI, da LFRE contra a Recuperanda.

- ix. “Créditos Microempresas” significa os Créditos Concurtais detidos por microempresas ou empresas de pequeno porte, definidos conforme a Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 41, inciso IV da LFRE.
- x. “Créditos não Sujeitos” significa os créditos que não são sujeitos aos efeitos do processo de recuperação judicial, nos termos do art. 496 da LFRE, existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial, por força de operações, contratos e outras relações obrigacionais celebradas com a Recuperanda.
- xi. “Créditos Retardatários” significa os créditos sujeitos que forem habilitados após a publicação da lista de credores do Administrador Judicial na imprensa oficial na forma do disposto no artigo 7º, §2º da LFRE.
- xii. “Credores com Garantia Real” significa os credores titulares de créditos com garantia real.
- xiii. “Credores Não Sujeitos” significa os credores titulares de créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49 da LFRE.
- xiv. “Credores Sujeitos” significa os credores titulares de créditos concursais, sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.
- xv. “Credores Trabalhistas” significa os credores titulares de créditos trabalhistas.
- xvi. “Credores Quirografários” significa os credores titulares de créditos quirografários.
- xvii. “Credores Microempresa” significa os credores titulares de créditos enquadrados como ME, MEI e EPP.
- xviii. “Data de Homologação” significa a data da publicação da decisão que homologar o plano de recuperação judicial conjunto no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo.
- xix. “Juízo da RJ” significa o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.
- xx. “Laudo de Avaliação dos Bens e Ativos” significa o laudo de avaliação dos bens e ativos elaborado nos termos do artigo 53, incisos II e III da LFRE.
- xxi. “Laudo Econômico-Financeiro” significa o laudo de viabilidade econômico-financeiro elaborado nos termos do artigo 53, incisos II e III da LFRE.
- xxii. “Lista de Credores” significa a relação de credores da Recuperanda. Em caso de divergências entre a Lista de Credores da Recuperanda e a Lista de Credores que venha a ser publicada pelo Administrador Judicial ou outra posterior, na forma da LFRE, esta última prevalecerá.



- xxiii. “LFRE” significa a Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).
- xxiv. “Plano de Recuperação Judicial” ou “Plano” ou “PRJ” significa este documento, apresentado pela Recuperanda em atendimento ao art. 53 da LFRE.
- xxv. “Recuperação Judicial” significa o processo de recuperação judicial autuado sob nº 1131366-83.2016.8.26.0100, em curso perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP.
- xxvi. “Recuperanda” ou “Empresa” ou “DECAR” refere-se a sociedade Decar Autopeças Ltda. – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 61.075.925/0001-96.
- xxvii. “Taxa Referencial” ou “TR” significa a taxa constituída pelas trinta maiores instituições financeiras do país, assim consideradas em função do volume de captação de Certificado e Recibo de Depósito Bancário (CDB/RDB), dentre os bancos múltiplos com carteira comercial ou de investimento, bancos comerciais e de investimentos e caixas econômicas. A Taxa Referencial (TR) foi criada pela Lei nº 8.177/91, de 01 de março de 1991 e Resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 2.437, de 30 de outubro de 1997 e também corrige os saldos mensais da caderneta de poupança. É divulgada pelo Portal Brasil em sua página na Internet (<https://www.portalbrasil.net/indices.htm>), e para fins deste Plano, será considerada a variação em um período de um mês.
- xxviii. “SELIC” refere-se à taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para títulos federais. Para fins de cálculo da taxa, são considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação

1.2 Regras de Interpretação

1.2.1 Cláusulas e Anexos

Exceto se especificado de forma diversa, todas as cláusulas, itens e anexos mencionados neste Plano referem-se a cláusulas e anexos deste Plano. Referências a cláusulas ou itens deste Plano referem-se também às respectivas subcláusulas e subitens.

1.2.2 Disposições do Plano

Exceto quando disposto expressamente de forma diversa neste Plano: (i) todos os anexos a este Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Plano e qualquer anexo, o Plano prevalecerá; (ii) na hipótese de conflito entre as disposições deste Plano e as obrigações da DECAR previstas em contratos celebrados com qualquer credor anteriormente a data do pedido de recuperação judicial, o Plano prevalecerá.



1.3 Resumo dos Meios de Recuperação Judicial

Nos termos do art. 50 da LFRE a DECAR destaca os seguintes meios de recuperação que serão utilizados para viabilizar a superação de crise econômica e financeira:

- i. Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas;
- ii. Equalização de encargos financeiros relativos às dívidas sujeitas ao Plano de Recuperação Judicial;
- iii. Novação das dívidas sujeitas ao Plano de Recuperação Judicial;
- iv. Melhorias em processos internos e controles;
- v. Readequação dos prazos de recebimento de vendas e pagamento aos fornecedores;
- vi. Capitalização de depósitos judiciais.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1 Histórico da Empresa

Fundada em 1945, a DECAR é um distribuidor independente de peças automotivas de reposição, focada em mercados B2B, ou seja, comercializa seus produtos exclusivamente para usuários não-finais, como varejistas e centros automotivos.

Focada na importação, exportação e comercialização de autopeças de motores, caixas de engrenagens, suspensão e freios, a DECAR possui um portfólio de aproximadamente 25.000 itens para uma ampla gama de carros e veículos leves.

Desde sua fundação, a DECAR é reconhecida no Brasil e exterior como um fornecedor de autopeças de alta qualidade (OEM equivalente) e de kits pré-montados sob as marcas DECAR® e DC®, sendo uma referência quando se trata de confiabilidade e integridade.

Em novembro de 2014, houve uma mudança de controle acionário, momento em que a empresa passou a ser gerida por profissionais com relevante experiência adquirida em empresas multinacionais e nacionais de grande porte.

Em suma, é inquestionável a importância da DECAR não apenas pelos benefícios que desenvolvem para a economia, mas também ao setor automotivo.

2.2 Estrutura Societária

Em outubro de 2016, o total do capital social da DECAR era de R\$ 7,260 milhões, cuja composição está demonstrada a seguir:

Sócios	No Quotas	% Capital
Luiz Claudio Barone	4.719	65,0%
Tsuguio Takayma	1.815	25,0%
Flavio Luis de Medeiros	726	10,0%
Total	7.260	100,0%

Atualmente, as atividades da DECAR são desenvolvidas de forma coordenada e sob o controle societário, operacional, financeiro, administrativo e gerencial dos sócios.

3 ORIGENS DA CRISE E AÇÕES PARA SUA SUPERACÃO

3.1 Introdução

A crise financeira experimentada pela DECAR é fruto de uma conjunção de fatores ocorridos nos últimos anos que afetaram adversamente suas receitas, conforme evolução apresentada no gráfico a seguir, e consequentemente seu fluxo de caixa, o que impossibilitou a continuidade do pagamento pontual das obrigações junto a seus antigos e atuais colaboradores, fornecedores e instituições financeiras.



Este capítulo tem por objetivo detalhar os desafios enfrentados pela DECAR, bem como apresentar as ações de melhorias em curso e planejadas para cada um desses desafios. A implementação e a execução das referidas ações de melhorias e seus impactos na geração de valor foram elaborados com base em previsões, expectativas sobre eventos futuros, estratégias, projeções, e tendências financeiras que afetam suas atividades.

Todas as informações utilizadas, dentre elas, previsões, expectativas sobre eventos futuros, estratégias, projeções, e tendências financeiras que afetam as atividades da DECAR, constituem estimativas e declarações futuras que envolvem incertezas e riscos e que, portanto, não constituem garantias de resultados futuros. Da mesma forma, as propostas de melhoria e os consequentes efeitos na geração de valor da DECAR podem depender e, inclusive, ser substancialmente alterados em razão de muitos fatores importantes incontroláveis, tais como:

- i. Flutuações de mercado e do comportamento de outras partes interessadas;



- ii. Aspectos operacionais que podem fugir do controle ou divergir das expectativas dos gestores, como, por exemplo, aumento inesperado no custo operacional da DECAR;
- iii. Alterações nos preços dos produtos comercializados;
- iv. Alterações na regulamentação governamental do setor;
- v. Condições comerciais e políticas no Brasil;
- vi. Mudanças na situação macroeconômica do Brasil;
- vii. Disponibilidade de caixa para realizar desembolsos necessários à implementação das ações de melhoria;
- viii. Capacidade de obtenção de novos financiamentos;
- ix. Inflação, depreciação e desvalorização do Real e flutuações de taxa de juros;
- x. Intervenções governamentais que podem resultar em mudanças no ambiente econômico, tributário ou regulatório.

3.2 Descrição Pormenorizada das Origens da Crise e Ações para Superação

3.2.1 Complexidades em Capital de Giro

A situação de baixa liquidez enfrentada pela DECAR fez com que a prática de descontar recebíveis de clientes se tornasse imprescindível para a continuidade de suas operações. As taxas de juros cobradas tanto nessas operações de desconto de duplicatas como em outras modalidades de financiamento com bancos e financeiras são elevadíssimas e não refletem o risco incorrido por tais instituições.

Conforme quadro abaixo, a DECAR amortizou desde dezembro de 2015 aproximadamente R\$ 3,0 milhões de empréstimos e pagou R\$ 3,0 milhões de despesas financeiras. A seguir apresentamos quadro demonstrativo da posição de endividamento da DECAR junto às instituições financeiras:

Posição do Endividamento Decar

R\$ mil

Ano	Saldo Empréstimos e Financiamentos	Despesas Financeiras	Despesa Financeira / Empréstimo e Financiamentos	Total
2015	5.163	2.518	48,8%	7.681
out/16	2.223	475	21,4%	2.698

Apesar de ter diminuído o seu endividamento junto às instituições financeiras, a DECAR não conseguiu realizar novas captações de recursos para financiar suas necessidades de capital de giro, o que acarretou em uma acentuada queda em suas vendas.



Esta dificuldade em captação não foi uma exclusividade da DECAR. Somente em 2016, R\$ 1,0 trilhão de reais em financiamentos foram amortizados pelas empresas, mas não retornaram ao mercado em forma de novos financiamentos.

A seguir, para fins de ilustração, apresentamos reportagens sobre a crise de crédito:



Paralelamente às dificuldades de captação junto às instituições financeiras, o crédito que a DECAR possuía junto aos seus fornecedores foram reduzidos a partir de 2015, o que provocou um agravamento de sua liquidez.

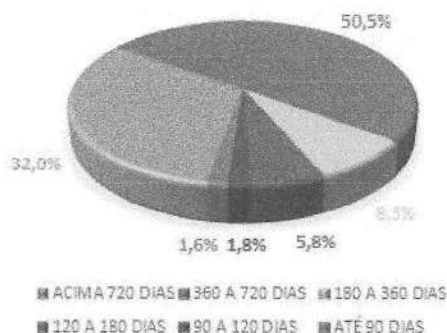
Ações de Melhorias:

- i. Esforços comerciais com clientes visando diminuir os prazos de recebimentos com clientes e alongar os prazos de pagamentos com fornecedores estão sendo realizados a partir de 2017. Como consequência, as necessidades de captação de recursos financeiros onerosos junto às instituições financeiras e fundos FIDC's estão sendo reduzidas.
- ii. Com relação aos estoques, a DECAR irá realizar melhorias no sistema de gerenciamento de estoques e compras de autopeças através do redesenho de seus processos operacionais internos, com o objetivo de reduzir o tempo de estocagem, trazendo assim impactos positivos em seus resultados e fluxo de caixa.
- iii. Aliado à menor necessidade de financiar sua necessidade de capital de giro, reduções já ocorridas na taxa SELIC bem como perspectivas de queda a curto prazo possibilitaram à DECAR realizar novas captações de recursos financeiros no mercado às taxas de juros mais favoráveis a partir de 2017.

3.2.2 Aprimoramento dos Processos de Cadastro, Crédito e Cobrança

Na data base de 31 de novembro de 2016, verificou-se que a DECAR possuía uma carteira de crédito inadimplente no valor aproximado de R\$ 2,1 milhões, dos quais 17,5% vencidas em até 360 dias. A seguir gráfico da idade dos créditos em atraso:

AGING CRÉDITOS EM ATRASO



Ações de Melhorias:

Já se encontram em andamento ações de melhoria visando reduzir o risco de não recebimentos bem como recuperação do saldo de créditos inadimplentes.

- ✓ Contratado serviços de recuperação de créditos com empresa especializada cuja remuneração é baseada 100% em sucesso;
- ✓ Aprimoramento dos processos de cadastro, crédito e cobrança, que inclui:
 - Revisão do cadastro de clientes;
 - Revisão da atual política de crédito;
 - Treinamento de profissionais nos novos processos;
 - Utilização de ferramentas mais adequadas para análise de crédito.

3.2.3 Reestruturação da Área Comercial

A DECAR adota um modelo híbrido para atendimento aos clientes – possui parcerias com empresas de representação comercial, sendo estes responsáveis por realizar visitas físicas, e vendedores internos, que acessam os clientes via telefone.

Com a mudança do controle acionário da empresa no final de 2014, representantes comerciais tinham a expectativa de serem indenizados pelos antigos sócios da DECAR. Como tal indenização não foi paga, os representantes comerciais acabaram por não mais focar na comercialização das autopeças da empresa, contribuindo, assim, com a acentuada queda nas vendas a partir do início de 2015.

Ações de Melhorias:

A nova administração da DECAR já resgatado o relacionamento com grande parte dos representantes comerciais ao final de 2016.



Adicionalmente, a DECAR fortaleceu seu canal de vendas direto com clientes através da contratação de 6 novos vendedores internos.

3.2.4 Aprimoramento de Controles Gerenciais

Para acompanhar o desempenho das operações, das ações que estão sendo praticadas e, principalmente, mitigar riscos, a DECAR planeja implementar um novo sistema de gestão - ERP, já que os diversos sistemas existentes não são interconectados, o que dificulta o acompanhamento, em tempo real, de seu planejamento orçamentário versus os resultados econômicos e financeiros realizados.

4 FORMAS DE PAGAMENTO DAS DÍVIDAS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O objetivo principal da recuperação judicial é viabilizar a superação da crise econômico-financeira do devedor. Pretende-se, na forma da lei, conciliar a manutenção e continuidade das atividades empresariais da DECAR e realizar o pagamento dos credores, de forma a propiciar o cumprimento de sua função social.

Com isso, a DECAR continuará a desempenhar normalmente suas funções, mantendo as atividades empresariais, gerando receitas e empregos, bem como recolhendo tributos e impostos.

Para demonstrar a geração de caixa originada pela operação DECAR e a consequente capacidade de pagamento, foram elaboradas projeções econômico-financeiras. Os demonstrativos de projeções de resultados e de fluxo de caixa, além de todas as premissas operacionais e financeiras das atividades que foram utilizadas como base, são demonstrados no laudo econômico-financeiro constante no Anexo I, consoante ao inciso III, do art. 53 da LFRE, que considera, além dos efeitos de todas as premissas de receitas, custos e despesas, os efeitos do plano de pagamentos aos credores determinado neste Plano.

Dessa forma, este Plano representa uma alternativa viável para o pagamento sustentável e ordenado das obrigações, uma vez que a DECAR destinará os recursos gerados pela continuidade das atividades para o pagamento dos credores.

4.1 Pagamento aos Credores

A premissa adotada para a elaboração da proposta é que a mesma seja condizente com a capacidade de pagamento demonstrada pelo laudo econômico-financeiro, de forma que possa ser superada a crise.

Diante disso, este Plano reflete condições econômicas e financeiras favoráveis, tendo em vista que (i) o pagamento de alguns créditos, nas condições de origem, levaria necessariamente a insuficiência de valores para pagamento dos demais créditos e (ii) a alteração dos prazos, termos e/ou condições de satisfação dos créditos, nos termos deste Plano, é a única forma possível e real de permitir que todos os credores recebam seus créditos.



4.2 Premissas de Pagamento

Todos os prazos de vencimento de parcelas e outras obrigações previstas neste Plano terão como base de início a data de publicação da decisão que homologar este plano de recuperação judicial no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo.

4.3 Proposta de Pagamento aos Credores

4.3.1 Dos Créditos de Natureza Trabalhista – Classe I

Os Credores Trabalhistas serão pagos de acordo com o art. 54 da LFRE, no qual receberão o valor de 100% (cem por cento) de seus respectivos créditos listados na relação de credores apresentada pela DECAR e/ou pelo Administrador Judicial, consoante com o artigo 7º, parágrafo 2º da Lei 11.101/05, até o décimo segundo mês após a Data de Homologação.

Forma de Pagamento

O pagamento a esse grupo de credores na conta bancária de cada credor, conforme indicado em 8.1 a 8.5 do Capítulo 8 deste Plano.

Proposta de Pagamento

Os Créditos Trabalhistas sujeitos aos efeitos da recuperação judicial serão pagos na exata proporção de 100% (cem por cento), até o décimo segundo mês após a Data de Homologação;

Atualização Monetária e Juros

Os créditos trabalhistas serão atualizados e remunerados pela TR, acrescidos de juros pré-fixados de 2% (dois por cento) ao ano, que começarão a incidir a partir da Data de Homologação.

Caso os índices propostos venham a ser extintos, passarão a vigor os novos índices que vierem a substituí-los.

A seguir apresentamos o quadro com o fluxo de pagamento aos credores Trabalhistas:

		R\$		
		Data Base:	Ano 1	
		Homologação	semestre 1	semestre 2
Créditos Trabalhistas (Classe I)	Crédito Original	1.543.829		
	Desconto	-		
	Crédito a ser Liquidado	1.543.829		
	Juros		15.438	15.593
	Pagamento			(1.574.860)
	Saldo	1.543.829	1.559.268	-
	Saldo de Credores	80	80	-



4.3.2 Dos Créditos com Garantia Real – Classe II

Na presente data não há créditos na classe com garantia real sujeitos à recuperação judicial.

Na hipótese de serem reconhecidos Créditos com Garantia Real, por decisão judicial, arbitral ou acordo entre as partes, seja na lista de credores do Administrador Judicial ou outra que vier a substituí-la, os referidos credores com garantia real terão o mesmo tratamento dado aos Créditos Quirografários – Classe III.

4.3.3 Dos Créditos Quirografários – Classe III

Forma de pagamento

O pagamento a esse grupo de credores na conta bancária de cada credor, conforme indicado em 8.1 a 8.5 do Capítulo 8 deste Plano.

Proposta de pagamento

Os Créditos Quirografários serão pagos com 48,63% (quarenta e oito por cento e sessenta e três milésimos) de desconto, em 18 (dezoito) parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em 18 meses após a Data de Homologação.

- i. a primeira parcela semestral no valor de R\$ 451,85 (quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos) a cada credor, até o limite do seu respectivo crédito. O eventual saldo de caixa será redistribuído igualmente aos credores até que seja nulo.
- ii. as 17 parcelas semestrais aos credores remanescentes de forma proporcional: dividindo o valor das parcelas proporcionalmente ao saldo devedor individual de cada credor perante o total devido no momento de cada pagamento.

Os pagamentos totalizarão ao final de 10 anos 51,37% (cinquenta e um por cento e trinta e sete milésimos) do saldo devido aos Credores Quirografários, que outorgarão quitação com os pagamentos até então realizados, para nada mais reclamarem contra a **DECAR**.

A seguir apresentamos o quadro com o fluxo de pagamento aos credores Quirografários:

		R\$				R\$
		Data Base: Homologação	Ano 1		Ano 2	
			semestre 1	semestre 2	semestre 3	semestre 4
Créditos Quirografários (Classe III)	Crédito Original	3.909.195				
	Desconto	48,63%				
	Crédito a ser Liquidado	2.008.212				
	Juros		20.082	20.283	20.486	20.401
	Pagamento				(28.918)	(43.378)
	Saldo	2.008.212	2.028.294	2.048.577	2.040.144	2.017.168
	Saldo de Credores	64	64	64	40	40



		R\$				R\$	
		Data Base:	Ano 3		Ano 4		
		Homologação	semestre 5	semestre 6	semestre 7	semestre 8	
Créditos Quirografários (Classe III)	Crédito Original	3.909.195					
	Desconto	48,63%					
	Crédito a ser Liquidado	2.008.212					
	Juros		20.172	19.836	19.228	18.558	
	Pagamento		(53.753)	(80.629)	(86.213)	(129.320)	
	Saldo	2.008.212	1.983.587	1.922.793	1.855.808	1.745.046	
	Saldo de Credores	64	40	40	40	40	

		R\$				R\$	
		Data Base:	Ano 5		Ano 6		
		Homologação	semestre 9	semestre 10	semestre 11	semestre 12	
Créditos Quirografários (Classe III)	Crédito Original	3.909.195					
	Desconto	48,63%					
	Crédito a ser Liquidado	2.008.212					
	Juros		17.450	16.781	15.682	14.846	
	Pagamento		(84.440)	(126.660)	(99.219)	(148.829)	
	Saldo	2.008.212	1.678.056	1.568.176	1.484.639	1.350.656	
	Saldo de Credores	64	40	40	40	40	

		R\$				R\$	
		Data Base:	Ano 7		Ano 8		
		Homologação	semestre 13	semestre 14	semestre 15	semestre 16	
Créditos Quirografários (Classe III)	Crédito Original	3.909.195					
	Desconto	48,63%					
	Crédito a ser Liquidado	2.008.212					
	Juros		13.507	12.485	10.874	9.656	
	Pagamento		(115.680)	(173.520)	(132.700)	(199.050)	
	Saldo	2.008.212	1.248.483	1.087.448	965.623	776.229	
	Saldo de Credores	64	40	40	40	40	

		R\$				R\$	
		Data Base:	Ano 9		Ano 10		
		Homologação	semestre 17	semestre 18	semestre 19	semestre 20	
Créditos Quirografários (Classe III)	Crédito Original	3.909.195					
	Desconto	48,63%					
	Crédito a ser Liquidado	2.008.212					
	Juros		7.762	6.337	4.146	2.502	
	Pagamento		(150.298)	(225.447)	(168.492)	(252.739)	
	Saldo	2.008.212	633.693	414.583	250.236	0	
	Saldo de Credores	64	40	40	40	-	

Atualização Monetária e Juros

Os créditos serão atualizados e remunerados pela TR - Taxa Referencial e acrescidos de juros pré-fixados de 2% (dois por cento) ao ano, que começarão a incidir a partir da Data de Homologação.

Caso os índices propostos venham a ser extintos, passarão a vigor os novos índices que vierem a substituí-los.

[Handwritten signature]



4.3.4 Dos Créditos Microempresas – Classe IV

Forma de pagamento

O pagamento a esse grupo de credores na conta bancária de cada credor, conforme indicado em 8.1 a 8.5 do Capítulo 8 deste Plano.

Proposta de pagamento

Os Créditos com micro empresas e empresas de pequeno porte serão pagos com 48,63% (quarenta e oito por cento e sessenta e três milésimos) de desconto, em 18 (dezoito) parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em 18 meses após a Data de Homologação.

- i. a primeira parcela semestral no valor de R\$ 200,15 (duzentos reais e quinze centavos) a cada credor, até o limite do seu respectivo crédito. O eventual saldo de caixa será redistribuído igualmente aos credores até que seja nulo.
- ii. as 17 parcelas semestrais aos credores remanescentes de forma proporcional: dividindo o valor das parcelas proporcionalmente ao saldo devedor individual de cada credor perante o total devido no momento de cada pagamento.

Os pagamentos totalizarão ao final de 10 anos 51,37% (cinquenta e um por cento e trinta e sete milésimos) do saldo devido aos Credores Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, que outorgarão quitação com os pagamentos até então realizados, para nada mais reclamarem contra a **DECAR**.

A seguir apresentamos o quadro com o fluxo de pagamento aos credores:

		R\$				R\$
		Data Base:	Ano 1		Ano 2	
		Homologação	semestre 1	semestre 2	semestre 3	semestre 4
Créditos Empresas de Pequeno Porte e Micro Empresas (Classe IV)	Crédito Original	405.850				
	Desconto	48,63%				
	Crédito a ser Liquidado	208.491				
	Juros		2.085	2.106	2.127	2.118
	Pagamento				(3.002)	(4.503)
	Saldo	208.491	210.576	212.682	211.807	209.421
	Saldo de Credores	15	15	15	12	12

		R\$				R\$
		Data Base:	Ano 3		Ano 4	
		Homologação	semestre 5	semestre 6	semestre 7	semestre 8
Créditos Empresas de Pequeno Porte e Micro Empresas (Classe IV)	Crédito Original	405.850				
	Desconto	48,63%				
	Crédito a ser Liquidado	208.491				
	Juros		2.094	2.059	1.996	1.927
	Pagamento		(5.581)	(8.371)	(8.951)	(13.426)
	Saldo	208.491	205.935	199.623	192.669	181.170
	Saldo de Credores	15	12	12	12	12



		R\$				R\$
		Data Base:	Ano 5		Ano 6	
		Homologação	semestre 9	semestre 10	semestre 11	semestre 12
Créditos Empresas de Pequeno Porte e Micro Empresas (Classe IV)	Crédito Original	405.850				
	Desconto	48,63%				
	Crédito a ser Liquidado	208.491				
	Juros		1.812	1.742	1.628	1.541
	Pagamento		(8.767)	(13.150)	(10.301)	(15.451)
	Saldo	208.491	174.215	162.807	154.134	140.224
	Saldo de Credores	15	12	12	12	12

		R\$				R\$
		Data Base:	Ano 7		Ano 8	
		Homologação	semestre 13	semestre 14	semestre 15	semestre 16
Créditos Empresas de Pequeno Porte e Micro Empresas (Classe IV)	Crédito Original	405.850				
	Desconto	48,63%				
	Crédito a ser Liquidado	208.491				
	Juros		1.402	1.296	1.129	1.003
	Pagamento		(12.010)	(18.015)	(13.777)	(20.665)
	Saldo	208.491	129.617	112.898	100.250	80.588
	Saldo de Credores	15	12	12	12	12

		R\$				R\$
		Data Base:	Ano 9		Ano 10	
		Homologação	semestre 17	semestre 18	semestre 19	semestre 20
Créditos Empresas de Pequeno Porte e Micro Empresas (Classe IV)	Crédito Original	405.850				
	Desconto	48,63%				
	Crédito a ser Liquidado	208.491				
	Juros		806	658	430	260
	Pagamento		(15.604)	(23.406)	(17.493)	(26.239)
	Saldo	208.491	65.790	43.042	25.979	0
	Saldo de Credores	15	12	12	12	-

Atualização Monetária e Juros

Os créditos serão atualizados e remunerados pela TR - Taxa Referencial e acrescidos de juros pré-fixados de 2% (dois por cento) ao ano, que começarão a incidir a partir da Data de Homologação.

Caso os índices propostos venham a ser extintos, passarão a vigor os novos índices que vierem a substituí-los.

5 CREDORES NÃO SUJEITOS

Este Plano não contempla proposta específica para os Créditos Não Sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, por força do art. 49 da LRF. Os mesmos serão negociados individualmente de acordo com a particularidade de cada crédito, porém no fluxo de caixa projetado no laudo econômico-financeiro, já estão provisionadas verbas para os pagamentos destes créditos. Desta forma, as condições ora descritas estão incluídas no presente Plano para fins de transparência e conhecimento de todos os Credores.



6 CRÉDITOS CONTINGENTES – DIVERGÊNCIAS E HABILITAÇÕES DE CRÉDITO

6.1 Inclusão, Alteração e Reclassificação dos Créditos

Caso, por decisão judicial transitada em julgado, ou acordo entre as partes, seja determinada a inclusão, alteração ou reclassificação de qualquer dos créditos, com a sua inclusão em classe distinta da indicada na Lista de Credores do Administrador Judicial, o crédito reclassificado deverá ser pago nos termos e condições previstos neste Plano para a classe aplicável, a contar da inclusão, alteração ou reclassificação determinada.

7 EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

7.1 Vinculação do Plano de Recuperação Judicial

As disposições deste Plano vinculam a DECAR e os credores, e os respectivos cessionários e sucessores, a partir da Data de Homologação.

7.2 Novação

A inexistência de recurso com efeito suspensivo (ou ação judicial com mesmo efeito) interposto contra a homologação do Plano acarretará a novação dos créditos concursais anteriores ao pedido, conforme a previsão contida no art. 59 da LFRE e obriga a DECAR e todos os credores sujeito aos Plano.

Com a ocorrência da quitação, os credores serão considerados como tendo quitado, liberado e/ou renunciado todos e quaisquer créditos, e não mais poderão reclamá-los contra a DECAR.

7.3 Ratificação de Atos

A aprovação deste Plano pela Assembleia Geral de Credores representa a concordância e ratificação da DECAR e dos credores de todos os atos praticados e obrigações contraídas pela DECAR no curso da recuperação judicial.

8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Meios de Pagamento

Os valores devidos aos credores nos termos deste Plano serão pagos diretamente nas contas bancárias dos credores por meio da transferência direta de recursos à conta bancária, por meio de Documento de Ordem de Crédito (DOC), de Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou Depósito Bancário. O comprovante do valor creditado a cada credor servirá de prova de quitação do respectivo pagamento.



8.2 Informação das Contas Bancárias

Para a realização dos pagamentos, os credores devem informar seus dados cadastrais atualizados e informações de conta bancária para esse fim, mediante comunicação por escrito e com aviso de recebimento (AR), ou através de mensagem de email endereçada à DECAR, com os dados completos para pagamento: (i) cópia do contrato social; (ii) procuração do representante do crédito; (iii) nome e número do banco; (iv) número da agência e conta corrente; (v) nome completo ou nome empresarial; e (vi) C.P.F. ou C.N.P.J., a partir da Data de Homologação deste Plano.

A conta bancária para o pagamento deverá obrigatoriamente ser de titularidade do Credor ou por procurador especificamente constituído para tal fim.

8.3 Data de Pagamento

Os pagamentos deverão ser realizados nas datas dos respectivos vencimentos, tendo como base o dia da Data de Homologação. Na hipótese de qualquer pagamento deste Plano estar previsto para ser realizado em um dia que não seja considerado dia útil, o referido pagamento deverá ser realizado, conforme o caso, imediatamente no próximo dia útil.

Exclusivamente em caso de inadimplemento de quaisquer parcelas do plano, incidirão nessa hipótese juros de mora na forma do artigo 406 do Código Civil de 1% ao mês, que incidirão sobre os valores vencidos e não pagos.

8.4 Comunicações

Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações com a DECAR, requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando (i) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por courier, e efetivamente entregues; ou (ii) enviadas por e-mail com comprovante de entrega, observando-se os dados de contato a seguir:

Decar Autopeças Ltda.
Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 6º andar, conjuntos 61 / 62
Pinheiros – São Paulo/SP
CEP 05407-003
E-mail: admin@decar.com.br

8.5 Lei Aplicável

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, tendo como base sempre a LFRE.

8.6 Eleição de Foro

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano serão resolvidas: (i) pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de recuperação judicial; e (ii) pelos juízos competentes no Brasil ou no exterior, conforme




estabelecido nos contratos originais firmados entre a DECAR e os respectivos credores, após o encerramento do processo de recuperação judicial.

Este Plano é firmado pelos representantes legais da DECAR, assim constituídos na forma do respectivo contrato social e é acompanhado da página de assinaturas, do Laudo de Viabilidade Econômico-Financeiro e do Laudo de Avaliação dos Bens e Ativos, subscrito por empresa especializada, na forma da LFRE.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A DECAR entende que a proposta constante do presente Plano é a melhor alternativa aos credores, já que demonstra com clareza que a continuidade de suas operações mediante à sua aprovação pela Assembleia Geral de Credores possibilitará a liquidação de todas as dívidas, a manutenção e geração de empregos bem como o pagamento de tributos e impostos.

São Paulo, 09 de Abril de 2017.



DECAR AUTOPEÇAS LTDA. – em Recuperação Judicial
CNPJ sob nº 61.075.925/0001-96



ANEXO I – LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRO



**LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRO DA
DECAR AUTOPEÇAS LTDA. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	ABRANGÊNCIA E LIMITAÇÃO DE ESCOPO.....	3
3.	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	5
3.1.	Histórico.....	5
3.2.	Estrutura Societária.....	5
3.3.	Organograma Corporativo e Sócios	6
3.4.	Operações.....	7
4.	LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO	9
4.1.	Projeções Macroeconômicas	9
4.2.	Mercado de Atuação da DECAR.....	9
4.2.1.	O Setor Automotivo	9
4.3.	Projeções Econômico-Financeiras	17
4.4.	Premissas Projetivas	18
4.4.1.	Receita Bruta de Vendas.....	18
4.4.2.	Impostos sobre Vendas	19
4.4.3.	Lucro Bruto	19
4.4.4.	Margem de Contribuição.....	20
4.4.5.	Despesas Gerais e Administrativas	21
4.4.6.	Depreciação.....	21
4.4.7.	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.....	22
4.4.8.	Investimentos	22
4.4.9.	Premissas de Capital de Giro.....	22
4.5.	Demonstrativos de Resultados Projetados.....	23
5.	CONCLUSÃO.....	27



1. INTRODUÇÃO

Esse Laudo Econômico Financeiro tem por objetivo cumprir o quanto determinado pelo art. 53, III, fornecendo subsídios para suportar a viabilidade do Plano de Recuperação Judicial da empresa **Decar Autopeças Ltda. - em Recuperação Judicial**, tendo em vista as premissas aqui adotadas e as ressalvas contidas nesse capítulo.

2. ABRANGÊNCIA E LIMITAÇÃO DE ESCOPO

Este Laudo Econômico-Financeiro contém informações, estimativas e projeções elaboradas, coletadas ou revisadas por terceiros ou obtidas de fontes públicas, as quais, todavia, não foram verificadas de forma independente pela Premiumbravo. Tais informações estão sujeitas a erros. Além disso, o conteúdo da apresentação não foi analisado e/ou verificado sob o ponto de vista legal, contábil, tributário, fiscal ou de qualquer outro ponto de vista que não o econômico-financeiro.

As análises e avaliações contidas neste Laudo Econômico-Financeiro se baseiam em previsões de resultados financeiros futuros. Portanto, este Laudo não é necessariamente indicativo de resultados futuros reais, que poderão ser significativamente mais ou menos favoráveis do que os sugeridos nestas projeções, tendo em vista, ainda, que estas análises são intrinsecamente sujeitas às incertezas e diversos eventos ou fatores que estão fora do controle da Premiumbravo.

As premissas utilizadas na elaboração deste Laudo Econômico-Financeiro foram, em grande parte, fornecidas pela **DECAR** e refletem sua expectativa em relação ao futuro, tendo impacto em seus negócios atuais e futuros e, portanto, em suas projeções financeiras. Com relação à preparação deste Laudo, a Premiumbravo analisou, entre outras informações: (i) análises e projeções financeiras da **DECAR**, elaboradas por sua administração; (ii) demonstrações financeiras não auditadas nos últimos quatro anos; (iii) informações mercadológicas disponibilizadas por associações de classe; (iv) informações financeiras gerenciais relativas à **DECAR**. Adicionalmente, a Premiumbravo realizou reuniões com membros integrantes da administração da **DECAR** com relação às suas avaliações sobre os negócios e operações, condições financeiras, informações contábeis históricas, e perspectivas futuras.

O escopo deste Laudo não incluiu a auditoria ou revisão das demonstrações financeiras da **DECAR** ou a verificação da veracidade de todas as informações transmitidas pela empresa, seus funcionários e prepostos. Confiamos, portanto, na qualidade, suficiência, exatidão e completude de tais informações. Além disso, não acreditamos que os administradores e executivos da **DECAR** estavam cientes de qualquer fato ou circunstância que fizesse com que tais informações se tornassem inexatas ou transmitissem um entendimento equivocado. Entretanto, não assumimos qualquer responsabilidade ou obrigação relacionada à exatidão, veracidade, integridade ou suficiência de tais informações, as quais são de única e exclusiva responsabilidade da **DECAR**. Adicionalmente, nós não assumimos qualquer obrigação de conduzir, como de fato não conduzimos, qualquer inspeção física das propriedades e instalações da **DECAR** ou qualquer forma de investigação independente sobre as informações fornecidas pela sua administração.



A Premiumbravo, seus administradores, quotistas, sociedades parceiras, controladas e coligadas, seus empregados e representantes não expressam nenhuma opinião, não garantem e nem assumem qualquer responsabilidade pela correção, suficiência, consistência ou completude de qualquer das informações apresentadas neste Laudo Econômico-Financeiro, por qualquer omissão ou por quaisquer perdas ou danos, de qualquer natureza, que decorram do uso das informações contidas neste Laudo, ou que sejam obtidas por qualquer outro meio. A Premiumbravo não é responsável pela conclusão das operações descritas neste Plano e seu conteúdo não deve ser interpretado como aconselhamento financeiro, tributário, fiscal, jurídico ou de qualquer outra natureza.

A Premiumbravo não assume qualquer responsabilidade caso os resultados futuros difiram substancialmente das projeções apresentadas neste Laudo e não presta qualquer representação ou garantia em relação a tais estimativas. O Laudo Econômico-Financeiro da **DECAR** foi baseado em condições econômicas, monetárias, de mercado e outras em vigor, bem como em informações disponibilizadas pela administração da **DECAR**, e a Premiumbravo não assume qualquer responsabilidade de atualizar, revisar ou reafirmar este Laudo com base em circunstâncias, desenvolvimentos ou eventos que ocorram após esta data. As premissas e projeções consideradas podem ser alteradas por diversos fatores, entre os quais (i) mudanças no setor de atuação da **DECAR**; (ii) mudanças de tarifas, impostos, tributos ou outras alterações governamentais; (iii) alterações nas condições macroeconômicas, como a taxa básica de juros, taxa de câmbio, risco país, etc.; (iv) impedimento, atraso ou dificuldade da **DECAR** na implementação do Plano de Recuperação; (v) mudanças em relação à expectativa atual **DECAR** em fatores operacionais; (vi) dificuldade da **DECAR** em realizar seus investimentos previstos em função de alterações de preço ou atrasos operacionais. Além disso, em função dos julgamentos subjetivos e das incertezas inerentes às projeções, e considerando que as projeções se baseiam em determinadas suposições sujeitas a incertezas e contingências relevantes externas ao controle da Premiumbravo, não há garantia de que as projeções ou conclusões extraídas das mesmas serão concretizadas. A Premiumbravo não será responsável por perdas diretas ou lucros cessantes que sejam decorrentes do uso deste Laudo.

O Laudo Econômico-Financeiro foi elaborado a pedido da **DECAR** e não deve ser interpretado por qualquer credor como recomendação de investimento ou opinião em relação à recuperação judicial, nem deve ser utilizado por qualquer credor como instrumento para tomada de decisão de voto ou para exercer quaisquer outros direitos no contexto da recuperação judicial.

Adicionalmente, este Laudo deverá ser considerado somente em sua totalidade para fins de avaliação independente e, portanto, qualquer análise ou conclusão baseada em partes isoladas ou segmentos tomados fora do contexto geral será considerada incompleta e, possivelmente, incorreta. Por fim, este Laudo não deve ser utilizado para nenhuma outra finalidade além do encaminhamento ao Juízo da Recuperação Judicial, como parte integrante do Plano de Recuperação, conforme estabelecido na Lei Nº 11.101/05, art. 53.



3. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

3.1.Histórico

Fundada em 1945, a **DECAR** é um distribuidor independente de peças automotivas de reposição, focada em mercados B2B, ou seja, comercializa seus produtos exclusivamente para usuários não-finais, como varejistas e centros automotivos.

Desde sua fundação, a **DECAR** é reconhecida no Brasil e exterior como um fornecedor de autopeças de alta qualidade (OEM equivalente) e de kits pré-montados sob as marcas **DECAR®** e **DC®**, sendo uma referência quando se trata de confiabilidade e integridade.

Focada na importação, exportação e comercialização de autopeças de motores, caixas de engrenagens, suspensão e freios, a **DECAR** possui um portfólio de aproximadamente 25.000 itens para uma ampla gama de carros e veículos leves.

A empresa estava estrategicamente localizada no lado oeste da cidade de São Paulo, junto à Avenida Marques de São Vicente e Marginal do Rio Tiete, em instalações que ocupavam 8 000 m². Após sua aquisição em final do ano de 2014 por ex-executivos provenientes de empresas brasileiras e multinacionais, suas operações foram terceirizadas em galpão logístico de 2.800 m² localizado em Barueri com o objetivo de recuperar a rentabilidade do negócio face a crise econômica que se estabeleceu no País.

Atualmente, a **DECAR** comercializa autopeças através de uma estrutura comercial eficiente composta por um equipe interna de televendas e 60 representantes comerciais localizados em todo território nacional, suportados por sistemas de CRM, revistas, site e catálogos. Possui mais de 2.700 clientes ativos e construiu ao longo de sua trajetória uma relação de parceria com mais de 200 fornecedores nacionais e internacionais.

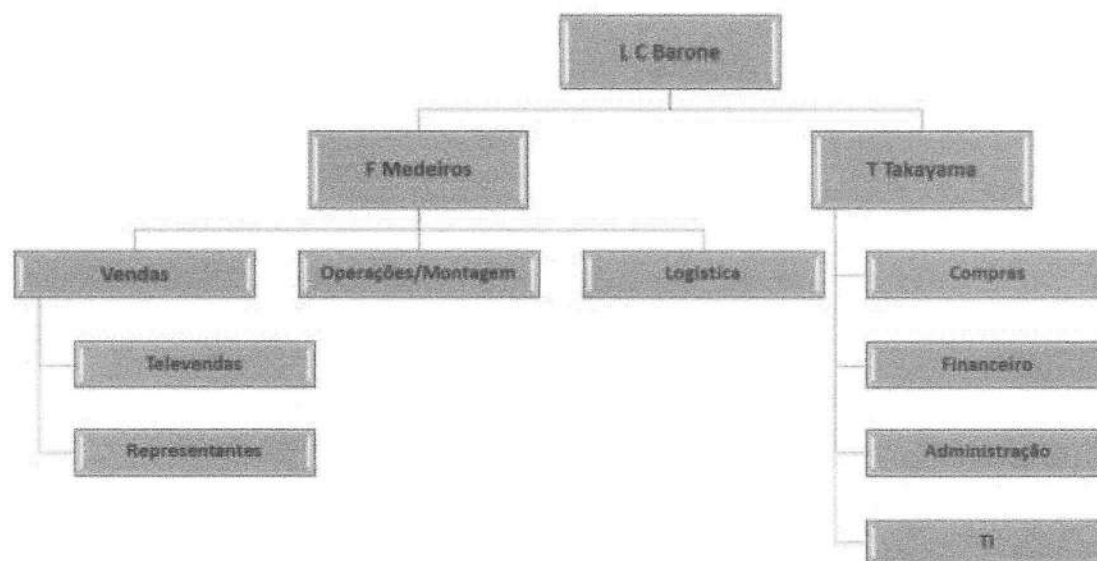
3.2.Estrutura Societária

Em outubro de 2016, o total do capital social da **DECAR** era de, aproximadamente, R\$ 7,260 milhões., cuja composição está demonstrada a seguir:

Sócios	Nº Quotas	% Capital
Luiz Claudio Barone	4.719	65,0%
Tsuguio Takayma	1.815	25,0%
Flavio Luis de Medeiros	726	10,0%
Total	7.260	100,0%

3.3. Organograma Corporativo e Sócios

A seguir apresentamos sua estrutura organizacional e uma breve descrição da experiência profissional e qualificações de seus acionistas e administradores:

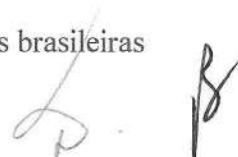


Luiz Barone – Diretor Presidente

- i. 30 anos de experiência profissional em cargos de direção de empresas brasileiras e multinacionais;
- ii. 13 anos de experiência profissional como Presidente e/ou Diretor Geral de empresas;
- iii. Diretor Comercial da empresa Diageo Brasil, empresa multinacional considerada a maior fabricante de bebidas alcoólicas premium do mundo, tem sob seu portfólio mais de 100 marcas diferentes e consagradas como Johnnie Walker, Smirnoff, Guinness e Buchanan's, entre outras;
- iv. Experiência como membro do Conselho de Administração de empresas brasileiras e multinacionais;
- v. Engenheiro Civil com M.B.A (Mestrado em Administração de Empresas) pela INSEAD, França.

Tsuguo Takayama – Diretor Administrativo-Financeiro

- i. 33 anos de experiência profissional em cargos de direção de empresas brasileiras e multinacionais;





- ii. Ocupou cargo de Diretor Financeiro nas empresas Diageo Brasil, Warner Music e Videolar;
- iii. Expressiva experiência profissional em relações internacionais e negócios;
- iv. MBA (Mestrado em Administração de Empresas) pela FGV (Fundação Getúlio Vargas);

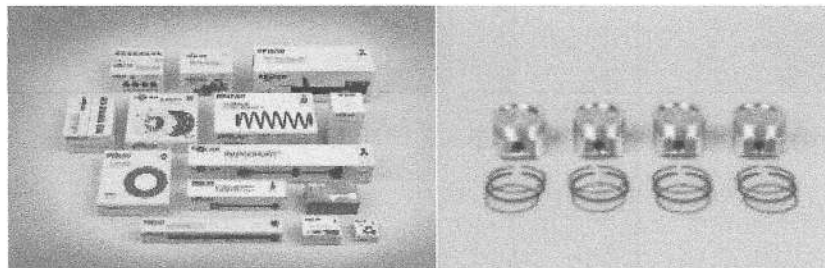
Flávio Medeiros – Diretor Comercial e Operacional

- i. 40 anos de experiência profissional em cargos de direção de empresas brasileiras e multinacionais;
- ii. Ocupou cargos de Gerente Regional de Vendas e Diretoria Comercial nas empresas Solorrico Cargill, Diageo Brasil, Arbor Brasil e Thikará Sake;
- iii. Expressiva experiência profissional em gestão de equipes comerciais, negociação e planejamento comercial;
- iv. Graduação em andamento em Direito pela UNIP;
- v. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Anhembi Morumbi;
- vi. Inglaterra - The Ken Blanchard Companies - Managing Self;
- vii. Inglaterra - London Bechenham - King's School of English;
- viii. Estados Unidos - CES New York – Intensive Course – Embasse.

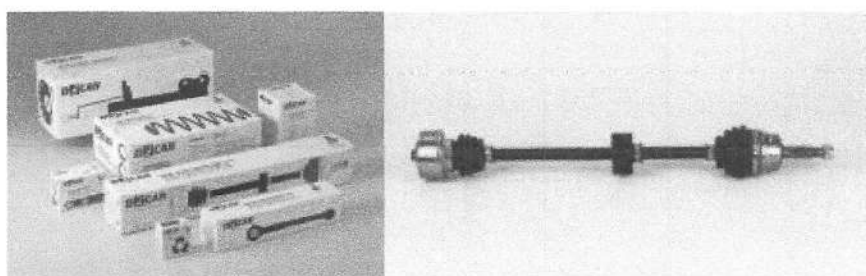
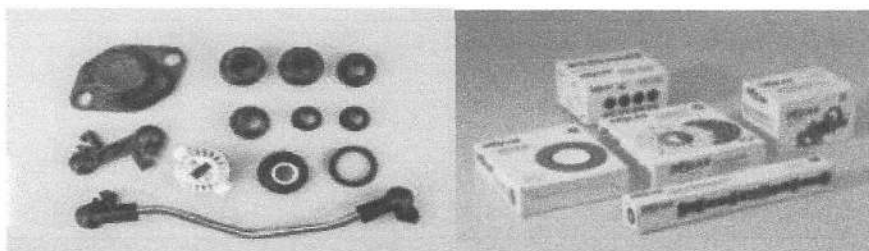
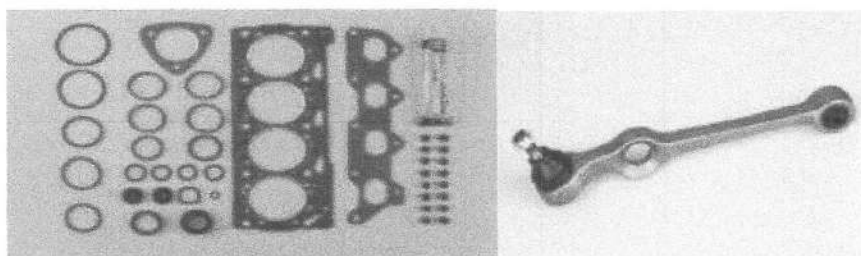
3.4. Operações

A **DECAR** completou em 2015 sete décadas de atuação no mercado de reposição automotiva brasileiro através da comercialização de mais de 25 mil itens para automóveis nacionais e importados, com especialização nas linhas de Motor, Câmbio, Suspensão e Freios para veículos leves. Desde 1977 trabalha com as marcas próprias **DECAR®** e **DC®** e como diferencial fornece kits de motor, câmbio, suspensão e freios.

Apresentamos a seguir alguns exemplos de peças e kits comercializados pela **DECAR**:



Handwritten signatures and initials.



Handwritten signature or initials.

4. LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Projeções Macroeconômicas

A seguir apresentamos dados macroeconômicos que evidenciam a crise econômica do Brasil nos últimos 3 anos bem como estimativas de melhora para os próximos anos:

	2014	2015	2016	2017*	2018*	2019*	2020*	2021*	2022*	2023*
Crescimento Real do PIB (% aa.)	0,5	-3,8	-3,0	0,3	2,5	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Agreguecária (%)	2,8	3,6	-6,6	6,0	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Indústria (%)	-1,5	-6,3	-3,8	0,5	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Serviços (%)	1,0	-2,7	2,7	0,0	2,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
PIB Nominal (R\$ bilhões)	5.779	6.090	6.267	6.007	7.157	7.792	8.483	9.236	10.055	10.947
População - milhões	202,8	204,5	206,1	207,7	209,2	210,7	212,1	213,4	214,7	216,0
PIB per capita - R\$	28.500	29.345	30.410	31.815	34.214	36.988	40.000	43.271	46.823	50.682
Vendas no varejo - Restrita (%)	2,2	-4,2	-6,2	0,0	2,5	3,0	3,2	3,2	3,2	3,2
Produção Industrial (%)	-3,3	-8,3	6,6	1,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Taxa de desemprego (% - média) - Pnad Contínua	6,7	8,4	11,5	12,9	12,8	12,3	11,8	11,3	10,6	10,6
Taxa de Crescimento da Massa Salarial - IBGE (%)	2,7	0,4	-4,2	1,0	2,5	3,0	3,5	3,5	3,5	3,2
Rendimento médio real - IBGE (%)	1,2	0,2	-2,4	1,0	1,2	1,4	2,0	2,0	2,0	2,0
IPCA (IBGE) - % aa.	6,4	10,7	6,3	3,9	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
IGP-M (FGV) - % aa.	3,7	10,5	7,2	4,5	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Taxa Selic Meta (% aa.)	11,75	14,25	13,75	8,50	8,50	8,50	8,00	8,00	8,00	8,00
CDI (% aa.) - Taxa dezembro	11,51	14,14	13,63	8,43	8,38	8,38	7,88	7,89	7,88	7,88
Taxa Selic nominal (acumulado 12 meses) %	10,91	13,29	14,03	10,52	8,33	8,43	7,96	7,87	7,87	7,87
Taxa Selic real / IPCA (acumulado 12 meses) %	-4,2	-2,4	7,3	6,4	3,7	3,8	3,3	3,2	3,2	3,2
Taxa Selic real / IGP-M (acumulado 12 meses) %	7,0	2,5	6,4	5,8	3,2	3,5	2,8	2,7	2,7	2,7
TJLP (% aa.) - acumulado no ano	5,0	6,2	7,5	7,4	7,1	6,9	6,6	6,4	6,1	6,0
Câmbio (R\$/US\$) - (Média Ano)	2,35	3,33	3,49	3,07	3,18	3,30	3,40	3,51	3,62	3,74
Câmbio (R\$/US\$) - (Final de período)	4,66	3,00	3,26	3,10	3,33	3,35	3,45	3,37	3,68	3,81
Exportações (em US\$ Bilhões)	224,1	190,1	184,5	206,1	211,5	236,9	258,1	268,4	279,1	290,3
Importações (em US\$ Bilhões)	230,7	172,4	139,4	153,8	174,0	196,5	211,5	220,0	228,8	238,0
Balança Comercial (em US\$ Bilhões)	-6,6	17,7	45,0	52,3	37,5	40,3	46,5	48,4	50,3	52,3
Saldo em Trans. Correntes (% do PIB)	-4,2	-3,3	-1,3	-1,4	-2,6	-2,8	-2,7	-2,7	-2,8	-2,8
Saldo em Trans. Correntes (US\$ bilhões)	-104,2	-58,9	-23,5	-28,8	-54,3	-62,1	-64,4	-68,9	-73,8	-79,0
Reservas Internacionais (em US\$ bilhões)	374,1	368,7	372,2	377,4	393,5	390,4	398,2	nd	nd	nd
Investimento Direto no País (em US\$ bilhões)	96,9	75,1	78,8	75,0	78,8	82,7	86,8	91,2	95,7	100,5
Resultado Primário (% do PIB) - Fim do período	-0,50	-1,85	-2,51	-2,50	-1,04	-0,70	0,50	0,50	0,50	0,50
Déficit nominal sem câmbio (% PIB)	6,0	10,2	9,1	8,7	6,6	5,1	3,8	3,8	3,8	3,8
Dívida bruta (% PIB)	57,2	66,2	69,5	76,0	81,8	84,9	86,5	nd	nd	nd
Crédito Geral (Cresc. em % aa.)	11,3	6,7	-3,5	1,0	4,0	7,9	8,8	9,0	9,0	9,3
Índice de Inadimplência Pessoa Física (em %)	5,3	6,2	6,0	5,8	5,6	5,2	5,2	5,2	5,2	5,2
Índice de Inadimplência Pessoa Jurídica (em %)	3,4	4,5	5,2	4,9	3,6	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Taxa de Câmbio - US\$/Euro - Fim do Período	1,21	1,09	1,05	1,05	1,10	1,15	1,15	1,22	1,24	1,26
Taxa de Câmbio - US\$/Euro - Média ano	1,32	1,10	1,10	1,06	1,08	1,13	1,15	1,20	1,20	1,20
Taxa de Câmbio - R\$/Euro - Fim do Período	3,21	4,24	3,43	3,26	3,58	3,85	3,97	4,35	4,57	4,80
Taxa de Câmbio - R\$/Euro - Média ano	3,11	3,08	3,85	3,24	3,43	3,72	3,91	4,21	4,35	4,49

Fonte: Banco Brasileiro - 17.03.2017

4.2. Mercado de Atuação da DECAR

4.2.1. O Setor Automotivo

O setor automotivo é formado pelas indústrias automobilísticas e de autopeças e envolve veículos motorizados dos segmentos leve e pesado, como por exemplo, carros, motos, caminhões de pequeno e grande porte, ônibus, tratores de minerações, tratores agrícolas, tratores da construção civil, dentre outros.



O setor é fomentado pelas indústrias montadoras de veículos e pelos seus fornecedores de partes e peças, divididos entre 1º e 2º níveis.

No 1º nível encontram-se os fornecedores diretos das montadoras, participando mais intensamente da produção e desenvolvimento de novos projetos, com maior presença nas grandes corporações multinacionais. No 2º nível estão empresas nacionais, pouco internacionalizadas, que produzem partes e peças de componentes forjados, fundidos, estampados, usinados, etc. Os dois níveis atendem também ao mercado de reposição, mundialmente conhecido como *aftermarket*, sendo responsáveis pelo abastecimento do mercado de reparação da frota já em circulação.

4.2.1.1. A Indústria Automobilística

Segundo o Anuário da Indústria Automobilística Brasileira de 2017, realizado pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), o faturamento desse setor foi de US\$ 50.795 milhões em 2015, uma queda de 48,6% em relação ao ano de 2013, o que aponta uma grave crise do setor nestes últimos anos.

Faturamento Líquido por Setor

	Autoveículos		Máquinas Rodoviárias e Agrícolas		Total	
	Valor	Crescimento s/ Ano anterior	Valor	Crescimento s/ Ano anterior	Valor	Crescimento s/ Ano anterior
2000	18.366		1.705		20.071	
2001	16.029	-12,7%	1.683	-1,3%	17.712	-11,6%
2002	13.831	-13,7%	1.890	12,3%	15.721	-11,2%
2003	15.698	13,5%	2.388	26,3%	18.086	15,0%
2004	22.306	42,1%	3.862	61,7%	26.168	44,7%
2005	30.663	37,5%	3.519	-8,9%	34.182	30,6%
2006	37.344	21,8%	3.784	7,5%	41.128	20,3%
2007	52.316	40,1%	5.884	55,5%	58.200	41,5%
2008	65.599	25,4%	7.920	34,6%	73.519	26,3%
2009	62.366	-4,9%	5.953	-24,6%	68.319	-7,1%
2010	83.116	33,3%	9.386	57,7%	92.502	35,4%
2011	93.566	12,6%	11.835	26,1%	105.401	13,9%
2012	83.633	-10,6%	10.296	-13,0%	93.929	-10,9%
2013	87.294	4,4%	11.587	12,5%	98.881	5,3%
2014	75.038	-14,0%	9.863	-14,9%	84.901	-14,1%
2015	45.665	-39,1%	5.130	-48,0%	50.795	-40,2%

1) Faturamento sem impostos

2) Valores convertidos em US\$ pela taxa média do ano

3) Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2017 - ANFAVEA

Apesar da crise, o mercado automotivo brasileiro é representativo no cenário mundial, pois apresenta a sétima maior frota mundial e a nona maior produção mundial de veículos, segundo dados de 2014.

Frota de Autoveículos em Alguns Países

País	Mil Unidades					Ranking
	2010	2011	2012	2013	2014	
Estado Unidos	248.232	248.932	251.497	252.715	258.027	1
China	78.018	93.563	9.220	26.701	142.430	2
Japão	75.362	75.513	76.126	76.619	77.188	3
Rússia	40.661	42.862	45.422	48.132	50.500	4
Alemanha	45.261	45.983	46.538	47.015	47.648	5
Itália	41.650	42.067	42.000	41.830	41.946	6
Brasil	32.110	34.710	37.331	39.771	41.787	7

Fonte : Anuário Anfavea 2017

Produção Mundial de Autoveículos

País	Mil Unidades						Ranking
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
China	18.265	18.419	19.272	22.117	23.732	24.503	1
Estados Unidos	7.763	8.662	10.333	11.066	11.661	12.100	2
Japão	9.629	8.399	9.943	9.630	9.775	9.278	3
Alemanha	5.906	6.147	5.649	5.718	5.908	6.033	4
Coréia do Sul	4.272	4.657	4.562	4.521	4.525	4.556	5
Índia	3.557	3.927	4.175	3.898	3.845	4.126	6
México	2.342	2.681	3.002	3.055	3.368	3.565	7
Espanha	2.388	2.373	1.979	2.163	2.403	2.733	8
Brasil	3.382	3.418	3.403	3.713	3.146	2.429	9

Fonte : Anuário Anfavea 2017

Com relação a América Latina, o Brasil é o maior mercado em termos de vendas e tamanho da frota em unidades, sendo o 2º país em termos de produção. Considerando somente a região do Mercosul, o Brasil é o maior mercado. A seguir apresentamos dados automotivos da América Latina e Mercosul:

Dados Automotivos América Latina

País	Produção (unidades)		Vendas Internas (unidades)		Frota (mil unidades)	Habitantes por Autoveículos
	2014	2015	2014	2015	2014	2014
Argentina	617.329	533.683	613.848	613.267	13.376	3,1
Bolívia			30.900	21.400	721	15,0
Brasil	3.146.386	2.429.421	3.498.012	2.568.976	41.753	4,9
Chile			353.525	297.785	4.289	4,2
Colômbia	136.243	101.860	326.298	283.380	5.078	9,6
Equador	62.689	48.926	120.060	81.261	2.186	7,3
Paraguai			34.161	28.345	492	14,0
Peru			187.081	172.503	3.248	9,5
Uruguai			56.548	50.824	897	3,8
Venezuela	19.759	18.300	23.707	17.585	4.400	7,0
México	3.388.668	3.590.054	1.170.646	1.390.273	35.753	3,5
Total	7.371.074	6.722.244	6.414.786	5.525.599	112.193	4,8

Fonte : Anuário Anfavea 2017



Dados Automotivos Mercosul

País	Unidades									
	Argentina		Brasil		Paraguai		Uruguai		Total	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Produção										
Automóveis			30.900	21.400	30.900	21.400	30.900	21.400	30.900	21.400
Comerciais Leves	3.146.386	2.429.421	3.498.012	2.568.976	3.498.012	2.568.976	3.498.012	2.568.976	3.498.012	2.568.976
Caminhões			353.525	297.785	353.525	297.785	353.525	297.785	353.525	297.785
Ônibus	196.249	101.860	326.298	283.380	326.298	283.380	326.298	283.380	326.298	283.380
Total	62.689	48.926	120.060	81.261	120.060	81.261	120.060	81.261	120.060	81.261
Vendas Internas (Total Nacionais e Importados)										
Automóveis e Comerc	588.972	586.776	3.333.479	2.480.533	30.691	24.559	52.688	48.580	4.005.830	3.140.448
Caminhões e Ônibus	24.876	19.157	164.533	88.443	3.470	3.786	3.860	2.244	196.739	113.630
Sem Classificação	-	7.334	-	-	-	-	-	-	-	7.334
Total	613.848	613.267	3.498.012	2.568.976	34.161	28.345	56.548	50.824	4.202.569	3.261.412
Exportações										
Automóveis	190.785	115.036	263.604	316.537	-	-	-	-	454.389	431.573
Comerciais Leves	155.007	124.979	46.270	72.487	-	-	-	-	201.277	197.466
Caminhões e Ônibus	12.055	600	24.935	28.309	-	-	-	-	36.390	28.909
Sem Classificação	-	5.110	-	-	-	-	-	-	-	5.110
Total	357.847	245.725	334.209	417.333	-	-	-	-	692.056	663.058

A seguir é apresentado uma evolução dos últimos 6 anos no número de empregados na indústria, que demonstra sua importância na geração de empregos no Brasil e o impacto da crise nos últimos 3 anos.

Emprego por Setor

Ano	Pessoas		
	Autoveículos	Máquinas Agrícolas e Rodoviárias	Total
2010	117.654	18.470	136.124
2011	124.647	19.987	144.634
2012	132.096	19.560	151.656
2013	135.343	21.627	156.970
2014	125.977	18.531	144.508
2015	114.336	15.440	129.776
2016	104.412	16.766	121.178

Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2017 - ANFAVEA

Mas apesar da recente crise, o mercado brasileiro cresceu significativamente. A seguir apresentamos uma evolução dos dados de faturamento, exportação, licenciamento de carros novos nacionais e importados dos últimos anos, bem como uma evolução dos do tamanho da frota de autoveículos, sua distribuição no território nacional e idade.



Dados Automotivos Brasil

Unidades Mil

Ano	AUTOVEÍCULOS TOTAL					AUTOMÓVEIS				
	Licenciamento Total	Licenciamento Nacionais	Licenciamento Importados	Produção	Exportação	Licenciamento Total	Licenciamento Nacionais	Licenciamento Importados	Produção	Exportação
2010	3.515	2.855	660	3.382	503	2.857	2.285	571	2.683	406
2011	3.633	2.775	858	3.418	553	2.902	2.151	751	2.631	443
2012	3.802	3.014	788	3.403	444	3.115	2.439	677	2.763	350
2013	3.767	3.061	707	3.713	565	3.041	2.454	586	2.954	461
2014	3.498	2.881	617	3.146	334	2.795	2.289	505	2.502	264
2015	2.569	2.155	414	2.429	417	2.123	1.787	336	2.018	317
2016	2.050	1.783	267	2.156	520	1.677	1.491	186	1.778	412

Ano	COMERCIAIS LEVES					CAMINHÕES E ÔNIBUS				
	Licenciamento Total	Licenciamento Nacionais	Licenciamento Importados	Produção	Exportação	Licenciamento Total	Licenciamento Nacionais	Licenciamento Importados	Produção	Exportação
2010	472	386	86	469	67	186	183	3	230	30
2011	524	421	103	514	76	207	203	4	273	35
2012	519	412	107	469	62	168	163	4	170	31
2013	539	422	117	531	71	187	184	3	228	33
2014	539	429	110	471	46	165	162	2	173	24
2015	358	281	77	316	72	88	87	1	96	28
2016	312	232	80	299	77	62	60	2	79	31

Fonte : Anuário Anfavea 2017

Frota de Autoveículos

Ano	Automóveis		Comerciais Leves		Caminhões		Ônibus		Total	
	Unidades	Cresc.	Unidades	Cresc.	Unidades	Cresc.	Unidades	Cresc.	Unidades	Cresc.
2000	15.531.100		2.461.564		1.141.563		195.043		19.329.270	
2001	16.207.108	4,4%	2.545.542	3,4%	1.147.509	0,5%	202.514	3,8%	20.102.673	4,0%
2002	16.880.806	4,2%	2.603.833	2,3%	1.147.220	0,0%	209.805	3,6%	20.841.664	3,7%
2003	17.464.861	3,5%	2.613.992	0,4%	1.149.698	0,2%	216.097	3,0%	21.444.648	2,9%
2004	18.140.137	3,9%	2.649.970	1,4%	1.170.933	1,8%	223.620	3,5%	22.184.660	3,5%
2005	18.925.914	4,3%	2.692.045	1,6%	1.192.603	1,9%	228.034	2,0%	23.038.596	3,8%
2006	18.892.111	-0,2%	2.743.974	1,9%	1.212.530	1,7%	235.768	3,4%	23.084.383	0,2%
2007	21.296.756	12,7%	2.843.076	3,6%	1.256.384	3,6%	246.366	4,5%	25.642.582	11,1%
2008	22.917.140	7,6%	3.007.421	5,8%	1.325.137	5,5%	260.296	5,7%	27.509.994	7,3%
2009	24.814.743	8,3%	3.200.707	6,4%	1.382.489	4,3%	269.369	3,5%	29.667.308	7,8%
2010	26.887.692	8,4%	3.498.639	9,3%	1.440.289	4,2%	283.774	5,3%	32.110.394	8,2%
2011	28.945.933	7,7%	3.850.832	10,1%	1.608.988	11,7%	303.804	7,1%	34.709.557	8,1%
2012	31.122.622	7,5%	4.193.857	8,9%	1.696.818	5,5%	317.395	4,5%	37.330.692	7,6%
2013	33.091.826	6,3%	4.544.052	8,4%	1.800.210	6,1%	334.984	5,5%	39.771.072	6,5%
2014	34.676.232	4,8%	4.878.936	7,4%	1.885.487	4,7%	346.679	3,5%	41.787.334	5,1%
2015	35.471.423	2,3%	5.019.781	2,9%	1.905.161	1,0%	346.959	0,1%	42.743.324	2,3%
2016	35.749.431	0,8%	5.090.555	1,4%	1.903.009	-0,1%	340.907	-1,7%	43.083.902	0,8%

Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2017 - ANFAVEA

Idade Média da Frota Circulante

	2011	2012	2013	2014	2015
Automóveis	8 anos e 7 meses	8 anos e 6 meses	8 anos e 7 meses	8 anos e 9 meses	9 anos
Comerciais Leves	8 anos e 1 mês	7 anos e 10 meses	7 anos e 7 meses	7 anos e 7 meses	7 anos e 10 meses
Caminhões	9 anos e 7 meses	9 anos e 6 meses	9 anos e 5 meses	9 anos e 5 meses	9 anos e 9 meses
Ônibus	9 anos e 4 meses	9 anos e 3 meses	9 anos e 2 meses	9 anos e 2 meses	9 anos e 6 meses
Total	8 anos e 7 meses	8 anos e 6 meses	8 anos e 6 meses	8 anos e 8 meses	9 anos e 6 meses
Motocicletas	5 anos e 1 mês	5 anos e 5 mês	5 anos e 9 mês	6 anos e 1 mês	6 anos e 6 meses

Fonte: Sindipeças

Distribuição da Frota Circulante por Estado

São Paulo	36,8%	Distrito Federal	2,3%	Maranhão	0,6%
Minas Gerais	10,4%	Ceará	1,8%	Alagoas	0,6%
Rio de Janeiro	9,0%	Espírito Santo	1,6%	Sergipe	0,5%
Rio Grande do Sul	8,5%	Mato Grosso do Sul	1,3%	Piauí	0,5%
Paraná	8,2%	Mato Grosso	1,1%	Rondônia	0,4%
Santa Catarina	4,9%	Pará	0,9%	Tocantins	0,3%
Goias	3,0%	Paraíba	0,8%	Acre	0,1%
Bahia	2,8%	Rio Grande do Norte	0,8%	Amapá	0,1%
Pernambuco	2,4%	Amazonas	0,6%	Roraima	0,1%

Fonte: Sindipeças

Distribuição da Frota Circulante por Região



Fonte: Sindipeças

De fato, o Brasil representa um grande mercado no cenário mundial. Mesmo com a retração nos últimos anos, as montadoras ainda mantêm planos de investimentos para o país, acreditando em uma retomada do mercado a partir de 2017.

Além de gerar investimentos, com empregos e tecnologia para o país, a indústria automobilística gera demanda para a outra ponta desse mercado, que é o da reposição.

4.2.1.2. O Mercado de Reposição

4.2.1.2.1. Segmentação

O mercado brasileiro de peças de reposição é dividido entre concessionárias e lojas independentes.

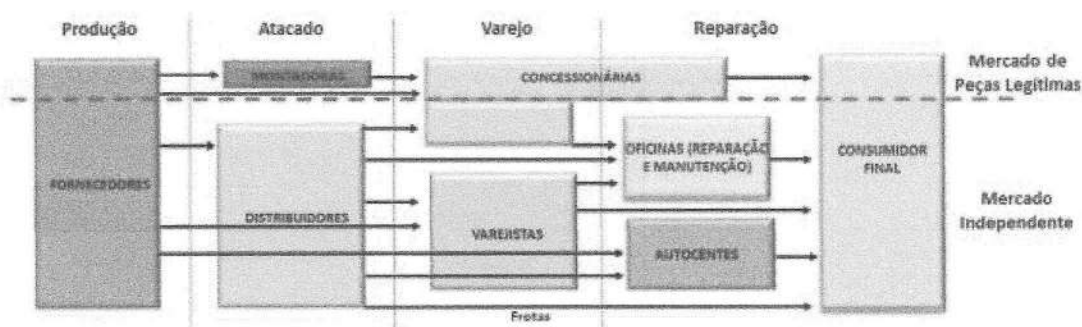
As concessionárias são as mecânicas autorizadas pelas montadoras para reparação de veículos de suas marcas. Seu público tende a ser o proprietário de carros com tempo



médio de uso de até três anos, pois esse segmento é especializado em atender a manutenção durante o tempo de garantia de cada modelo.

A loja independente atende todas as idades e modelos de veículos. Essas lojas são abastecidas pelos varejistas, ou diretamente pelos distribuidores. Os distribuidores são responsáveis por armazenar a produção das indústrias e repassar para os pontos de vendas, até a entrega ao consumidor final.

A distribuição para atender ao mercado de reposição é representada na figura a seguir:



A figura acima aponta a complexidade dessa cadeia, uma vez que para avaliação do sistema leva-se em consideração a extensão territorial do Brasil.

A função do distribuidor é levar peças e partes do fabricante para toda a extensão territorial brasileira, pois para o varejo manter em estoque todo o mix de peças e partes dos veículos, torna-se uma situação inviável. O distribuidor faz a entrega de forma rápida, sem a necessidade de esperar o prazo de fabricação da indústria.

De acordo com um estudo de 2014 do Sindipeças em parceria com a Roland Berger Strategy Consultants, algumas tendências para o mercado de reposição são notadas, tal como consolidação e profissionalização dos canais de distribuição, focando a rede de varejo e especialização de oficinas, distribuidores e varejistas, para trabalhar grande variedade de peças e sistemas. Significa que a rede de distribuição está se especializando para ser mais ágil e atender à necessidade do consumidor final. O estudo também ressalta a necessidade de novas ações de regulamentação do mercado informal. Esse mercado, que ainda hoje trabalha sem cumprir com o pagamento dos impostos, canibaliza os preços e prejudica toda a cadeia.

Os distribuidores são a engrenagem que fazem girar o mercado. A indústria precisa dessa parceria para alcançar a maior extensão de mercado possível, e o varejo precisa dos distribuidores como fonte de abastecimento para atender, de forma rápida, o consumidor final.

Ainda de acordo com este estudo, o atendimento do varejo do setor de reposição de autopeças, é realizado por meio dos distribuidores e apenas uma pequena parte é suprida pelas concessionárias. O distribuidor tem papel de abastecer o mercado, levando peças até onde o fabricante não tem acesso. Para ter capacidade de visitas ao varejo, muitos distribuidores optam por parcerias com representações comerciais, adotando um modelo

Handwritten signature and initials.



híbrido, ou seja, utilizam a representação comercial, este responsável por realizar visitas físicas, e vendedores internos, que acessa os clientes via telefone.

4.2.1.2.2. Tamanho do mercado de reposição

De acordo com o Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2017 – Anfavea, a frota de autoveículos em 2016 dimensionada em 2013 foi de 43,1 milhões de unidades, sendo que 83,0% desse volume são de automóveis, 11,8% são comerciais leves, 4,4% são caminhões e 0,8% são ônibus. Contemplando apenas comerciais leves e automóveis, o volume em 2016 somou 40,8 milhões de unidades.

Outro dado importante relaciona-se à idade da frota. Segundo o Sindipeças, aproximadamente 77,7% da frota circulante tem idade superior a 3 anos, ou seja, estima-se que este percentual da frota circulante é atendido por lojas independentes quando efetua reparos e manutenção, já que não mais encontra-se em período de garantia da montadora/concessionárias. Portanto, estima-se que 30 a 32 milhões de autoveículos são atendidos por lojas independentes.

Evolução da Idade da Frota Circulante

Idade	% da Frota	% Acumulado da Frota
1	6,3%	6,3%
2	7,0%	13,3%
3	9,0%	22,3%
4	8,8%	31,1%
5	8,3%	39,3%
6	8,0%	47,3%
7	7,1%	54,4%
8	6,4%	60,8%
9	5,4%	66,2%
10	4,1%	70,3%
11	3,6%	73,9%
12	3,4%	77,3%
13	2,8%	80,1%
14	3,0%	83,1%
15	3,2%	86,2%
16	2,8%	89,0%
17	2,3%	91,3%
18	2,6%	94,0%
19	3,2%	97,2%
20	2,8%	100,0%

Fonte: Sindipeças

Calcula-se que para atender esse mercado, existem hoje no Brasil 121.317 empresas de reparação automotiva, legalmente estabelecidas.

Os dados apresentados aqui apontam o faturamento do setor de reposição, detalhado a seguir.



4.2.1.2.3. Faturamento do mercado de reposição

De acordo com o Sindipeças, o faturamento de 2016 gerou R\$ 63 bilhões para a indústria brasileira de autopeças. Desse total a participação da indústria de reposição foi de 22%, ou seja, R\$ 13,9 bilhões.

A seguir apresentamos uma evolução do setor de autopeças:

Dados Setor Autopeças

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 Previsão
Faturamento								
Valor em R\$ bilhões	86,4	91,3	81,7	87,6	80,1	66,0	63,0	64,7
Crescimento		5,6%	-10,5%	7,2%	-8,5%	-17,7%	-4,5%	2,7%
Valor em US\$ bilhões	49,8	54,5	41,8	40,6	34,1	19,8	18,2	19,0
Crescimento		9,5%	-23,3%	-2,9%	-16,1%	-42,0%	-7,9%	4,4%
Distribuição por Destino								
Montadoras	70,5%	70,8%	69,3%	70,4%	67,5%	58,0%	56,0%	56,4%
Reposição	14,6%	14,7%	14,7%	14,5%	16,7%	21,0%	22,0%	22,1%
Exportações	7,5%	8,6%	8,6%	8,3%	10,3%	17,1%	19,1%	18,6%
Intrasetorial	7,3%	7,4%	7,4%	6,8%	5,4%	3,9%	2,9%	2,9%
Número de Postos de Trabalho								
Empregados (milhares)	224,6	229,7	218,6	220,0	199,5	171,5	158,0	158,3

1) Faturamento com ICMS e sem IPI

Fonte: Sindipeças

2) Valores convertidos em US\$ pela taxa média compra do ano

Segundo estudo do Sindipeças de 2014, a previsão é de que o mercado de reposição cresça em média 4,10% ao ano e chegue a atingir um faturamento de R\$ 17 bilhões em 2020, crescimento baseado nas seguintes premissas:

- i. Na perspectiva de crescimento da frota de veículos, em média, 4% ao ano até 2020;
- ii. No aumento do valor agregado aplicado às peças;
- iii. Na maior conscientização sobre manutenção preventiva;
- iv. Na maior durabilidade dos veículos.

4.3. Projeções Econômico-Financeiras

Para demonstrar e evidenciar a proposta apresentada no Plano, assim como para demonstrar que os meios empregados são suficientes para garantir a superação da situação de crise da **DECAR**, foram desenvolvidas projeções que demonstram as disponibilidades atuais e futuras de caixa no período projetivo, atestando assim, que haverá recursos suficientes para cumprir com a proposta apresentada aos credores.



Neste trabalho, optamos por considerar cenário único de projeções, que representa as operações da empresa conforme a sua reestruturação operacional e financeira em curso e a programação e evolução esperada do seu mercado de atuação.

As projeções não contemplam efeitos inflacionários, pois a premissa adotada é de que todo efeito inflacionário será repassado aos preços de venda projetados, mantendo-se assim a rentabilidade e a geração de caixa projetada, bem como sua capacidade em amortizar seus passivos.

Nas projeções elaboradas neste Laudo, considerou-se o ano 1 como sendo os doze meses subsequentes a data da publicação da decisão que homologar o plano de recuperação judicial no Diário de Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo (“Data de Homologação”).

4.4. Premissas Projetivas

4.4.1. Receita Bruta de Vendas

Segundo estimativas da **DECAR**, considerou-se nas projeções as seguintes premissas:

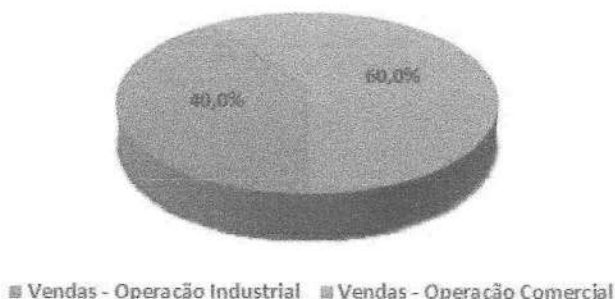
- i Uma recuperação das vendas nos dois primeiros anos devido às ações de melhoria já implantadas e em andamento, as quais estão descritas no capítulo 3 do Plano de Recuperação Judicial;
- ii Um crescimento para os demais anos do período projetivo em linha com as perspectivas de crescimento do mercado de autopeças de reposição entre 3% a 4% ao ano, segundo o Sindipeças;
- iii A manutenção do Mix de Venda durante todo o período projetivo;



L
D
B



Mix de Vendas

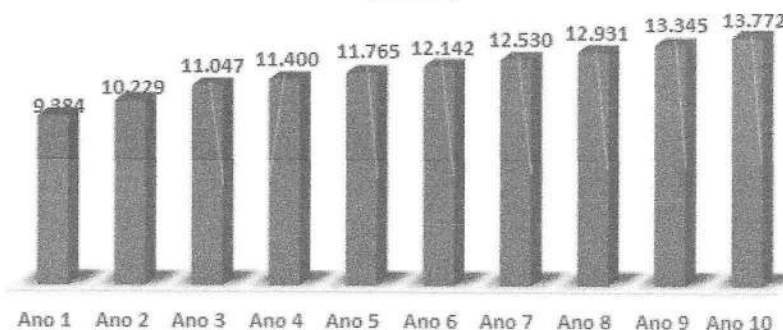


4.4.2. Impostos sobre Vendas

Durante todo o período projetivo considerou-se o pagamento de impostos sobre vendas de acordo com o mix de vendas adotado, e a legislação vigente:

Impostos sobre Vendas	Aliquotas
IPI - Operação Industrial	6,0%
ICMS-ST - Operação Industrial	71,8%
ICMS - Operação Industrial	12,5%
PIS/COFINS - Operação Industrial	13,1%
ICMS-ST - Operação Comercial	71,8%
ICMS - Operação Comercial	8,5%
PIS/COFINS - Operação Comercial	9,3%

Receita Líquida de Vendas (R\$ mil)

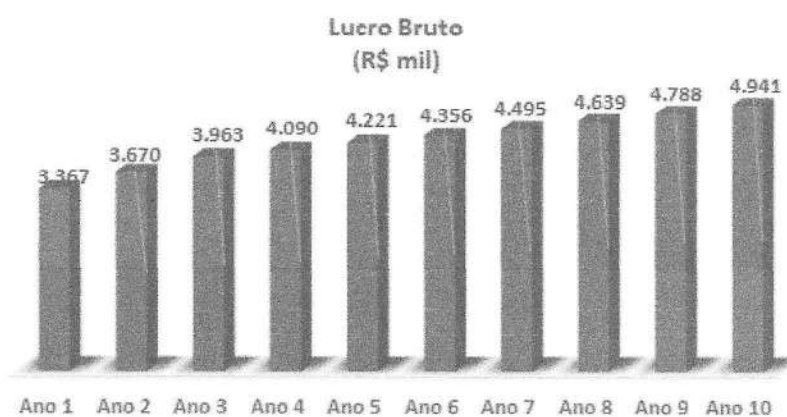
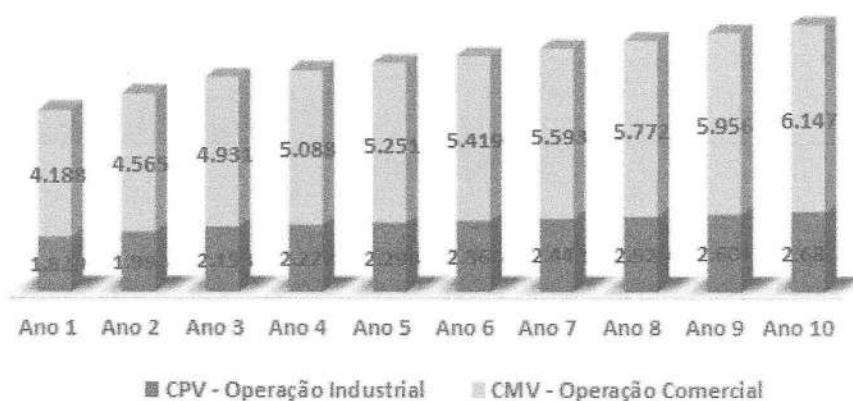


4.4.3. Lucro Bruto

Manteve-se durante todo o período projetivo a margem bruta de 35,9% de acordo com médias históricas e preços atuais de compra das autopeças comercializadas pela DECAR.



Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidas
(R\$ mil)

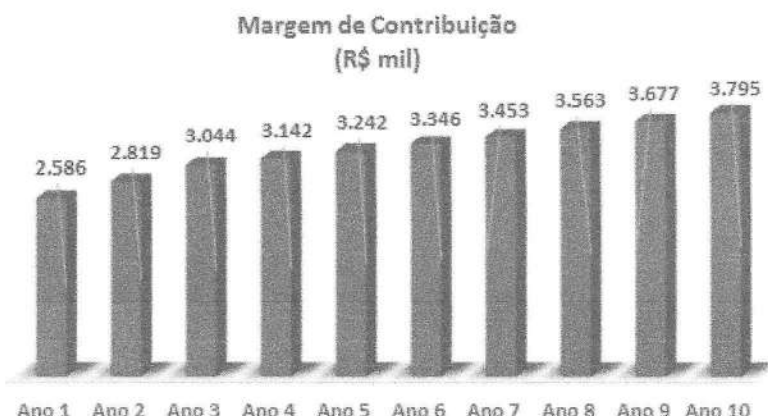


4.4.4. Margem de Contribuição

Considerou-se no período projetivo as seguintes médias históricas de comissões de vendas, fretes sobre vendas e inadimplência, resultando em uma margem de contribuição média de 27,6% ao longo de todo o período projetivo:

Despesas Variáveis	Base de Cálculo	Percentual
Comissão de Vendas - Operação Industrial	Receita Líquida de Vendas	5,0%
Comissão de Vendas - Operação Comercial	Receita Líquida de Vendas	3,0%
Fretes	Receita Bruta de Vendas	2,5%
PDD	Receita Bruta de Vendas	0,6%

Handwritten signature/initials



4.4.5. Despesas Gerais e Administrativas

Foram consideradas despesas administrativas e gerais os gastos com pessoal das áreas administrativa e financeira, compras, operações e comerciais, despesas com aluguel de escritório, IPTU, condomínio, comunicação e internet, manutenção de sistemas, aluguel de galpão logístico, entre outros.

Considerou-se nas projeções as médias históricas e pequenos aumentos em determinadas despesas no decorrer do período projetivo para suportar o aumento no volume de vendas projetados.

A seguir apresentamos a evolução das despesas durante o período projetivo:



4.4.6. Depreciação

Para as depreciações, foram considerados os prazos aceitos pela legislação do Imposto de Renda atualmente vigentes.

A depreciação foi calculada considerando o valor do ativo imobilizado em serviço em cada um dos anos projetados, sendo que para os investimentos projetados, considerou-se os mesmos critérios adotados pela **DECAR**.



4.4.7. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram calculados com base nas alíquotas e adicionais a que a **DECAR** está sujeita de acordo com a legislação vigente, considerando-se inclusive o valor do prejuízo fiscal a compensar e da base de cálculo negativa da Contribuição Social que correspondiam a R\$ 5,2 milhões.

4.4.8. Investimentos

Para os períodos projetivos, considerou-se a partir do ano 3 reinvestimentos para reposição de ativos fixos na ordem de 0,5% da receita líquida de vendas.

4.4.9. Premissas de Capital de Giro

Para efeito de determinar-se as necessidades de capital de giro, considerou-se as estimativas da **DECAR** com relação à redução dos prazos de recebimento e ampliação de crédito junto aos fornecedores, bem como uma otimização de seus estoques, medidas que fazem parte das ações de melhorias que estão sendo implementadas pela administração da **DECAR** desde o início de 2017, conforme mencionado no capítulo 3 do Plano de Recuperação Judicial.



4.5. Demonstrativos de Resultados Projetados

A seguir apresentamos os demonstrativos de resultado e fluxo de caixa projetados segundo premissas descritas anteriormente:

	R\$				
Demonstração do Resultado Projetado	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Receita Operacional Bruta	11.894.527	12.965.035	14.002.238	14.450.309	14.912.719
Impostos s/ Vendas	-2.510.474	-2.736.417	-2.955.330	-3.049.901	-3.147.498
. % ROB	-21,1%	-21,1%	-21,1%	-21,1%	-21,1%
Receita Operacional Líquida	9.384.053	10.228.618	11.046.907	11.400.408	11.765.221
. Crescimento %	0%	9%	8%	3%	3%
Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidos	-6.017.361	-6.558.923	-7.083.637	-7.310.314	-7.544.244
. % ROL	-64,1%	-64,1%	-64,1%	-64,1%	-64,1%
Lucro Bruto	3.366.692	3.669.694	3.963.270	4.090.095	4.220.978
. % ROL	35,9%	35,9%	35,9%	35,9%	35,9%
Margem de Contribuição	2.585.954	2.818.690	3.044.185	3.141.599	3.242.130
. % ROL	27,6%	27,6%	27,6%	27,6%	27,6%
Despesas Gerais e Administrativas	-2.508.194	-2.600.946	-2.689.999	-2.728.176	-2.828.981
. % ROL	-26,7%	-25,4%	-24,4%	-23,9%	-24,0%
EBITDA	77.760	217.744	354.186	413.423	413.149
. Margem Operacional (EBITDA / ROL)	0,8%	2,1%	3,2%	3,6%	3,5%
. Depreciação e Amortização	-62.452	-37.762	-38.522	-20.133	-2.941
EBIT	15.308	179.982	315.664	393.290	410.208
. Margem Operacional (EBIT / ROL)	0,2%	1,8%	2,9%	3,4%	3,5%
. Receitas / (Despesas) Financeiras	-11.964	1.834	2.943	4.578	4.484
Lucro / (Prejuízo) Antes do IR e CSSL	3.344	181.816	318.607	397.868	414.692
. Imposto de Renda/Contribuição Social	-652	-35.454	-62.129	-81.435	-85.893
. % IR e CS	-19,5%	-19,5%	-19,5%	-20,5%	-20,7%
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	2.692	146.362	256.478	316.433	328.799
. Margem Líquida (LL/ROL)	0,0%	1,4%	2,3%	2,8%	2,8%



	R\$				
Demonstração do Resultado Projetado	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Receita Operacional Bruta	15.389.926	15.882.404	16.390.641	16.915.141	17.456.426
Impostos s/ Vendas	-3.248.218	-3.352.161	-3.459.430	-3.570.131	-3.684.376
. % ROB	-21,1%	-21,1%	-21,1%	-21,1%	-21,1%
Receita Operacional Líquida	12.141.708	12.530.243	12.931.211	13.345.010	13.772.050
. Crescimento %	3%	3%	3%	3%	3%
Custo dos Produtos e Mercadorias Vendidos	-7.785.660	-8.034.801	-8.291.914	-8.557.256	-8.831.088
. % ROL	-64,1%	-64,1%	-64,1%	-64,1%	-64,1%
Lucro Bruto	4.356.049	4.495.442	4.639.297	4.787.754	4.940.962
. % ROL	35,9%	35,9%	35,9%	35,9%	35,9%
Margem de Contribuição	3.345.878	3.452.946	3.563.441	3.677.471	3.795.150
. % ROL	27,6%	27,6%	27,6%	27,6%	27,6%
Despesas Gerais e Administrativas	-2.869.396	-2.910.983	-2.953.779	-2.997.822	-3.043.150
. % ROL	-23,6%	-23,2%	-22,8%	-22,5%	-22,1%
EBITDA	476.482	541.963	609.662	679.649	751.999
. Margem Operacional (EBITDA / ROL)	3,9%	4,3%	4,7%	5,1%	5,5%
. Depreciação e Amortização	-3.035	-3.133	-3.233	-3.336	-3.443
EBIT	473.447	538.830	606.429	676.313	748.556
. Margem Operacional (EBIT / ROL)	3,9%	4,3%	4,7%	5,1%	5,4%
. Receitas / (Despesas) Financeiras	5.268	6.143	7.046	7.981	8.947
Lucro / (Prejuízo) Antes do IR e CSSL	478.715	544.973	613.475	684.294	757.503
. Imposto de Renda/Contribuição Social	-102.859	-120.418	-138.571	-157.337	-176.738
. % IR e CS	-21,5%	-22,1%	-22,6%	-23,0%	-23,3%
Lucro / (Prejuízo) Líquido do Exercício	375.856	424.555	474.904	526.957	580.765
. Margem Líquida (LL/ROL)	3,1%	3,4%	3,7%	3,9%	4,2%



	R\$				
Fluxo de Caixa Projetado	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
EBITDA	77.760	217.744	354.186	413.423	413.149
. Variação de Capital de Giro	(294.910)	(104.322)	(91.431)	(41.654)	(39.697)
<i>Contas a Receber</i>	<i>(241.681)</i>	<i>(83.262)</i>	<i>(80.671)</i>	<i>(34.850)</i>	<i>(35.965)</i>
<i>Estoques</i>	<i>(327.495)</i>	<i>(112.826)</i>	<i>(109.315)</i>	<i>(47.224)</i>	<i>(48.735)</i>
<i>Impostos a Recuperar</i>	<i>(25.136)</i>	<i>(8.660)</i>	<i>(8.391)</i>	<i>(3.625)</i>	<i>(3.741)</i>
<i>Fornecedores</i>	<i>218.330</i>	<i>75.217</i>	<i>72.877</i>	<i>31.483</i>	<i>32.490</i>
<i>Impostos</i>	<i>54.653</i>	<i>18.829</i>	<i>18.243</i>	<i>7.881</i>	<i>8.133</i>
<i>Outras Contas a Pagar</i>	<i>26.421</i>	<i>6.379</i>	<i>6.113</i>	<i>2.616</i>	<i>2.690</i>
<i>Folha de Pagamento</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>9.714</i>	<i>2.055</i>	<i>5.231</i>
EBITDA (Líquido de Capital de Giro)	(217.150)	113.422	262.755	371.769	373.252
. Investimentos	0	0	(55.235)	(57.002)	(58.826)
. Imposto de Renda e Contribuição Social	(652)	(35.454)	(62.129)	(81.435)	(85.893)
. Ajuste do IR/CS para Avaliação do EBIT	(2.333)	368	574	1.213	1.188
Fluxo de Caixa Antes dos Efeitos Financeiros	(220.135)	78.326	145.965	234.545	229.721
. Reversão do Ajuste do IR/CS para Avaliação do EBIT	2.333	(358)	(574)	(1.213)	(1.188)
. Receitas / (Despesas) Financeiras	(11.964)	1.834	2.943	4.578	4.484
. Empréstimos / Excesso de Caixa (Capital de Giro)	(11.964)	1.834	2.943	4.578	4.484
Fluxo de Caixa Disponível	(229.766)	79.802	148.334	237.910	233.017
Saldo de Caixa Inicial	1.804.626	0	0	0	0
Pagamento a Credores	(1.574.860)	(79.802)	(148.334)	(237.910)	(233.017)
Saldo de Caixa Final	0	0	0	0	0



	R\$				
Fluxo de Caixa Projetado	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
EBITDA	476.482	541.963	609.662	679.649	751.999
. Variação de Capital de Giro	(44.383)	(45.813)	(47.289)	(48.813)	(50.385)
<i>Contas a Receber</i>	<i>(37.116)</i>	<i>(38.304)</i>	<i>(39.530)</i>	<i>(40.794)</i>	<i>(42.100)</i>
<i>Estoques</i>	<i>(50.295)</i>	<i>(51.904)</i>	<i>(53.565)</i>	<i>(55.279)</i>	<i>(57.048)</i>
<i>Impostos a Recuperar</i>	<i>(3.661)</i>	<i>(3.984)</i>	<i>(4.112)</i>	<i>(4.243)</i>	<i>(4.379)</i>
<i>Fornecedores</i>	<i>33.530</i>	<i>34.603</i>	<i>35.710</i>	<i>36.853</i>	<i>38.032</i>
<i>Impostos</i>	<i>8.393</i>	<i>8.662</i>	<i>8.939</i>	<i>9.225</i>	<i>9.520</i>
<i>Outras Contas a Pagar</i>	<i>2.766</i>	<i>2.845</i>	<i>2.925</i>	<i>3.009</i>	<i>3.095</i>
<i>Folha de Pagamento</i>	<i>2.199</i>	<i>2.270</i>	<i>2.342</i>	<i>2.417</i>	<i>2.495</i>
EBITDA (Líquido de Capital de Giro)	432.099	496.150	562.373	630.836	701.614
. Investimentos	(60.709)	(62.651)	(64.656)	(66.725)	(68.860)
. Imposto de Renda e Contribuição Social	(102.859)	(120.418)	(138.571)	(157.337)	(176.738)
. Ajuste do IR/CS para Avaliação do EBIT	1.396	1.628	1.867	2.114	2.371
Fluxo de Caixa Antes dos Efeitos Financeiros	269.928	314.709	361.013	408.888	458.387
. Reversão do Ajuste do IR/CS para Avaliação do EBIT	(1.396)	(1.628)	(1.867)	(2.114)	(2.371)
. Receitas / (Despesas) Financeiras	5.268	6.143	7.046	7.981	8.947
. Empréstimos / Excesso de Caixa (Capital de Giro)	5.268	6.143	7.046	7.981	8.947
Fluxo de Caixa Disponível	273.800	319.224	366.192	414.755	464.963
Saldo de Caixa Inicial	0	0	0	0	0
Pagamento a Credores	(273.800)	(319.224)	(366.192)	(414.755)	(464.963)
Saldo de Caixa Final	0	0	0	0	0



5. CONCLUSÃO

Este laudo econômico-financeiro é parte integrante do Plano de Recuperação Judicial da **DECAR** como Anexo I e tem como objetivo, segundo expectativas e premissas da empresa, demonstrar que a continuidade de suas operações permite a amortização das dívidas com credores, a manutenção dos empregos bem como o pagamento de tributos e impostos.

Com base nisto, consideramos que o Plano é viável sob a óptica econômico-financeira, o qual possibilitará o pagamento dos credores conforme o plano de recuperação judicial proposto, destacando-se que:

- i As expectativas da **DECAR** e a premissas consideradas se concretizem;
- ii Melhorias para buscar maior geração de caixa, de forma a honrar com suas obrigações financeiras, estão em andamento ou serão implementadas pela administração da empresa.

Portanto, acreditamos que o processo de reestruturação administrativa, operacional e financeira, bem como as correspondentes projeções econômico-financeiras detalhadas neste documento, desde que fielmente implementadas e realizadas, possibilitará o pagamento dos credores conforme o plano de recuperação judicial proposto.

Permanecemos à inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

PREMIUMBRAVO

F11Z Serviços de Apoio Administrativos Ltda.
CNPJ/MF sob o nº 23.301.758/0001-65

Laudo de Avaliação de Bens do Ativo Imobilizado

“DECAR Auto Peças Ltda”

CNPJ 61.075.925/0001-96

Objetivo do Laudo: Plano de Recuperação Judicial

Para apresentação aos Autos do Processo Digital 1131366-83.2016.8.26.0100

Em tramite na 1ª. Vara de Falências e Recuperações Judiciais – Capital/São Paulo

Consoante a Lei no. 11.101/2005, art. 53 e seguintes

Data Base: Março de 2017

São Caetano do Sul, 31 de março de 2017.

À

DECAR Auto Peças Ltda.

Prezados Senhores,

Encaminhamos Laudo de Avaliação do Ativo Imobilizado (LAUDO) da empresa DECAR Auto Peças Ltda., que objetiva a avaliação dos ativos imobilizados do devedor no Plano de Recuperação Judicial (PRJ) que será apresentado nos Autos do Processo no. 1.131.366-83.2016.8.26.0100 em trâmite na 1ª. Vara de Falências e Recuperações Judiciais do TJESP comarca de São Paulo.

Este Relatório foi elaborado pela PCA Consultores & Associados S/S (PCA) única e exclusivamente como subsídio à elaboração do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) da Recuperanda e não se confunde, superpõe ou modifica os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial (PJR) e não deve ser desagregado, fragmentado ou utilizado em partes pela Recuperanda e seus representantes, por credores ou quaisquer terceiros interessados.

O Relatório incluiu a apuração do valor de mercado do ativo imobilizado para fins do PRJ na data-base de 31 de março de 2017. Seguiu-se as diretrizes da norma técnica NBR 14.653 de Avaliação de Bens da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Para realização do LAUDO foram considerados os valores de mercado considerando-se a disposição da empresa em vender seus bens através do site "Mercado Livre", considerados o estabelecimento-depósito em Barueri situado à Rua Dr. Humberto Gianella, 762, Jd. Belval e o escritório central-administração e vendas situado na Rua Cardeal Arcoverde, 2365 cf, 61 em Pinheiros – Capital de São Paulo.

ESCOPO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO

Este Laudo de Avaliação do Ativo Imobilizado foi preparado por PCA Consultores & Associados S/S para fins de se estimar o valor do Ativo Imobilizado da empresa DECAR Auto Peças Ltda. Com o intuito de atendimento ao Plano de Recuperação Judicial.

RESTRICÇÕES

Para atingir o objetivo do trabalho foram aplicados procedimentos sempre com base em dados coletados no mercado. Os valores aqui apresentados são resultantes da análise desses dados, sujeito às seguintes premissas:

Esse trabalho foi realizado com base em informações disponibilizadas nos sites de negociação de bens de ativos imobilizados usados; assim, a PCA não assume qualquer responsabilidade futura pela imprecisão das informações disponibilizadas.

A data-base do trabalho é de 31 de março de 2017; desta forma, o Laudo não fornece qualquer indicação para o valor dos Ativos Imobilizados em qualquer outra data.

As premissas, assunções, metodologias e resultados desta análise foram discutidos e validados pela Contratante.

Nenhum dos sócios ou profissional da PCA envolvidos neste trabalho têm qualquer interesse financeiro no Contratante; os honorários estimados para execução deste Laudo não foram baseados e não têm qualquer relação com os valores aqui reportados, assim como não são variáveis em função destes.

O Laudo não contempla nenhum procedimento de investigação, auditoria, *due diligence* ou assessoria legal ou tributária.

A PCA não se responsabiliza por atualizar qualquer resultado apresentado neste Laudo em razão de eventos ou circunstâncias que possam vir a acontecer após sua data-base.

Os valores do Ativo Imobilizado constantes neste Laudo representam uma estimativa de seus valores de mercado e, portanto, não devem ser considerados como indicativos ou representativos dos efetivos valores de transação com terceiros, onde o interesse de cada parte envolvida na negociação pode diferir de seus valores de mercado.

Este relatório não se destina à circulação geral, assim como não pode ser reproduzido ou utilizado com nenhum outro propósito além daquele supra citado sem nossa prévia autorização por escrito.

Não assumimos qualquer responsabilidade ou contingências por danos causados ou por eventual perda incorrida por qualquer parte envolvida, como resultado da circulação, publicação, reprodução ou uso deste documento com outra finalidade diferente da proposta.

QUALIFICAÇÃO DO AVALIADOR

A PCA CONSULTORES & ASSOCIADOS S/S declara para os devidos fins e a quem possa interessar que:

- ✓ Não é titular de nenhuma espécie de ações ou quotas da Sociedade, assim como o sócio e os demais profissionais envolvidos neste trabalho; e nem sob sua administração discricionária nenhuma das referidas ações ou quotas;
- ✓ Não há conflito de interesse que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções como avaliador;
- ✓ O custo deste Laudo de avaliação será cobrado com base em horas despendidas;
- ✓ Não obstante o relacionamento anteriormente descrito, não possui outras informações comerciais e creditícias de qualquer natureza relativas à Sociedade que possam impactar o laudo de avaliação.

EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO:

PCA Consultores & Associados S/S.

CNPJ: 86.772.365/0001-50

CORECON-SP: RE/3346-4

Al. Araguaia, 668 - Bairro Santa Maria - São Caetano do Sul-SP.

CEP: 09560-580

RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO:

Samira Mariana Nunes Polastre.

CPF: 353.580.048-07

CREA-SP: 5.063.594.670

Engenheira Mecânica

Rua Nelly Pellegrino, 882 sala 9 São Caetano do Sul - SP

CEP: 09580-140

RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Com base em nossas análises, os resultados da Avaliação do Ativo imobilizado estão demonstrados na tabela a seguir em função dos ativos, referenciando-se na data-base estabelecida para a realização do presente laudo.

Os relatórios completos podem ser vistos na composição deste Laudo.

Valor por categoria		Balancete de 30/11/2016		
		IMOBILIZADO	DEPRECIÇÃO	LÍQUIDO
23.750,00	veículos	151.685,53	143.616,16	8.069,37
26.981,90	máquinas e equipamentos	331.435,37	331.435,37	-
62.037,17	computadores e periféricos	1.527.268,14	1.474.611,08	52.657,06
338.218,39	móveis e utensílios	796.932,44	788.158,90	8.773,54
450.987,46		2.807.321,48	2.737.821,51	69.499,97

Em conclusão, o valor de mercado do Ativo Imobilizado da DECAR Auto Peças Ltda. na data-base de 31 de março de 2017 é de R\$ 450.987,46 (quatrocentos e cinquenta, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

Permanecemos à inteira disposição de V. Sas. Para quaisquer esclarecimentos adicionais porventura necessários.

Atenciosamente,

PCA CONSULTORES & ASSOCIADOS S/S

Adarnel Peu da Silva

Sócio responsável

SAMIRA MARIANA NUNES POLASTRE

Engenheira Mecânica

ESCOPO

A PCA elaborou este Laudo contendo a avaliação dos ativos imobilizados na data-base de 31 de março de 2017 exclusivamente como material complementar ao Plano de recuperação da DECAR Auto Peças Ltda., atendendo ao disposto no inciso III do art. 53 da Lei no. 11.101/2005, não devendo ser fragmentado ou utilizado em partes por credores da sociedade ou quaisquer partes interessadas. A referida lei trata sobre a recuperação judicial, extrajudicial e a falência de empresas. O enfoque sobre o Plano de recuperação Judicial visa permitir que a empresa supere sua crise econômico-financeira, bem como atenda aos interesses e preserve os direitos dos credores.

O art. 53 da lei no. 11.101/2005 em seu inciso III indica que o Plano de Recuperação judicial deve conter "Laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada", isto é, a legislação indica duas abordagens de avaliações de forma a posicionar os credores sobre o valor das Recuperandas nos contextos de continuidade operacional ou de uma eventual liquidação dos ativos.

O escopo do Laudo contempla o Ativo Imobilizado conforme as classes descritas a seguir:

- Veículos
- Máquinas e equipamentos
- Computadores e periféricos
- Móveis e Utensílios

Não compõe o Ativo Imobilizado da DECAR as classes de terrenos, construções e benfeitorias, benfeitorias em propriedade de terceiros, instalações, infraestrutura, obras em andamento e ativos intangíveis,

Dentre as etapas de trabalho realizadas, destacam-se as diligências no estabelecimento Depósito e na administração para visualização da situação dos bens em suas características físicas, entrevistas com funcionários e com a administração da sociedade para explicar a aplicação da metodologia aplicada para avaliação dos bens.

Também a realização de inventário físico dos bens componentes do Ativo Imobilizado, que estão dispostos nas páginas destinadas à demonstração no Laudo

Não fez parte do escopo do Laudo a conciliação do inventário físico com os registros contábeis, utilizamos somente a confrontação entre as classes de ativos imobilizados no balancete contábil e a avaliação dos bens.

PREMISSA DE VALOR

Em conformidade com a NBR 14653, parte 1 – Procedimentos Gerais, a premissa de valor utilizada neste Laudo é o valor de mercado e o valor de liquidação forçada, os quais são definidos como: (i) Quantia mais provável pela qual se negociaria voluntariamente e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigente; e (ii) Condição relativa à hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que o médio de absorção pelo mercado.

Em relação à liquidação forçada existem dois cenários a serem observados: (i) Liquidação dos bens considerando a empresa em marcha: quando entende-se que a situação econômica suporta a premissa de que os ativos da empresa sejam transacionados considerando a continuidade do serviço, assim, a venda desses ativos de forma conjunta mediante seu uso nas operações; e (ii) Liquidação dos bens isoladamente: quando conclui-se que a única forma de liquidar os ativos é através da venda bem-a-bem, desta forma, com a descontinuidade do serviço, e, portanto, levando-se em conta despesas de desmonte dos ativos quando for o caso.

Para o presente Laudo, a avaliação de liquidação dos bens que compõem o Ativo Imobilizado da sociedade partiu do pressuposto da empresa em marcha e liquidados de forma isolada, podendo ser vendidos livremente através de sites especializados existentes na internet.

IDENTIFICAÇÃO DOS ATIVOS

Veículos: Uma empilhadeira a gás em bom estado de funcionamento usada para organizar pallets no Depósito

Móveis e Utensílios: Tratam-se de móveis e utensílios utilizados no depósito como também móveis de escritório como mesas, cadeiras e outros itens relacionados ao escritório

Computadores e periféricos: Incluem-se equipamentos de informática, computadores e equipamentos relacionados aos computadores.

Máquinas e equipamentos: Equipamentos utilizados no depósito como balanças eletrônicas e manuais e demais itens com serventia naquele estabelecimento.

Todos os bens relacionados foram não foram numerados fisicamente, entretanto foram devidamente descritos.

AVALIAÇÃO E METODOLOGIA

Para fins de avaliação não foram consideradas as informações com base nos registros contábeis ou sistemas de controle do ativo imobilizado da sociedade em razão da precariedade dessas informações. Também não foram apresentados documentos de aquisição e fichas de controle para fins fiscais.

Outrossim, foi realizado inventário dos bens do ativo imobilizado constantes do acervo e diligência para medição do estado físico de tais bens.

Os métodos e procedimentos adotados para a realização a avaliação dos bens do Ativo Imobilizado foram pautados nos preceitos e diretrizes estabelecidos na Norma Brasileira de Avaliações publicada pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 14653, onde adotamos a metodologia de valor de liquidação forçada, considerando que se tratam de bens utilizados no objetivo comercial e não industrial e assim, aplicamos o cenário de venda dos ativos da empresa em marcha.

Para avaliação utilizamos acesso aos sites de negociação de bens e consideramos dentre valores precificados maiores, menores e médios os considerados médios para fins deste Laudo.

A abertura analítica do valor dos bens do Ativo imobilizado pode ser constatada nos apêndices deste Laudo.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Considerando as análises dos bens através de diligência nos locais a fim de avaliar fisicamente estes bens e avaliação mercadológica em sites especializados para fins de alcançar o valor de mercado na data-base estabelecida para a realização deste laudo, concluímos que o valor dos bens do Ativo Imobilizado constante da sociedade é de R\$ 450.987,46 (quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

Relação completa dos bens constantes do laudo estão discriminados por categoria no apêndice deste laudo.

APÊNDICE I: Relação do Ativo Imobilizado por classe – descrição – quantidade – valorização – fonte de dados

Item/laca	categoria	departamento	descrição do local	estado do bem	descrição do bem	quantidade	acesso	MAIOR	acesso	MENOR	MÉDIA	Valor total
1	veículos	Depósito Barueri	depósito	bom estado	1 empilhadeira YALE ano95 gás mod.6.5-10-10 pneumatic 7.0	1	http://veiculo.mercadolibre.com.br/MLB-851314247-e	24.000,00	http://v	23.500,00	23.750,00	23.750,00

Item/laca	categoria	departamento	descrição do local	estado do bem	descrição do bem	quantidade	acesso	MAIOR	acesso	MENOR	MÉDIA	Valor total
18	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	6 máquinas de solda quebradas	6	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-710370680-	549,00	http://p	399,00	474,00	2.844,00
22	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	6 máquinas de fita d'água	6	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-791213841-	800,00	http://p	150,00	475,00	2.850,00
25	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	bom estado	3 balança eletrônica marca Micheletti para até 200kgs	3	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-834495475-	900,00	http://p	900,00	900,00	2.700,00
26	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	1 balança eletrônica marca Micheletti para até 200kgs	1	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-834495475-	900,00	http://p	900,00	900,00	900,00
27	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	bom estado	1 balança manual marca Confiança para até 1000 kgs mod 312	1	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-818919389-	1.650,00	http://p	1.650,00	1.650,00	1.650,00
31	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	bom estado	2 escadas trepadeira plataforma em alumínio com 10 degraus marca Alustar ano 2005	2	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-850117400-	1.800,00	http://p	1.800,00	1.800,00	3.600,00
37	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	escritório/núcleo operacional	bom estado	1 escada de plataforma em ferro com 7 degraus	1	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-801638672-	999,90	http://p	999,90	999,90	999,90
52	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	6 carrinhos hidráulicos para até 2000Kg marca BYG	6	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-835781177-	580,00	http://p	300,00	440,00	2.640,00
57	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	montagem	mal estado	1 esmeril de bancada	1	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-853382211-	250,00	http://p	150,00	200,00	200,00
58	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	montagem	mal estado	7 máquinas de solda	7	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-710370680-	549,00	http://p	399,00	474,00	3.318,00
59	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	montagem	mal estado	10 máquinas de fita d'água	10	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-791213841-	800,00	http://p	150,00	475,00	4.750,00
68	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	montagem	bom estado	1 balança Filizola eletrônica CI 6 para 6 kg	1	http://produto.mercadolibre.com.br/MLB-848673652-	700,00	http://p	360,00	530,00	530,00

Item/lotação	categoria	departamento	descrição do local	estado do bem	descrição do bem	quantidade	acesso	MAIOR	acesso	MENOR	MÉDIA	Valor total
8	computadores e periféricos	Depósito Barueri	recebimento de mercadoria	bom estado	1 computador DELL VOSTRO cpu/mouse/teclado	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-842490862-	650,00	http://p	399,00	524,50	524,50
9	computadores e periféricos	Depósito Barueri	recebimento de mercadoria	bom estado	1 impressora HP laser jet 400	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767212359-	888,00	http://p	800,00	844,00	844,00
23	computadores e periféricos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	4 computadores AOC cpu/mouse/teclado	4	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850146763-	1.300,00	http://p	300,00	800,00	3.200,00
24	computadores e periféricos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	1 impressora HP laser jet 400	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767205615-	899,00	http://p	888,00	893,50	893,50
28	computadores e periféricos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	1 impressora HP laser jet 400	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767205615-	899,00	http://p	888,00	893,50	893,50
32	computadores e periféricos	Depósito Barueri	escritório/núcleo operacional	bom estado	3 computadores DELL VOSTRO 220 S cpu/mouse/teclado	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-842490862-	650,00	http://p	399,00	524,50	1.573,50
33	computadores e periféricos	Depósito Barueri	escritório/núcleo operacional	bom estado	2 impressora HP Laser Jet Pro 400	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767205615-	899,00	http://p	888,00	893,50	1.787,00
66	computadores e periféricos	Depósito Barueri	montagem	bom estado	3 computadores DELL VOSTRO 220 S cpu/mouse/teclado	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-842490862-	650,00	http://p	399,00	524,50	1.573,50
67	computadores e periféricos	Depósito Barueri	montagem	bom estado	1 monitor DELL com mouse/teclado sem CPU	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-805867100-	249,00	http://p	119,00	184,00	184,00
70	computadores e periféricos	Depósito Barueri	montagem	bom estado	1 impressora HP laser jet 400	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767205615-	899,00	http://p	888,00	893,50	893,50
76	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	4 monitores DELL Tubo	4	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-834940849-	49,00	http://p	29,90	39,45	157,80
77	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	2 monitores LG Flatron	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-686501686-	99,99	http://p	79,99	89,99	179,98
78	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	2 CPU DELL	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-822024121-	599,00	http://p	490,00	544,50	1.089,00
79	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 CPU POSITIVO	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-846011705-	499,99	http://p	299,99	399,99	399,99
80	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 CPU HP	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-798939791-	639,90	http://p	100,00	369,95	369,95
81	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 transformador Audiofix estabilizador 2000W	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-841403541-	320,00	http://p	150,00	235,00	235,00

Item/laca	categoria	departamento	descrição do local	estado do bem	descrição do bem	quantidade	acesso	MAIOR	acesso	MENOR	MÉDIA	Valor total
82	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 transformador SNB estabilizador 500W	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-803315667-	139,00	http://p	34,00	86,50	86,50
83	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 suporte metálico para monitor de computador	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-846899452-	45,00	http://p	15,00	30,00	30,00
93	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 notebook HP core i5 com teclado e mouse	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-852128667-	2.459,00	http://p	699,00	1.579,00	1.579,00
107	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	19 computadores com CPU, mouse, teclado marca DELL VOSTRO 2205, LG E OPTIPLEX 3010	19	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-842490862-	650,00	http://p	399,00	524,50	9.965,50
108	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	9 monitores DELL, AOC, LG	9	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-805867100-	249,00	http://p	119,00	184,00	1.656,00
109	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	31 CPU LENOVO/DELL	31	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-822024121-	599,00	http://p	490,00	544,50	16.879,50
110	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	3 servidores DELL 500giga 3 discos	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-851574735-	3.950,00	http://p	2.000,00	2.975,00	8.925,00
111	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	5 impressoras HP Laser jet Pró 400	5	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767205615-	899,00	http://p	888,00	893,50	4.467,50
112	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 impressora HP Laser jet Pró MFP M 127 FN Multifuncional	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-849616815-	1.149,00	http://p	1.000,00	1.074,50	1.074,50
113	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 aparelho de fax panasonic	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-840876176-	100,00	http://p	49,99	75,00	75,00
114	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 relógio de ponto eletrônico MADIS digital	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850683594-	599,99	http://p	200,00	400,00	400,00
121	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	10 head fone Intelbras	10	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-813524750-	89,90	http://p	22,00	55,95	559,50
122	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	7 aparelhos de telefone fixo	7	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-847244333-	30,00	http://p	24,99	27,50	192,47
123	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	2 aparelhos de telefone sem fio	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-838940215-	69,00	http://p	65,00	67,00	134,00
124	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 máquina de calcular elétrica SHARP Compet CS-2157 (bobina)	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-839833588-	70,00	http://p	29,99	50,00	50,00
125	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 scanner HP Scanjet G2710	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-830456221-	270,00	http://p	149,00	209,50	209,50
139	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	1 computador LENOVO cpu/mouse/teclado	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-761561654-	1.149,00	http://p	759,99	954,50	954,50

Item/lotação	categoria	departamento	descrição do local	estado do bem	descrição do bem	quantidade	acesso	MAIOR	acesso	MENOR	MÉDIA	Valor total
2	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	bom estado	200 pallets de madeira (reforçado) 1,20 x 1,20	200	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-719204925	35,00	http://p	18,00	26,50	5.300,00
3	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	58 pallets de madeira 1,20 x 1,00	58	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-719204925	35,00	http://p	18,00	26,50	1.537,00
4	móveis e utensílios	Depósito Barueri	recebimento de mercadoria	bom estado	1 mesa de madeira em L com 3 gavetas 1,60 x 0,80	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-845338393	289,00	http://p	129,00	209,00	209,00
5	móveis e utensílios	Depósito Barueri	recebimento de mercadoria	mal estado	3 mesas de madeira com 3 gavetas 1,60 x 0,80	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-845338393	289,00	http://p	129,00	209,00	627,00
6	móveis e utensílios	Depósito Barueri	recebimento de mercadoria	bom estado	1 tampão de vidro para mesa 1,30 x 0,67	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-853517189	300,00	http://p	300,00	300,00	300,00
7	móveis e utensílios	Depósito Barueri	recebimento de mercadoria	bom estado	2 tampão de vidro para mesa 1,60 x 0,80	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-828640934	500,00	http://p	500,00	500,00	1.000,00
8	computadores e periféricos	Depósito Barueri	recebimento de mercadoria	bom estado	1 computador DELL VOSTRO cpu/mouse/teclado	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-842490862	650,00	http://p	399,00	524,50	524,50
9	computadores e periféricos	Depósito Barueri	recebimento de mercadoria	bom estado	1 impressora HP Laser jet 400	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767212359	888,00	http://p	800,00	844,00	844,00
10	móveis e utensílios	Depósito Barueri	recebimento de mercadoria	bom estado	1 cadeira giratória	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-724972205	99,00	http://p	35,00	67,00	67,00
11	móveis e utensílios	Depósito Barueri	recebimento de mercadoria	mal estado	1 cadeira fixa pés metálicos estofada	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-845968017	60,00	http://p	20,00	40,00	40,00
12	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	2 extintor pó químico 8kg	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850271763	49,98	http://p	49,00	49,49	98,98
13	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	2 extintor pó químico 4kg	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850562551	90,00	http://p	54,00	72,00	144,00
14	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	3 extintor água 10 litros	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-852743072	74,90	http://p	60,00	67,45	202,35
15	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	1 extintor água 12 litros	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-852743072	74,90	http://p	60,00	67,45	67,45
16	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	18 carrinhos de separação de mercadorias em madeira 1,20 x 0,60 com 4 rodas	18	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-842490540	190,00	http://p	190,00	190,00	3.420,00
17	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	bom estado	369 conjuntos de prateleiras metálicas (738 prateleiras de 2,00 x 1,00)	738	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850908790	200,00	http://p	160,00	180,00	132.840,00
18	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	6 máquinas de solda quebradas	6	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-710370680	549,00	http://p	399,00	474,00	2.844,00
19	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	20 cadeiras giratórias	20	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-724972205	99,00	http://p	35,00	67,00	1.340,00
20	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	20 cadeiras fixas	20	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-826996750	80,00	http://p	35,00	57,50	1.150,00
21	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	1 bancada de madeira 2,00x1,00	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-849580939	1.390,00	http://p	900,00	1.145,00	1.145,00
22	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	6 máquinas de fita d'água	6	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-791213841	800,00	http://p	150,00	475,00	2.850,00
23	computadores e periféricos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	4 computadores AOC cpu/mouse/teclado	4	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850146763	1.300,00	http://p	300,00	800,00	3.200,00
24	computadores e periféricos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	1 impressora HP Laser jet 400	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767205615	899,00	http://p	888,00	893,50	893,50
25	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	bom estado	3 balança eletrônica marca Micheletti para até 200kgs	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-834495475	900,00	http://p	900,00	900,00	2.700,00
26	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	1 balança eletrônica marca Micheletti para até 200kgs	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-834495475	900,00	http://p	900,00	900,00	900,00
27	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	bom estado	1 balança manual marca Confiança para até 1000 kgs mod 312	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-818919389	1.650,00	http://p	1.650,00	1.650,00	1.650,00
28	computadores e periféricos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	1 impressora HP Laser jet 400	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767205615	899,00	http://p	888,00	893,50	893,50
29	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	1 mesa de madeira 1,30 x 0,70	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-819930565	109,00	http://p	99,00	104,00	104,00
30	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	bom estado	1 bancada de madeira 2,00x1,00	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-849580939	1.390,00	http://p	900,00	1.145,00	1.145,00
31	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	bom estado	2 escadas trepadeira plataforma em alumínio	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850117400	1.800,00	http://p	1.800,00	1.800,00	3.600,00
32	computadores e periféricos	Depósito Barueri	escritório/núcleo operacional	bom estado	com 10 degraus marca Alustar ano 2005 3 computadores DELL VOSTRO 220 S cpu/mouse/teclado	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-842490862	650,00	http://p	399,00	524,50	1.573,50
33	computadores e periféricos	Depósito Barueri	escritório/núcleo operacional	bom estado	2 impressora HP Laser Jet Pro 400	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767205615	899,00	http://p	888,00	893,50	1.787,00

Item/lotação	categoria	departamento	descrição do local	estado do bem	descrição do bem	quantidade	acesso	MAIOR	acesso	MENOR	MÉDIA	Valor total
34	móveis e utensílios	Depósito Barueri	escritório/núcleo operacional	bom estado	1 ventilador britânia ventos protect30	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-824339569	89,00	http://p	89,00	89,00	89,00
35	móveis e utensílios	Depósito Barueri	escritório/núcleo operacional	mal estado	1 mesinha de apoio em madeira e metal 45x55	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850251011	160,00	http://p	120,00	140,00	140,00
36	móveis e utensílios	Depósito Barueri	escritório/núcleo operacional	mal estado	3 cadeiras giratórias	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-724972205	99,00	http://p	35,00	67,00	201,00
37	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	escritório/núcleo operacional	bom estado	1 escada de plataforma em ferro com 7 degraus	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-801638672	999,90	http://p	999,90	999,90	999,90
38	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	1 prateleira metálica	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850908790	200,00	http://p	160,00	180,00	180,00
39	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	bom estado	200 gaiolas metálicas 65L x 1,20C x 70A	200	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-718190496	360,00	http://p	360,00	360,00	72.000,00
40	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	bom estado	85 gaiolas metálicas 65L x 0,80C x 70A	85	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850214724	400,00	http://p	200,00	300,00	25.500,00
41	móveis e utensílios	Depósito Barueri	entrada do depósito	bom estado	1 extintor pó químico 8 kg	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850271763	49,98	http://p	49,00	49,49	49,49
42	móveis e utensílios	Depósito Barueri	estacionamento	bom estado	1 extintor dióxido de carbono 6 kg	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-835816598	300,00	http://p	185,00	242,50	242,50
43	móveis e utensílios	Depósito Barueri	estacionamento	bom estado	3 bancos de jardim em madeira e ferro fundido	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-708072096	310,00	http://p	185,00	247,50	742,50
44	móveis e utensílios	Depósito Barueri	vestiário masculino	mal estado	2 armários metálicos com 8 portas	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-836514308	350,00	http://p	220,00	285,00	570,00
45	móveis e utensílios	Depósito Barueri	vestiário masculino	mal estado	1 armário metálico com 16 portas	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-771484901	405,00	http://p	400,00	402,50	402,50
46	móveis e utensílios	Depósito Barueri	vestiário masculino	bom estado	1 cadeira fixa pés metálicos estofada	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-845968017	60,00	http://p	20,00	40,00	40,00
47	móveis e utensílios	Depósito Barueri	vestiário masculino	mal estado	3 bancos de madeira	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-714453707	550,00	http://p	550,00	550,00	1.650,00
48	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	bom estado	6 carrinhos de separação de mercadorias em ferro com 4 rodas 1,20 x 0,60	6	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-842490540	190,00	http://p	190,00	190,00	1.140,00
49	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	bom estado	1 mesa de madeira 2,00 x 0,90	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-849749360	150,00	http://p	150,00	150,00	150,00
50	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	22 carrinhos de supermercado em metal	22	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-851101393	100,00	http://p	80,00	90,00	1.980,00
51	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	1 bebedouro de água IBBL	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-847111070	200,00	http://p	180,00	190,00	190,00
52	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	depósito	mal estado	6 carrinhos hidráulicos para até 2000kg marca BYG	6	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-835781177	580,00	http://p	300,00	440,00	2.640,00
53	móveis e utensílios	Depósito Barueri	montagem	mal estado	5 bancadas para montagem em madeira e tampo em alumínio 0,90 x 1,90	5	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-742526043	1.100,00	http://p	900,00	1.000,00	5.000,00
54	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	8 bancadas para montagem em madeira e tampo em alumínio 0,90 x 1,90	8	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-742526043	1.100,00	http://p	900,00	1.000,00	8.000,00
55	móveis e utensílios	Depósito Barueri	montagem	mal estado	2 bancadas para montagem em madeira 0,90 x 3,00	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-742526043	1.100,00	http://p	900,00	1.000,00	2.000,00
56	móveis e utensílios	Depósito Barueri	depósito	mal estado	5 bancadas para montagem em madeira 0,90 x 3,00	5	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-742526043	1.100,00	http://p	900,00	1.000,00	5.000,00
57	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	montagem	mal estado	1 esmeril de bancada	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-853382211	250,00	http://p	150,00	200,00	200,00
58	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	montagem	mal estado	7 máquinas de solda	7	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-710370680	549,00	http://p	399,00	474,00	3.318,00
59	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	montagem	mal estado	10 máquinas de fita d'água	10	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-791213841	800,00	http://p	150,00	475,00	4.750,00
60	móveis e utensílios	Depósito Barueri	montagem	bom estado	11 prateleiras metálicas 2,00 x 1,00	11	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850908790	200,00	http://p	160,00	180,00	1.980,00
61	móveis e utensílios	Depósito Barueri	montagem	mal estado	1 bebedouro de água IBBL	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-847111070	200,00	http://p	180,00	190,00	190,00
62	móveis e utensílios	Depósito Barueri	montagem	mal estado	2 mesas de madeira com pés de metal com tampo de vidro 1,30 x 0,67	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-819930565	109,00	http://p	99,00	104,00	208,00
63	móveis e utensílios	Depósito Barueri	montagem	mal estado	1 mesa de madeira com pés de metal sem tampo de vidro 1,30 x 0,67	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-819930565	109,00	http://p	99,00	104,00	104,00
64	móveis e utensílios	Depósito Barueri	montagem	mal estado	8 cadeiras giratórias	8	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-724972205	99,00	http://p	35,00	67,00	536,00
65	móveis e utensílios	Depósito Barueri	montagem	mal estado	1 mesinha de apoio em madeira e metal 45x55	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850251011	160,00	http://p	120,00	140,00	140,00
66	computadores e periféricos	Depósito Barueri	montagem	bom estado	3 computadores DELL VOSTRO 220 S cpu/mouse/teclado	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-842490862	650,00	http://p	399,00	524,50	1.573,50

Item/lotação	categoria	departamento	descrição do local	estado do bem	descrição do bem	quantidade	acesso	MAIOR	acesso	MENOR	MÉDIA	Valor total
67	computadores e periféricos	Depósito Barueri	montagem	bom estado	1 monitor DELL com mouse/teclado sem CPU	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-805867100	249,00	http://p	119,00	184,00	184,00
68	máquinas e equipamentos	Depósito Barueri	montagem	bom estado	1 balança Filizola eletrônica CI 6 para 6 kg	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-848673652	700,00	http://p	360,00	530,00	530,00
69	móveis e utensílios	Depósito Barueri	montagem	bom estado	1 ventilador Ventilsilva	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-848586595	300,00	http://p	300,00	300,00	300,00
70	computadores e periféricos	Depósito Barueri	montagem	bom estado	1 impressora HP Laser Jet 400	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767205615	899,00	http://p	888,00	893,50	893,50
71	móveis e utensílios	Depósito Barueri	montagem	mal estado	1 armário de madeira com 2 portas 1,00 x 0,40	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-709374676	359,00	http://p	310,00	334,50	334,50
72	móveis e utensílios	Depósito Barueri	montagem	bom estado	1 armário metálico com 2 portas 2,00 x 0,90	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-833208247	290,00	http://p	229,00	259,50	259,50
73	móveis e utensílios	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 armário metálico com 16 portas	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-771484901	405,00	http://p	400,00	402,50	402,50
74	móveis e utensílios	Depósito Barueri	vestiário feminino	mal estado	1 armário metálico com 8 portas	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-836514308	350,00	http://p	220,00	285,00	285,00
75	móveis e utensílios	Depósito Barueri	vestiário feminino	mal estado	2 bancos de madeira	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-714453707	550,00	http://p	550,00	550,00	1.100,00
76	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	4 monitores DELL Tubo	4	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-834940849	49,00	http://p	29,90	39,45	157,80
77	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	2 monitores LG Flatron	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-686501686	99,99	http://p	79,99	89,99	179,98
78	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	2 CPU DELL	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-822024121	599,00	http://p	490,00	544,50	1.089,00
79	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 CPU POSITIVO	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-846011705	499,99	http://p	299,99	399,99	399,99
80	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 CPU HP	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-798939791	639,90	http://p	100,00	369,95	369,95
81	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 transformador Audiofix estabilizador 2000W	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-841403541	320,00	http://p	150,00	235,00	235,00
82	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 transformador SNB estabilizador 500W	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-803315667	139,00	http://p	34,00	86,50	86,50
83	computadores e periféricos	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 suporte metálico para monitor de computador	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-846899452	45,00	http://p	15,00	30,00	30,00
84	móveis e utensílios	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	1 tampão de vidro para mesa 1,30 x 0,67	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-853517189	300,00	http://p	300,00	300,00	300,00
85	móveis e utensílios	Depósito Barueri	vestiário feminino	bom estado	2 tampão de vidro para mesa 1,60 x 0,80	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-828640934	500,00	http://p	500,00	500,00	1.000,00
86	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião menor	bom estado	1 mesa em madeira/fórmica com pés metálicos	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-833655197	150,00	http://p	90,00	120,00	120,00
87	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião menor	bom estado	4 cadeiras fixas estofadas com pés de metal	4	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-845968017	60,00	http://p	20,00	40,00	160,00
88	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião menor	bom estado	1 estante de madeira com 3 partes medindo total 2,00 x 2,50	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-777403221	950,00	http://p	950,00	950,00	950,00
89	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	excelente estado	1 mesa de madeira com pés de metal 3,50 x 1,00	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-749716068	2.900,00	http://p	2.500,00	2.700,00	2.700,00
90	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	excelente estado	12 cadeiras fixas estofadas com pés de metal	12	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-845968017	60,00	http://p	20,00	40,00	480,00
91	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 mesa para TV em madeira 1,00 x 0,60	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-833655197	150,00	http://p	90,00	120,00	120,00

Item/lotação	categoria	departamento	descrição do local	estado do bem	descrição do bem	quantidade	acesso	MAIOR	acesso	MENOR	MÉDIA	Valor total
92	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 TV PHILIPS tela plana 50"	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-811709011	1.700,00	http://p	650,00	1.175,00	1.175,00
93	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 notebook HP core i5 com teclado e mouse	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-852128667	2.459,00	http://p	699,00	1.579,00	1.579,00
95	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 aparelho de ar condicionado Fujitsu Inverter modelo A0BR30JCT (maior)	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850687026	3.900,00	http://p	3.500,00	3.700,00	3.700,00
97	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 aparelho de ar condicionado HITACHI R4104	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850687026	3.900,00	http://p	3.500,00	3.700,00	3.700,00
98	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 Freezer PHILCO PH 85 N	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-853906862	650,00	http://p	650,00	650,00	650,00
99	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 buffet (armário) em madeira com 2 portas e pés metálico 0,80 x 0,50	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-709374676	359,00	http://p	310,00	334,50	334,50
100	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 mesinha de apoio para café em madeira e metal 45x60 com rodinhas	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850251011	160,00	http://p	120,00	140,00	140,00
101	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 tapete em cisal 4,00 x 2,50	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-840625846	690,00	http://p	500,00	595,00	595,00
102	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 mapa Geomapas 1,60 x 1,60	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-721996155	6,00	http://p	6,00	6,00	6,00
103	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala de reunião principal	bom estado	1 banco de jardim em madeira e ferro fundido	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-708072096	310,00	http://p	185,00	247,50	247,50
104	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	13 mesas de madeira/fórmica com pés metálicos 1,40 x 0,70	13	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-819930565	109,00	http://p	99,00	104,00	1.352,00
105	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	24 cadeiras giroflex tipo diretor regulável e com braços	24	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-836022289	780,00	http://p	390,00	585,00	14.040,00
106	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	16 armários metálicos com 4 gavetas	16	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-848244001	299,99	http://p	130,00	215,00	3.439,92
107	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	19 computadores com CPU, mouse, teclado marca DELL VOSTRO 2205, LG E OPTIPLEX 3010	19	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-842490862	650,00	http://p	399,00	524,50	9.965,50
108	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	9 monitores DELL, AOC, LG	9	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-805867100	249,00	http://p	119,00	184,00	1.656,00
109	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	31 CPU LENOVO/DELL	31	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-822024121	599,00	http://p	490,00	544,50	16.879,50
110	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	3 servidores DELL 500giga 3 discos	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-851574735	3.950,00	http://p	2.000,00	2.975,00	8.925,00
111	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	5 impressoras HP Laser Jet Pró 400	5	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-767205615	899,00	http://p	888,00	893,50	4.467,50
112	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 impressora HP laser Jet Pró MFP M 127 FN Multifuncional	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-849616815	1.149,00	http://p	1.000,00	1.074,50	1.074,50
113	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 aparelho de fax panasonic	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-840876176	100,00	http://p	49,99	75,00	75,00
114	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 relógio de ponto eletrônico MADIS digital	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850683594	599,99	http://p	200,00	400,00	400,00
115	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	mal estado	1 armário em madeira com 2 portas 0,85 x 0,50	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-709374676	359,00	http://p	310,00	334,50	334,50
116	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	mal estado	2 armários em madeira com 2 portas 0,40 x 0,90	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-709374676	359,00	http://p	310,00	334,50	669,00
117	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	mal estado	4 mesinhas para impressora em madeira com pés metálicos com rodinhas 0,45 x 0,50	4	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850251011	160,00	http://p	120,00	140,00	560,00
118	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 aparelho de ar condicionado marca CARRIER 58.000 BTUS	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-783440910	5.400,00	http://p	3.500,00	4.450,00	4.450,00

Item/lotação	categoria	departamento	descrição do local	estado do bem	descrição do bem	quantidade	acesso	MAIOR	acesso	MENOR	MÉDIA	Valor total
119	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 aparelho de ar condicionado HITACHI R410A	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850687026	3.900,00	http://p	3.500,00	3.700,00	3.700,00
121	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	10 head fone Intelbras	10	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-813524750	89,90	http://p	22,00	55,95	559,50
122	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	7 aparelhos de telefone fixo	7	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-847244333	30,00	http://p	24,99	27,50	192,47
123	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	2 aparelhos de telefone sem fio	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-838940215	69,00	http://p	65,00	67,00	134,00
124	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 máquina de calcular elétrica SHARP Compet CS-2157 (bobina)	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-839833588	70,00	http://p	29,99	50,00	50,00
125	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 scanner HP Scanjet G2710	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-830456221	270,00	http://p	149,00	209,50	209,50
126	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 escada em alumínio com 6 degraus	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-804976994	101,37	http://p	101,37	101,37	101,37
127	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	2 extintores dióxido carbono 6 Kg	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-835816598	300,00	http://p	185,00	242,50	485,00
128	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 extintor pó químico 12 kg	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-773652050	30,00	http://p	30,00	30,00	30,00
129	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 carrinho de transporte manual em ferro com 2 rodas	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-843652218	180,00	http://p	180,00	180,00	180,00
130	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 aparelho para encadernação de papel DRACCO Challenger	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-853498846	599,90	http://p	270,00	434,95	434,95
131	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 lousa Stalo/spiral para aula com papel	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-851159968	80,00	http://p	80,00	80,00	80,00
132	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala da administração geral	bom estado	1 banco de jardim em madeira e ferro fundido	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-708072096	310,00	http://p	185,00	247,50	247,50
133	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	copa (sala de café)	bom estado	1 aparelho de ar condicionado Fujitsu DC Inverter 12.000 BTUS	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-850165779	2.000,00	http://p	1.400,00	1.700,00	1.700,00
134	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	1 vaso em cerâmica/resina	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-820327643	145,00	http://p	145,00	145,00	145,00
135	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	1 mesa em madeira/fórmica com pés metálicos 1,40 x 0,70	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-819930565	109,00	http://p	99,00	104,00	104,00
136	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	3 mesas de madeira/fórmica com pés metálicos 1,60 x 0,70	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-819930565	109,00	http://p	99,00	104,00	312,00
137	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	3 cadeiras marca Giroflex fixa pés metálicos	3	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-775071831	100,00	http://p	100,00	100,00	300,00
138	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	2 cadeiras diretor Giroflex com rodas	2	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-836022289	780,00	http://p	390,00	585,00	1.170,00
139	computadores e periféricos	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	1 computador LENOVO cpu/mouse/teclado	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-761561654	1.149,00	http://p	759,99	954,50	954,50
140	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	1 mapa 1,00 x 1,20	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-721996155	6,00	http://p	6,00	6,00	6,00
141	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	1 aparelho de ar condicionado Fujitsu Inverter 18.000 BTUS	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-849415614	3.700,00	http://p	3.700,00	3.700,00	3.700,00
142	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	6 divisórias em vidro temperado 8mm 0,90 x 2,50	6	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-853968933	250,00	http://p	250,00	250,00	1.500,00
143	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	1 lousa em vidro temperado 1,20 x 2,40	1	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-849507999	350,00	http://p	350,00	350,00	350,00
144	móveis e utensílios	Escrit. Central / Administração	sala diretoria	bom estado	12 persianas em plástico L 1,00	12	http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-744218804	55,99	http://p	44,99	50,49	605,88

APÊNDICE II

Lei 11.101/2005

Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convação em falência, e deverá conter:

I – discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo;

II – demonstração de sua viabilidade econômica; e

III – laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

Parágrafo único. O juiz ordenará a publicação de edital contendo aviso aos credores sobre o recebimento do plano de recuperação e fixando o prazo para a manifestação de eventuais objeções, observado o art. 55 desta Lei.

NBR 14653-1

Avaliação de bens

Parte 1: Procedimentos gerais

Sumário

Prefácio

Introdução

1 Objetivo

2 Referências normativas

3 Definições

4 Símbolos e abreviaturas

5 Classificação dos bens

6 Procedimentos de excelência

7 Atividades básicas

8 Metodologia aplicável

9 Especificação das avaliações

10 Apresentação do laudo de avaliação

ANEXO

Referências bibliográficas

Prefácio

A ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - é o Fórum Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros).

Os Projetos de Norma Brasileira, elaborados no âmbito dos ABNT/CB e ABNT/ONS, circulam para Consulta Pública entre os associados da ABNT e demais interessados.

A NBR 14653 será constituída pelas seguintes partes, sob o título geral "Avaliação de bens":

- Parte 1: Procedimentos gerais;
- Parte 2: Imóveis urbanos;

NBR 14653-1:2001

- Parte 3: Imóveis rurais;
- Parte 4: Empreendimentos;
- Parte 5: Máquinas, equipamentos, instalações e bens industriais em geral;
- Parte 6: Recursos naturais e ambientais;
- Parte 7: Patrimônios históricos.

Esta parte da NBR 14563 desempenha o papel de guia, indicando os procedimentos gerais para as demais partes, e somente será utilizável em conjunto com cada uma delas.

À medida em que forem produzidas as partes acima listadas, serão canceladas e substituídas as NBR 5676:1990 - Avaliação de imóveis urbanos, NBR 8799:1985 - Avaliação de imóveis rurais, NBR 8951:1985 - Avaliação de glebas urbanizáveis, NBR 8976:1985 - Avaliação de unidades padronizadas, NBR 8977:1985 - Avaliação de máquinas, equipamentos, instalações e complexos industriais e NBR 13820:1997 - Avaliação de servidões.

Esta Norma contém o anexo A, de caráter informativo.

Introdução

Na década de 50 surgem as primeiras normas de avaliação de imóveis organizadas por entidades públicas e institutos voltados para a engenharia de avaliações.

O primeiro anteprojeto de normas da ABNT data de 1957. Sucedem-se outros, de grande importância, elaborados por institutos que atuam no ramo, mas o assunto ganha relevância na época do grande surto de desapropriações da década de 60, com estudos feitos por comissões de profissionais dedicados a perícias e avaliações judiciais. Outros trabalhos são desenvolvidos com a mesma finalidade nos anos 70.

Em 1977 surge a primeira norma brasileira para avaliação de imóveis urbanos, a NBR 5676 (NB-502) da ABNT, cuja principal novidade é o estabelecimento de níveis de precisão para as avaliações. Nessa época a ABNT começa a produzir outras normas para avaliações, com a seguinte tipologia: imóveis rurais; unidades padronizadas; máquinas, equipamentos e complexos industriais; glebas urbanizáveis.

Revista em 1989, a norma brasileira para avaliação de imóveis urbanos é registrada no INMETRO como NBR 5676. Nessa oportunidade os níveis de precisão são transformados em níveis de rigor. Segue-se a ela a norma para avaliação de servidões. Paralelamente, alguns institutos, com base na NBR 5676, produzem normas específicas com níveis maiores de detalhamento e respeitando as características de cada região.

Esta parte da NBR 14653 visa consolidar os conceitos, métodos e procedimentos gerais para os serviços técnicos de avaliação de bens.

1 Objetivo

Esta parte da NBR 14653 fixa as diretrizes para avaliação de bens, quanto a:

- a) classificação da sua natureza;
- b) instituição de terminologia, definições, símbolos e abreviaturas;
- c) descrição das atividades básicas;
- d) definição da metodologia básica;
- e) especificação das avaliações;
- f) requisitos básicos de laudos e pareceres técnicos de avaliação.

Esta parte da NBR 14653 apresenta diretrizes para os procedimentos de excelência relativos ao exercício profissional.

Esta parte da NBR 14653 é exigível em todas as manifestações técnicas escritas vinculadas às atividades de engenharia de avaliações.

NOTA - A Resolução nº 218 do CONFEA fixa as atribuições profissionais do engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo nas diversas modalidades e, conforme a Resolução nº 345 do CONFEA, são de atribuição privativa dos engenheiros em suas diversas especialidades, dos arquitetos, dos engenheiros agrônomos, dos geólogos, dos geógrafos e dos meteorologistas, registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, as atividades de vistorias, perícias, avaliações e arbitramentos relativos a bens móveis e imóveis, suas partes integrantes e pertences, máquinas e instalações industriais, obras e serviços de utilidade pública, recursos naturais e bens e direitos que, de qualquer forma, para a sua existência ou utilização, sejam de atribuição dessas profissões.

2 NBR 14653-1:2001 3 Referências normativas

As normas relacionadas a seguir contêm disposições que, ao serem citadas neste texto, constituem prescrições para esta parte da NBR 14653. As edições indicadas estavam em vigor no momento desta publicação. Como toda norma está sujeita a revisão, recomenda-se àqueles que realizam acordos com base nesta que verifiquem a conveniência de se usarem as edições mais recentes das normas citadas a seguir. A ABNT possui a informação das normas em vigor em um dado momento.

Decreto Federal nº 81.621, de 03/05/1978, que aprova o Quadro Geral de Unidades de Medida Resolução nº 218, de 29/06/1973, do CONFEA, que fixa as atribuições profissionais do Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo nas diversas modalidades Resolução nº 345, de 27/07/1990, do CONFEA, que dispõe quanto ao exercício por profissional de nível superior das atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia

3 Definições

Para os efeitos desta parte da NBR 14653, aplicam-se as seguintes definições:

NOTA - Esta parte da NBR 14653 adota definições diferenciadas em relação às de domínio público. As apresentadas a seguir são gerais; as específicas constam nas respectivas partes da NBR 14653.

3.1 acessório: Bem que se incorpora ao principal e que possui valor isoladamente, incorporado ou não a ele.

3.2 amostra: Conjunto de dados de mercado representativos de uma população.

3.3 amostragem: Procedimento utilizado para constituir uma amostra.

3.4 arrendamento: Retribuição pela cessão de direito à exploração, uso ou fruição de um bem capaz de produzir frutos, por prazo certo e condições convencionadas.

3.5 avaliação de bens: Análise técnica, realizada por engenheiro de avaliações, para identificar o valor de um bem, de seus custos, frutos e direitos, assim como determinar indicadores da viabilidade de sua utilização econômica, para uma determinada finalidade, situação e data.

3.6 bem: Coisa que tem valor, suscetível de utilização ou que pode ser objeto de direito, que integra um patrimônio.

3.6.1 bem tangível: Bem identificado materialmente (por exemplo: imóveis, equipamentos, matérias-primas).

3.6.2 bem intangível: Bem não identificado materialmente (por exemplo: fundo de comércio, marcas e patentes).

3.7 benfeitoria: Resultado de obra ou serviço realizado num bem e que não pode ser retirado sem destruição, fratura ou dano.

3.7.1 benfeitoria necessária: Benfeitoria é indispensável para conservar o bem ou evitar a sua deterioração.

3.7.2 benfeitoria útil: Benfeitoria que aumenta ou facilita o seu uso, embora dispensável.

3.7.3 benfeitoria voluptuária: Benfeitoria que visa simples deleite ou recreio, sem aumentar o uso normal do bem.

3.8 campo de arbítrio: Intervalo de variação no entorno do estimador pontual adotado na avaliação, dentro do qual pode-se arbitrar o valor do bem, desde que justificado pela existência de características próprias não contempladas no modelo.

3.9 custo: Total dos gastos diretos e indiretos necessários à produção, manutenção ou aquisição de um bem, numa determinada data e situação.

3.9.1 custo direto de produção: Gastos com insumos, inclusive mão-de-obra, na produção de um bem.

3.9.2 custo indireto de produção: Despesas administrativas e financeiras, benefícios e demais ônus e encargos necessários à produção de um bem.

3.9.3 custo de reedição: Custo de reprodução, descontada a depreciação do bem, tendo em vista o estado em que se encontra.

3.9.4 custo de reprodução: Gasto necessário para reproduzir um bem, sem considerar eventual depreciação.

3.9.5 custo de substituição: Custo de reedição de um bem, com a mesma função e características assemelhadas ao avaliando.

3.10 dado de mercado: Conjunto de informações coletadas no mercado relacionadas a um determinado bem.

4 NBR 14653-1:2001

3.11 dano: Prejuízo causado a outrem pela ocorrência de vícios, defeitos, sinistros e delitos, entre outros.

3.12 depreciação: Perda de valor de um bem, devido a modificações em seu estado ou qualidade, ocasionadas por:

3.12.1 decrepitude: Desgaste de suas partes constitutivas, em consequência de seu envelhecimento natural, em condições normais de utilização e manutenção.

3.12.2 deterioração: Desgaste de seus componentes em razão de uso ou manutenção inadequados.

3.12.3 mutilação: Retirada de sistemas ou componentes originalmente existentes.

3.12.4 obsolescência: Superação tecnológica ou funcional.

3.13 empreendimento: Conjunto de bens capaz de produzir receitas por meio de comercialização ou exploração econômica.

Pode ser: imobiliário (por exemplo: loteamento, prédios comerciais/residenciais), de base imobiliária (por exemplo: hotel, shopping center, parques temáticos), industrial ou rural.

3.14 empresa: Organização por meio da qual se canalizam recursos para produzir ou oferecer bens e serviços, com vista, em geral, à obtenção de lucros, podendo no seu patrimônio conter cotas-partes de outras empresas ou empreendimentos.

3.15 engenharia de avaliações: Conjunto de conhecimentos técnico-científicos especializados, aplicados à avaliação de bens.

3.16 engenharia de custos: Conjunto de conhecimentos técnico-científicos especializados, aplicados à avaliação de custos de bens e serviços.

3.17 engenharia econômica: Conjunto de conhecimentos técnico-científicos especializados, aplicados à análise e avaliação técnico-econômica de empreendimentos.

3.18 engenharia legal: Parte da engenharia que atua na interface técnico-legal envolvendo avaliações e toda espécie de perícias relativas a procedimentos judiciais.

3.19 engenheiro de avaliações: Profissional de nível superior, com habilitação legal e capacitação técnico-científica para realizar avaliações, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

3.20 fator de comercialização: Razão entre o valor de mercado de um bem e o seu custo de reedição ou de substituição, que pode ser maior ou menor do que 1 (um).

3.21 fruto: Resultado da exploração econômica de um bem.

3.22 fundo de comércio: Bem intangível pertencente ao titular do negócio, decorrente do resultado de suas operações mercantis, composto entre outros de: nome comercial, freguesia, patentes e marcas.

3.23 hipótese nula em um modelo de regressão: Hipótese de que uma ou um conjunto de variáveis independentes envolvidas no modelo de regressão não é importante para explicar a variação do fenômeno, a um nível de significância preestabelecido.

3.24 homogeneização: Tratamento dos preços observados, mediante a aplicação de transformações matemáticas que expressem, em termos relativos, as diferenças entre os atributos dos dados de mercado e os do bem avaliando.

3.25 imóvel: Bem constituído de terreno e eventuais benfeitorias a ele incorporadas. Pode ser classificado como urbano ou rural, em função da sua localização, uso ou vocação.

3.26 inferência estatística: Parte da ciência estatística que permite extrair conclusões sobre a população a partir de amostra.

3.27 infra-estrutura: Conjunto de obras e serviços que dá suporte às atividades econômicas, sociais ou à utilização de um bem.

3.28 instalação: Conjunto de aparelhos, peças ou dispositivos necessários ou acessórios à utilização de um bem.

3.29 laudo de avaliação: Relatório técnico elaborado por engenheiro de avaliações em conformidade com esta parte da NBR 14653, para avaliar o bem¹).

3.30 liquidação forçada: Condição relativa à hipótese de uma venda compulsória ou em prazo menor que o médio de absorção pelo mercado.

3.31 modelo: Representação técnica da realidade.

1) Na engenharia legal este termo é reservado ao trabalho do perito.

NBR 14653-1:2001 5

3.32 modelo de regressão: Modelo utilizado para representar determinado fenômeno, com base numa amostra, considerando-se as diversas características influenciadoras.

3.33 nível de significância: Probabilidade de rejeitar a hipótese nula, quando ela for verdadeira.

3.34 parecer técnico: Relatório circunstanciado ou esclarecimento técnico emitido por um profissional capacitado e legalmente habilitado sobre assunto de sua especialidade.

3.35 perícia: Atividade técnica realizada por profissional com qualificação específica, para averiguar e esclarecer fatos, verificar o estado de um bem, apurar as causas que motivaram determinado evento, avaliar bens, seus custos, frutos ou direitos.

3.36 pesquisa: Conjunto de atividades de identificação, investigação, coleta, seleção, processamento, análise e interpretação de resultados sobre dados de mercado.

3.37 população: Totalidade de dados de mercado do segmento que se pretende analisar.

3.38 preço: Quantia pela qual se efetua, ou se propõe efetuar, uma transação envolvendo um bem, um fruto ou um direito sobre ele.

3.39 recurso ambiental: Recurso natural necessário à existência e preservação da vida.

3.40 servidão: Encargo específico que se impõe a uma propriedade em proveito de outrem.

3.41 situação paradigma: Situação hipotética adotada como referencial para avaliação de um bem.

3.42 taxa de desconto: Taxa adotada para o cálculo do valor presente de uma despesa ou receita futura.

3.43 tratamento de dados: Aplicação de operações que expressem, em termos relativos, as diferenças de atributos entre os dados de mercado e os do bem avaliando.

3.44 valor de mercado: Quantia mais provável pela qual se negociaria voluntariamente e conscientemente um bem, numa data de referência, dentro das condições do mercado vigente.

3.45 valor em risco: Valor representativo da parcela do bem que se deseja segurar.

3.46 valor patrimonial: Valor correspondente à totalidade dos bens de pessoa física ou jurídica.

3.47 valor residual: Quantia representativa do valor do bem ao final de sua vida útil.

3.48 vantagem da coisa feita: Diferença entre o valor de mercado e o custo de reedição de um bem, quando positiva.

3.49 vida econômica: Prazo econômico operacional de um bem.

3.50 vida útil: Prazo de utilização funcional de um bem.

3.51 vida remanescente: Vida útil que resta a um bem.

3.52 vistoria: Constatação local de fatos, mediante observações criteriosas em um bem e nos elementos e condições que o constituem ou o influenciam.

4 Símbolos e Abreviaturas

As notações adotadas pelo engenheiro de avaliações devem ser devidamente explicitadas no laudo ou parecer técnico, indicando-se também suas respectivas unidades de medida, em acordo com o Decreto Federal nº 81.621 de 03/05/78.

5 Classificação dos bens

Os bens abrangidos nesta Norma classificam-se em tangíveis e intangíveis:

a) quanto aos tangíveis, destacam-se entre outros:

- imóveis;
- máquinas;
- equipamentos;
- veículos;
- mobiliário e utensílios;
- acessórios;
- matérias-primas e outras mercadorias;

6 NBR 14653-1:2001

- infra-estruturas;
- instalações;
- recursos naturais;
- recursos ambientais;
- culturas agrícolas;

- semoventes;

b) Quanto aos intangíveis, destacam-se entre outros:

- empreendimentos de base imobiliária, industrial ou rural;

- fundos de comércio;

- marcas;

- patentes.

6 Procedimentos de excelência

O engenheiro de avaliações deve adotar os procedimentos descritos em 6.1 a 6.7.

6.1 Quanto à capacitação profissional

Manter-se atualizado quanto ao estado da arte e somente aceitar encargo para o qual esteja especificamente habilitado e capacitado, assessorando-se de especialistas, quando necessário.

6.2 Quanto ao sigilo

Considerar como confidencial o resultado do trabalho realizado e toda informação técnica, financeira ou de outra natureza, recebida do cliente.

6.3 Quanto à propriedade intelectual

Jamais reproduzir trabalhos alheios publicados sem a necessária citação. No caso de trabalhos não publicados, obter autorização para reproduzi-lo. Ao reproduzir, fazê-lo sem truncamentos, de modo a expressar corretamente o sentido das teses desenvolvidas.

6.4 Quanto ao conflito de interesses

Declinar da sua contratação e informar as razões ao cliente, se houver motivo de impedimento ou suspeição em decorrência de conflito de interesse.

6.5 Quanto à independência na atuação profissional

Assessorar com independência a parte que o contratou, com o objetivo de expressar a realidade.

6.6 Quanto à competição por preços

Evitar a participação em competições que aviltem honorários profissionais.

6.7 Quanto à difusão do conhecimento técnico

Envidar esforços na difusão de conhecimentos para a melhor e mais correta compreensão dos aspectos técnicos e assuntos relativos ao exercício profissional. Expressar-se publicamente sobre assuntos técnicos somente quando devidamente capacitado para tal.

7 Atividades Básicas

7.1 Requisição da documentação

Cabe ao engenheiro de avaliações solicitar ao contratante ou interessado o fornecimento da documentação relativa ao bem, necessária à realização do trabalho.

7.2 Conhecimento da documentação

7.2.1 É recomendável que, ao iniciar o procedimento de avaliação, a primeira providência do engenheiro de avaliações seja tomar conhecimento da documentação disponível.

7.2.2 Na impossibilidade de o contratante ou interessado fornecer toda a documentação necessária ou esclarecer eventuais incoerências, o engenheiro de avaliações deverá julgar sobre a possibilidade de elaborar a avaliação.

Em caso positivo, deverá deixar claramente expressas as ressalvas relativas à insuficiência ou incoerência da informação, bem como os pressupostos assumidos em função dessas condições.

NBR 14653-1:2001 7

7.3 Vistoria do bem avaliando

7.3.1 Nenhuma avaliação poderá prescindir da vistoria. Em casos excepcionais, quando for impossível o acesso ao bem avaliando, admite-se a adoção de uma situação paradigma, desde que acordada entre as partes e explicitada no laudo.

7.3.2 A vistoria deve ser efetuada pelo engenheiro de avaliações com o objetivo de conhecer e caracterizar o bem avaliando e sua adequação ao seu segmento de mercado, daí resultando condições para a orientação da coleta de dados.

7.3.3 É recomendável registrar as características físicas e de utilização do bem e outros aspectos relevantes à formação do valor.

7.3.4 O conhecimento de estudos, projetos ou perspectivas tecnológicas que possam vir a afetar o valor do bem avaliando deverá ser explicitado e suas conseqüências apreciadas.

7.4 Coleta de dados

É recomendável que seja planejada com antecedência, tendo em vista: as características do bem avaliando, disponibilidade de recursos, informações e pesquisas anteriores, plantas e documentos, prazo de execução dos serviços, enfim, tudo que possa esclarecer aspectos relevantes para a avaliação.

7.4.1 Aspectos Quantitativos

É recomendável buscar a maior quantidade possível de dados de mercado, com atributos comparáveis aos do bem avaliando.

7.4.2 Aspectos Qualitativos

Na fase de coleta de dados é recomendável:

- a) buscar dados de mercado com atributos mais semelhantes possíveis aos do bem avaliando;
- b) identificar e diversificar as fontes de informação, sendo que as informações devem ser cruzadas, tanto quanto possível, com objetivo de aumentar a confiabilidade dos dados de mercado;
- c) identificar e descrever as características relevantes dos dados de mercado coletados;
- d) buscar dados de mercado de preferência contemporâneos com a data de referência da avaliação.

7.4.3 Situação mercadológica

Na coleta de dados de mercado relativos a ofertas é recomendável buscar informações sobre o tempo de exposição no mercado e, no caso de transações, verificar a forma de pagamento praticada e a data em que ocorreram.

7.5 Escolha da metodologia

A metodologia escolhida deve ser compatível com a natureza do bem avaliando, a finalidade da avaliação e os dados de mercado disponíveis. Para a identificação do valor de mercado, sempre que possível preferir o método comparativo direto de dados de mercado, conforme definido em 8.3.1.

7.6 Tratamento dos dados

Os dados devem ser tratados para obtenção de modelos de acordo com a metodologia escolhida.

7.7 Identificação do valor de mercado

7.7.1 Valor de mercado do bem

A identificação do valor deve ser efetuada segundo a metodologia que melhor se aplique ao mercado de inserção do bem e a partir do tratamento dos dados de mercado, permitindo-se:

- a) arredondar o resultado de sua avaliação, desde que o ajuste final não varie mais de 1% do valor estimado;
- b) indicar a faixa de variação de preços do mercado admitida como tolerável em relação ao valor final, desde que indicada a probabilidade associada.

7.7.2 Diagnóstico do mercado

O engenheiro de avaliações, conforme a finalidade da avaliação, deve analisar o mercado onde se situa o bem avaliando de forma a indicar, no laudo, a liquidez deste bem e, tanto quanto possível, relatar a estrutura, a conduta e o desempenho do mercado.

8 Metodologia aplicável

8.1 Generalidades

8.1.1 A metodologia aplicável é função, basicamente, da natureza do bem avaliando, da finalidade da avaliação e da disponibilidade, qualidade e quantidade de informações colhidas no mercado. A sua escolha deve ser justificada e ater-se ao estabelecido nesta parte da NBR 14653, bem como nas demais partes que compõem a NBR 14653, com o objetivo de retratar o comportamento do mercado por meio de modelos que suportem racionalmente o convencimento do valor.

8.1.2 Esta parte da NBR 14653 e as demais partes se aplicam a situações normais e típicas do mercado. Em situações atípicas, onde ficar comprovada a impossibilidade de utilizar as metodologias previstas nesta parte da NBR 14653, é facultado ao engenheiro de avaliações o emprego de outro procedimento, desde que devidamente justificado.

8.1.3 Os procedimentos avaliatórios usuais, com a finalidade de identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos, o seu custo, bem como aqueles para determinar indicadores de viabilidade, estão descritos em 8.2, 8.3 e 8.4, respectivamente.

8.2 Métodos para identificar o valor de um bem, de seus frutos e direitos

8.2.1 Método comparativo direto de dados de mercado

Identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.

8.2.2 Método involutivo

Identifica o valor de mercado do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem e com as condições do mercado no qual está inserido, considerando-se cenários viáveis para execução e comercialização do produto.

8.2.3 Método evolutivo

Identifica o valor do bem pelo somatório dos valores de seus componentes. Caso a finalidade seja a identificação do valor de mercado, deve ser considerado o fator de comercialização.

8.2.4 Método da capitalização da renda

Identifica o valor do bem, com base na capitalização presente da sua renda líquida prevista, considerando-se cenários viáveis.

8.3 Métodos para identificar o custo de um bem

8.3.1 Método comparativo direto de custo

Identifica o custo do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.

8.3.2 Método da quantificação de custo

Identifica o custo do bem ou de suas partes por meio de orçamentos sintéticos ou analíticos, a partir das quantidades de serviços e respectivos custos diretos e indiretos.

8.4 Métodos para identificar indicadores de viabilidade da utilização econômica de um empreendimento

Os procedimentos avaliatórios usuais com a finalidade de determinar indicadores de viabilidade da utilização econômica de um empreendimento são baseados no seu fluxo de caixa projetado, a partir do qual são determinados indicadores de decisão baseados no valor presente líquido, taxas internas de retorno, tempos de retorno, entre outros.

9 Especificação das avaliações

A especificação será estabelecida em razão do prazo demandado, dos recursos despendidos, bem como da disponibilidade de dados de mercado e da natureza do tratamento a ser empregado.

As avaliações podem ser especificadas quanto à fundamentação e precisão.

A fundamentação será função do aprofundamento do trabalho avaliatório, com o envolvimento da seleção da metodologia em razão da confiabilidade, qualidade e quantidade dos dados amostrais disponíveis.

A precisão será estabelecida quando for possível medir o grau de certeza e o nível de erro tolerável numa avaliação.

Depende da natureza do bem, do objetivo da avaliação, da conjuntura de mercado, da abrangência alcançada na coleta de dados (quantidade, qualidade e natureza), da metodologia e dos instrumentos utilizados.

Os graus de fundamentação e de precisão nas avaliações serão definidos nas demais partes da NBR 14653, guardado o critério geral de atribuir graus em ordem numérica e crescente, onde o grau I é o menor.

NBR 14653-1:2001 9

10 Apresentação do laudo de avaliação

10.1 Requisitos mínimos

O laudo de avaliação deverá conter no mínimo as informações abaixo relacionadas:

- a) identificação da pessoa física ou jurídica e/ou seu representante legal que tenha solicitado o trabalho;
- b) objetivo da avaliação;
- c) identificação e caracterização do bem avaliando;
- d) indicação do(s) método(s) utilizado(s), com justificativa da escolha;
- e) especificação da avaliação;
- f) resultado da avaliação e sua data de referência;

- g) qualificação legal completa e assinatura do(s) profissional(is) responsável(is) pela avaliação;
- h) local e data do laudo;
- i) outras exigências previstas nas demais partes da NBR 14653.

10.2 Modalidades

O laudo de avaliação pode ser apresentado nas seguintes modalidades:

- a) simplificado - contém de forma sucinta as informações necessárias ao seu entendimento;
- b) completo - contém todas as informações necessárias e suficientes para ser auto-explicável.

10.3 Laudo de avaliação de uso restrito

Obedece a condições específicas pré-combinadas entre as partes contratantes e não tem validade para outros usos ou exibição para terceiros, fato que deve ser explicitado no laudo.

ANEXO A

10 NBR 14653-1:2001

Anexo A (informativo)

Referências bibliográficas

- a) Lei Federal nº 3071, de 01/01/1916, principalmente o art. 159 do Código Civil, que regulamenta a matéria de perdas e danos.
- b) Lei Federal nº 4.076, de 23/06/1962, que regula o exercício das profissões de geólogo e engenheiro geólogo e dá outras providências.
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24/12/1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo e dá outras providências.
- d) Lei Federal nº 5.869, de 11/01/1973 e suas atualizações (Código de Processo Civil): Arts. 138, 145 a 147, que dispõem sobre o perito e Arts. 20, 33, 421 a 424, 427 a 429 que dispõem sobre o assistente técnico e o perito.
- e) Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976, art. 8º, que dispõe sobre a avaliação dos bens das sociedades por ações.
- f) Lei Federal nº 6.496, de 07/12/1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e de agronomia e dá outras providências.

- g) Lei Federal nº 8.078, de 11/09/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- h) Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- i) Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940, e suas atualizações (Código Penal), art. 342, referente a afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como perito.
- j) Decreto Federal nº 23.196, de 12/10/1993, que regula o exercício da profissão agrônoma e dá outras providências.
- k) Decreto Federal nº 23.569, de 11/12/1993, artigos 28 a 37 e sua regulamentação, que fixam as atribuições das especializações profissionais do engenheiro, do arquiteto, do agrônomo, do geógrafo e do agrimensor.
- l) Resolução nº 205, de 30/09/1971, do Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CONFEA, que adota o Código de Ética Profissional, do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo.
- m) NBR 6024:1989 - Numeração progressiva das seções de um documento - Procedimento.
- n) NBR 10536:1988 - Estatística - Terminologia.
- o) NBR 10538:1988 - Interpretação estatística de dados - Testes de normalidade - Procedimento.
- p) NBR 11153:1990 - Interpretação estatística de resultados de ensaio - Estimação da média - Intervalo de confiança - Procedimento.
- q) NBR 14037:1998 - Manual de operação, uso e manutenção das edificações.

A legislação societária (Lei 6.404 de 15/12/1976 e alterações introduzidas pela Lei 11.638 de 28/12/2007) estabelece a necessidade da Avaliação de Ativos a valores justos (valor de mercado ou valor em uso) em todos os eventos de Incorporações, Fusões, Cisões, Dissoluções de Sociedades ou *Ajustes de Avaliação Patrimonial* (teste de recuperabilidade ou "*impairment test*" para redução ao valor recuperável, bem como para outras finalidades gerenciais, administrativas, contábeis ou fiscais, sendo estes os principais fatos geradores das avaliações de ativos. Em outras eventualidades, pode se fazer necessária a **avaliação patrimonial** para atender finalidades específicas, tais como:

- 1) - Valor de liquidação com ordem de venda (ou valor de liquidação forçada);
- 2) - Valor para fins de seguro e
- 3) - Vantagem da coisa feita.

Conceitos de bens e propriedades

Um bem pode ser qualquer coisa que tem valor, suscetível de utilização, ou que seja objeto de um direito. Os bens podem ser classificados em:

Bens Tangíveis ou corpóreos

(Identificados materialmente: imóveis; máquinas e equipamentos; culturas agrícolas; móveis e utensílios; instalações, entre outros)

Bens Intangíveis ou incorpóreos

(Não identificados materialmente: marcas; patentes; direitos de uso; fundos de comércio; goodwill, entre outros)

Quanto aos tangíveis, destacam-se os principais:

- a) - Imóveis
- b) - Máquinas, equipamentos e instalações industriais
- c) - Veículos
- d) - Mobiliário e utensílios
- e) - Matérias-primas, insumos e mercadorias
- f) - Infraestruturas
- g) - Instalações
- h) - Recursos naturais
- i) - Recursos ambientais
- j) - Culturas agrícolas
- k) - Semoventes

Quanto aos intangíveis, destacam-se:

- a) - Empreendimentos de base imobiliária, industrial ou rural
- b) - Fundos de comércio
- c) - Marcas
- d) - Patentes

A terra nua e suas benfeitorias são identificadas indistintamente como um bem imobiliário, e sua avaliação utiliza conceitos técnicos e econômicos. Seu valor é decorrência da sua utilidade e/ou da sua capacidade de satisfazer as necessidades, interesses e desejos da sociedade e sofre influências decorrentes das suas qualidades singulares de natureza física, como durabilidade, imobilidade e localização, além das limitações de oferta e procura.

A propriedade é um conceito legal que compreende todos os direitos, interesses e benefícios relacionados com a posse de um bem. A propriedade se integra com os direitos privados que outorgam ao proprietário um ou vários direitos específicos sobre o

que possui. Assim, este tem direito a utilizar, vender, alugar, arrendar, doar ou exercer todos ou nenhum desses direitos.

Os bens móveis incluem objetos que não estão permanentemente aderidos aos bens imóveis e geralmente se caracterizam por sua mobilidade, tais como, móveis, utensílios, máquinas, etc.

Na terminologia contábil, os ativos se classificam em tangíveis e intangíveis. São frutos de immobilizações históricas e investimentos realizados e deles se espera que fluam benefícios econômicos futuros ao empreendimento. Os benefícios econômicos futuros envolvidos em um ativo poderão fluir à empresa em várias formas, seja pelo seu uso individual ou em combinação com outros ativos, para produzir bens ou serviços, ou ainda quando da sua desmobilização, através de substituição por outros ativos ou empregando-os para uma prestação em pagamento. Só devem ser considerados como ativos immobilizados aqueles que se destinam à produção e dos quais se possa esperar benefícios econômicos futuros, que fluirão à empresa.

Os princípios gerais da avaliação de ativos

As variações dos preços dos bens resultam de efeitos específicos e gerais das forças econômicas e sociais ao longo do tempo. As forças gerais podem ocasionar mudanças nos níveis de preços e no poder aquisitivo relativo da sociedade. Forças específicas, tais como a mudança tecnológica em máquinas e equipamentos, planos urbanísticos em imóveis urbanos, podem gerar movimentos na oferta e na procura e ocasionar mudanças significativas nos valores. Muitos princípios reconhecidos são aplicáveis na avaliação de bens. Destacam-se entre eles os seguintes:

Princípio da oferta e procura

Estabelece que o preço de um bem, serviço, ou comodidade varia inversamente com a oferta do item e diretamente com a sua procura. Nos mercados imobiliários, oferta representa a quantidade de imóveis disponibilizados para venda ou locação, em vários preços, num dado mercado e dentro de um período de tempo. A procura constitui o número de possíveis compradores ou locatários procurando tipos específicos de imóveis a vários preços, num dado mercado, dentro de um certo período de tempo. Tradicionalmente, os gráficos de oferta e de procura são representados por duas curvas que se cruzam, indicando um preço de equilíbrio.

Princípio da permanência

Admite que, mantidas as condições do bem e do mercado vigentes por ocasião da avaliação, existe um lapso de tempo em que os preços podem se manter constantes, embora reconheça a variabilidade dos preços ao longo do tempo.

Princípio da proporcionalidade

Segundo o qual dois bens semelhantes, em mercados semelhantes, têm preços semelhantes. Em consequência, as eventuais diferenças de preços serão proporcionais às diferenças entre as características dos bens e dos respectivos mercados. Este é o princípio mais usado no tratamento por fatores, mas que deve ser usado com maior cautela, na identificação das corretas mensurações dessas diferenças.

Princípio da substituição ou da equivalência

Segundo o qual dois bens fungíveis, em mercados semelhantes, têm preços equivalentes, numa certa data. (Bens fungíveis são aqueles que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade. Bens infungíveis são aqueles que, embora da mesma espécie, não podem ser substituídos por outros.)

Princípio da rentabilidade

Segundo o qual o valor de um imóvel que se encontra em exploração econômica é função das expectativas de renda que previsivelmente proporcionará no futuro.

Princípio da finalidade

Segundo o qual a finalidade da avaliação patrimonial condiciona o método e as técnicas de avaliação a serem empregadas. Em consequência, os critérios e métodos de avaliação utilizados devem ser coerentes com a finalidade da avaliação.

Princípio do maior e melhor uso

Segundo o qual o valor de um imóvel que comporta diferentes usos, ou diferentes tipos de aproveitamento, será o que resulte economicamente mais aconselhável, dentro das possibilidades legais e físicas e desde que absorvíveis pelo mercado.

Princípio da probabilidade

Segundo o qual, quando existirem vários cenários ou possibilidades de eleição razoáveis, devem ser escolhidos aqueles considerados como os mais prováveis.

Princípio da prudência

Segundo o qual, são adotados os valores mais conservadores que permitam maior liquidez ao bem. Este princípio é usualmente aplicado nos laudos de avaliação para garantias hipotecárias, de créditos ou empréstimos, coberturas de provisões técnicas de entidades seguradoras e determinação do patrimônio imobiliário dos Fundos de Pensão ou outras situações assemelhadas.

Princípio da transparência

Segundo o qual o laudo ou parecer avaliatório de um bem deve conter a informação necessária e suficiente para sua fácil compreensão e detalhar as hipóteses e documentação utilizadas.

Fonte: IBAPE

18/01/2001

ATIVO IMOBILIZADO

Objetivo

1. O objetivo deste Pronunciamento é determinar o tratamento contábil para o ativo imobilizado. As principais questões na contabilização do ativo imobilizado são: a) a época de reconhecimento dos ativos; b) a determinação dos seus valores nos registros contábeis; e c) o reconhecimento das despesas de depreciação e outras circunstâncias que possam influenciar o momento em que esses valores são levados às contas de resultados.

Princípios Contábeis Aplicáveis

2. Este Pronunciamento requer que um item de ativo imobilizado seja reconhecido como tal, quando ele satisfizer a definição e os critérios de reconhecimento para os ativos, constantes dos

Princípios Fundamentais de Contabilidade.

3. Este Pronunciamento deve ser aplicado na contabilização do ativo imobilizado, exceto quando Princípios Fundamentais de Contabilidade requererem ou permitirem um tratamento contábil diferente.

4. Este Pronunciamento não se aplica a ativos, tais como:

- a. florestas e recursos naturais renováveis semelhantes;
- b. direitos de mineração sobre a exploração e extração de minerais, petróleo, gás natural e recursos exauríveis semelhantes; e
- c. ativos adquiridos em combinação de empresas.

5. Entretanto, este Pronunciamento se aplica ao imobilizado utilizado para desenvolver ou manter as atividades ou ativos mencionados no parágrafo 4, quando passíveis de separação daquelas atividades ou ativos.

Definições

6. Ativo imobilizado objeto deste Pronunciamento compreende os ativos tangíveis que:

- a. são mantidos por uma empresa para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para locação a terceiros, ou para finalidades administrativas; e
- b. conforme a expectativa, deverão ser usados por mais de um período.

7. Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil econômica.

8. Valor depreciável é o custo de um ativo, ou outro valor que figure nos livros em lugar do custo do ativo (tratamento alternativo), menos o seu valor de resgate.

9. Vida útil econômica é:

- a. o período durante o qual se espera que o ativo seja usado pela empresa; ou
- b. o número de unidades produzidas ou unidades semelhantes que se espera sejam obtidas em decorrência da utilização do ativo pela empresa.

10. Custo é o montante pago em dinheiro ou equivalente, ou o valor justo de outra forma de pagamento ou sacrifício econômico para adquirir o ativo na data de sua aquisição ou construção.

11. Valor recuperável é o valor das depreciações de um bem ou grupo de bens do ativo imobilizado que, levado ao custo dos produtos manufaturados ou dos serviços prestados, mediante a utilização desse bem ou grupo de bens, e sendo tais produtos ou serviços objeto da exploração da empresa, serão recuperados mediante a comercialização desses produtos ou serviços, em condições normais de operação e levando em conta razoáveis expectativas futuras, sem causar prejuízos.

12. Valor de resgate é o montante líquido que a empresa espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil, depois de deduzir os custos esperados para vender o ativo.

13. Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, em condições ideais e com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

14. Valor contábil é o montante pelo qual o ativo é reconhecido no balanço, líquido da respectiva depreciação acumulada e de qualquer outra redução de valor de que tenha sido objeto.

Reconhecimento Inicial

15. Um item do ativo imobilizado deve ser reconhecido como um ativo, quando:

- a. for provável que a empresa venha a auferir futuros benefícios econômicos em decorrência da sua utilização, e

b. o custo do ativo puder ser medido de forma confiável.

16. O ativo imobilizado, muitas vezes, representa parte relevante do total dos ativos de uma empresa e, conseqüentemente, é significativo na apresentação da posição patrimonial e financeira. Além disso, determinar se um dispêndio representa um ativo ou uma despesa pode ter um efeito significativo sobre a apuração periódica dos resultados das operações de uma empresa.

17. Ao determinar se um item satisfaz o primeiro critério para reconhecimento, a empresa deve avaliar o grau de certeza sobre o fluxo dos futuros benefícios econômicos, na base da evidência disponível na ocasião do lançamento inicial. A existência de certeza suficiente de que os futuros benefícios econômicos fluirão para a empresa, necessita da segurança de que ela auferirá os benefícios derivados do ativo e assumirá os respectivos riscos. Esta segurança geralmente se concretiza somente quando a propriedade do ativo e, portanto, os riscos e recompensas dele decorrentes ou a ele associados são assumidos pela empresa. Antes que isso tenha ocorrido, a transação para adquirir o ativo pode usualmente ser cancelada sem penalidades significativas e, portanto, o ativo não é reconhecido.

18. O segundo critério para reconhecimento é, de um modo geral, prontamente atendido, pois a transação de troca evidenciando a compra do ativo identifica o seu custo.

19. Ao identificar o que constitui um item separado de imobilizado, necessita-se de julgamento na aplicação dos critérios da definição às circunstâncias específicas ou a tipos específicos de empresas. Poderá ser apropriado juntar itens insignificantes, tais como moldes, ferramentas e matrizes, e aplicar o critério ao valor total. A maioria das peças sobressalentes e equipamentos de serviço é geralmente mantida em estoque e reconhecida como despesa à medida que é consumida. Entretanto, peças sobressalentes principais e equipamento de reserva se constituem em ativo imobilizado, quando a empresa espera usá-los durante mais de um período. Da mesma forma, se peças sobressalentes e equipamento de serviço são usados exclusivamente em um determinado item do imobilizado e espera-se que o seu uso seja intermitente, são contabilizados como imobilizado e são depreciados durante um período que não exceda a vida útil do respectivo ativo.

20. Em certas circunstâncias é apropriado alocar o custo total com um ativo aos seus componentes e contabilizar cada componente separadamente. Tal é o caso em que os ativos componentes têm vidas úteis diferentes e proporcionam benefícios à empresa com um padrão diferente, necessitando, assim, do uso de diferentes métodos e taxas de depreciação. Por exemplo, uma aeronave e seus motores precisam ser tratados como ativos depreciáveis separados se tiverem vidas úteis diferentes.

21. Certos ativos podem ser adquiridos por motivos de segurança ou meio ambiente. A aquisição de tais ativos, embora não aumente diretamente os futuros benefícios econômicos de nenhum bem específico existente do imobilizado, poderá ser necessária para que a empresa obtenha os futuros benefícios econômicos de seus outros ativos. Quando este é o caso, tais aquisições de imobilizado merecem reconhecimento como ativos, visto que permitem que os futuros benefícios econômicos dos ativos sejam percebidos pela empresa, além daqueles que ela perceberia, se aquelas aquisições não tivessem sido feitas. Entretanto, tais ativos são reconhecidos somente na extensão em que o valor contábil desses ativos e dos ativos a que se relaciona não exceda o respectivo montante total recuperável. Por exemplo, um fabricante de produtos químicos poderá ter que instalar certos processos novos para manuseio dos produtos químicos, a fim de cumprir exigências ambientais sobre a produção e armazenagem de produtos químicos perigosos; os aperfeiçoamentos da fábrica são reconhecidos como ativo na extensão em que são recuperáveis, (com geração de lucros) porque, sem eles, a empresa não poderia fabricar e vender produtos químicos.

22. Um bem do imobilizado que satisfaz os requisitos de reconhecimento como ativo deve inicialmente ser avaliado pelo seu custo.

Componentes do Custo

23. O custo de um bem do imobilizado compreende o seu valor de compra, incluindo custos de desembarço alfandegário e impostos não restituíveis sobre a compra, e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições operacionais para o uso pretendido; quaisquer descontos comerciais e abatimentos são deduzidos para chegar ao valor de compra.

Exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

- a. o custo da preparação do local;
- b. custos da entrega inicial e de manuseio;
- c. custos de instalação;

d. honorários profissionais, tais como os de arquitetos e engenheiros; e

e. encargos financeiros incorridos durante o período de construção ou produção.

24. Quando a aquisição de um item do imobilizado (em condições de uso imediato) for financiada, o seu custo é o preço à vista; a diferença entre este valor e o total dos pagamentos é reconhecida como despesa financeira, apropriada nos respectivos períodos de competência.

25. Os custos administrativos e outros custos gerais indiretos não são componentes do custo do ativo imobilizado, a não ser que possam ser diretamente atribuíveis à aquisição do ativo ou à colocação do ativo em condições operacionais.

26. O custo de um ativo de construção própria é determinado usando os mesmos princípios aplicáveis a um ativo adquirido. Se uma empresa fabrica ativos semelhantes para venda no curso normal de suas operações, o custo do ativo é usualmente o mesmo que o custo de produzir o ativo para venda (Pronunciamento Ibracon No. 2 - Estoques). Da mesma forma, os custos de quantidades anormais de desperdício de material, mão-de-obra ou outros recursos, incorridos na produção de um ativo de construção própria, não são incluídos no custo do mesmo.

Permuta de Ativos

27. Um bem do imobilizado pode ser adquirido em troca ou como parte da troca de um bem diferente do imobilizado ou outro ativo. O custo de um bem adquirido nestas condições é o equivalente ao valor contábil do ativo entregue, ajustado pelo montante do numerário ou equivalente recebido ou pago.

28. Um item do imobilizado pode ser adquirido em troca de um ativo semelhante que tenha aplicação semelhante no mesmo ramo de negócio e de valor semelhante. Um item do imobilizado pode também ser vendido em troca de um título de propriedade ou do direito sobre um ativo semelhante que tenha uso e valor semelhantes no mesmo setor de negócios. A contabilização deverá basear-se na evidência documental disponível (notas fiscais, contratos, acordos, etc.). Nesses casos, uma vez que o processo gerador de lucros está incompleto, não se reconhece qualquer lucro ou prejuízo na transação, sendo o custo do novo ativo o valor contábil do ativo entregue. Entretanto, o valor justo do ativo recebido poderá fornecer evidência de uma redução no valor contábil do ativo entregue. Em tais circunstâncias, o ativo entregue é reduzido em seu valor e esse valor reduzido é atribuído ao novo ativo. Exemplos de permutas de ativos semelhantes incluem a troca de aeronaves, hotéis, postos de gasolina e outros bens imóveis. Se outros ativos tais como dinheiro são incluídos como parte da transação de troca, será indicação de que os itens trocados não tinham valor semelhante.

Dispêndios Subseqüentes

29. Dispêndios subseqüentes relativos a um bem do imobilizado que já foi reconhecido devem ser adicionados ao valor contábil do ativo quando é provável que os futuros benefícios econômicos deles decorrentes sejam percebidos pela empresa. Todos os demais gastos subseqüentes devem ser reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

30. Os dispêndios subseqüentes com ativos imobilizados só são reconhecidos como ativo quando o dispêndio melhora as condições do ativo além de ampliar a vida útil econômica originalmente estimada. Exemplos de melhoramentos que resultam em aumento dos futuros benefícios econômicos incluem:

a. modificação de um bem da fábrica para prolongar sua vida útil, ou para aumentar sua capacidade;

b. aperfeiçoamento de peças de máquina para conseguir um aumento substancial na qualidade da produção;

e

c. adoção de novos processos de produção permitindo redução substancial nos custos operacionais anteriormente avaliados.

31. O dispêndio com reparos ou manutenção de ativo imobilizado é incorrido para restaurar ou manter os benefícios econômicos futuros que a empresa pode esperar do padrão originalmente avaliado no desempenho do ativo. Como tal, é usualmente reconhecido como despesa quando incorrido. Por exemplo, o custo de serviços ou revisão da fábrica e dos equipamentos é usualmente uma despesa, uma vez que restaura, em vez de aumentar, o padrão originalmente avaliado de desempenho.

32. O tratamento contábil apropriado para dispêndios incorridos depois da aquisição de um bem do imobilizado depende das circunstâncias que foram levadas em conta na medição e reconhecimento original do respectivo bem do imobilizado e de se o dispêndio subseqüente é recuperável. Por exemplo, quando o valor contábil já leva em conta uma perda nos benefícios econômicos, a despesa subseqüente para restaurar os futuros benefícios econômicos esperados do ativo é ativada, desde que o valor contábil após ativar as

despesas seja recuperável por meio das operações normais da empresa. Esse é também o caso quando o preço de compra de um ativo já reflete a obrigatoriedade ou compromisso de a empresa incorrer em despesa no futuro, necessária para colocar o ativo em condições operacionais. Um exemplo disso poderia ser a aquisição de um edifício precisando de renovação. Em tais circunstâncias, o dispêndio subsequente é adicionado ao valor contábil do ativo, na extensão em que puder ser recuperado pelo uso futuro desse ativo.

33. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado podem precisar de reposição a intervalos regulares. Por exemplo, um forno poderá precisar de revestimento refratário depois de um certo número de horas de uso, ou o interior de uma aeronave poderá necessitar de reposição diversas vezes durante a vida da fuselagem. Os componentes são contabilizados como ativos individuais e separados, porque têm vidas úteis diferentes daquelas dos bens do imobilizado aos quais se relacionam. Portanto, desde que os critérios de reconhecimento no parágrafo 17 sejam atendidos e que a empresa tenha estabelecido o prazo de depreciação, baseando-se na vida útil destes ativos separados (e não do item a que eles pertencem), o dispêndio incorrido na reposição ou renovação do componente é contabilizado como aquisição de um ativo separado e o ativo substituído é baixado dos livros.

Avaliação Subseqüente ao Reconhecimento Inicial

34. Depois do lançamento inicial como ativo, os bens do imobilizado devem ser mantidos pelo seu custo, deduzido da depreciação acumulada e de qualquer outra redução de valor de que tenha sido objeto.

Tratamento Alternativo Permitido

35. O ativo imobilizado pode ser mantido por um valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação, deduzido da depreciação acumulada e de qualquer outra redução de valor de que tenha sido objeto. As reavaliações devem ser feitas com suficiente regularidade, de modo que o valor contábil não seja significativamente diferente daquele que seria determinado usando o valor justo na data do balanço, conforme Pronunciamento Ibracon

No.24 -Reavaliação de Ativos.

Depreciação

36. O valor depreciável de um bem do ativo imobilizado deve ser apropriado numa base sistemática durante a sua vida útil econômica. O método de depreciação usado deve refletir o padrão em que os benefícios econômicos do ativo são consumidos pela empresa. A parcela de depreciação referente a cada período deve ser contabilizada como despesa ou custo, a não ser que seja incluída no valor contábil de outro ativo.

37. À medida em que os bens do ativo imobilizado são utilizados nas operações, o valor contábil do ativo é reduzido para refletir esse benefício econômico, gerando uma despesa de depreciação. A depreciação deve ser registrada mesmo que o valor justo do ativo exceda o seu valor contábil.

38. A diminuição de valor dos bens do ativo imobilizado decorre principalmente da sua utilização (reconhecida por meio de depreciação). Entretanto, outros fatores, tais como a obsolescência tecnológica e o desgaste enquanto o ativo ficar parado, geralmente resultam na diminuição dos benefícios econômicos que se poderia esperar fossem proporcionados pelo ativo. Conseqüentemente, os seguintes fatores devem ser considerados ao estimar a vida útil econômica de um ativo:

- a. o uso esperado do ativo pela empresa, que deve ser avaliado com base na capacidade ou na produção física esperadas do ativo;
- b. o desgaste físico esperado, que depende de fatores operacionais, tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado e o programa de reparo e manutenção, inclusive enquanto não estiver em operação;
- c. obsolescência tecnológica resultante de mudanças ou aperfeiçoamentos na produção, ou mudanças na demanda no mercado do produto ou serviço proporcionado pelo ativo; e
- d. limites legais ou semelhantes sobre o uso do ativo, tais como datas de expiração dos respectivos arrendamentos, permissões de exploração ou concessões.

39. A vida útil econômica de um bem do ativo imobilizado é definida em termos do benefício econômico que a empresa espera obter da utilização desse ativo. A política de administração dos ativos de uma empresa pode incluir a venda dos ativos depois de um determinado período ou depois do consumo de uma certa proporção dos benefícios econômicos incorporados no ativo. Conseqüentemente, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida econômica. A estimativa da vida útil de um bem do ativo imobilizado é uma questão de julgamento baseado na experiência com ativos semelhantes e, portanto, não deve estar vinculada a limites legais para dedutibilidade da despesa com depreciação.

40. Terrenos e edificações são ativos tratados separadamente para fins contábeis, mesmo quando adquiridos em conjunto. O terreno, normalmente, tem uma vida ilimitada e, portanto, não é depreciado. As edificações têm uma vida limitada e, portanto, são depreciáveis. Um aumento no valor do terreno no qual uma edificação está situada não afeta a determinação da vida útil do edifício.

41. Uma variedade de métodos de depreciação pode ser usada para alocar o montante depreciável de um ativo numa base sistemática durante a sua vida útil. O método usado para um ativo é selecionado com base no padrão esperado de benefícios econômicos e deve ser uniformemente aplicado, a não ser que haja uma mudança no padrão esperado de benefícios econômicos derivados desse ativo.

42. A depreciação de um período é usualmente reconhecida como despesa ou como parte do custo de construir ou produzir outro ativo, caso em que os benefícios econômicos decorrentes utilização de um ativo são absorvidos pela empresa na produção de outros ativos. Por exemplo, a depreciação da fábrica e seus equipamentos é incluída no custo dos estoques

(Pronunciamento Ibracon No.2 -Estoques).

Revisão da Vida Útil

43. A estimativa de vida útil de um bem do ativo imobilizado deve ser revisada periodicamente e, se ela for significativamente diferente da anterior, a taxa de depreciação do período corrente e dos períodos futuros deve ser ajustada.

44. Durante a vida de um ativo, poderá tornar-se claro que a estimativa de sua vida útil não é apropriada. Por exemplo, a vida útil pode ser prolongada por dispêndios subsequentes que melhoram as condições do ativo para além do padrão de desempenho originalmente estimado.

Também, mudanças tecnológicas ou mudanças no mercado para os produtos podem alterar a vida útil do ativo. Em tais casos, a vida útil e, portanto, a taxa de depreciação, devem ser ajustadas para o período corrente e períodos futuros.

45. A política de manutenção e reparos da empresa pode também afetar a vida útil do ativo, resultando num prolongamento da vida útil ou num aumento no valor de resgate.

Revisão do Método de Depreciação

46. O método de depreciação aplicado ao ativo imobilizado deve ser revisado periodicamente e, se tiver havido uma mudança significativa no padrão esperado dos benefícios econômicos desses ativos, o método deve ser mudado para refletir a mudança de padrão. Quando tal mudança no método de depreciação é necessária, ela deve ser tratada como uma mudança na estimativa contábil. A despesa de depreciação do período corrente e de períodos futuros deve ser ajustada, para adaptá-la às novas circunstâncias.

Redução no Valor Recuperável

47. O valor contábil de um bem do ativo imobilizado ou de um grupo de bens idênticos do ativo imobilizado deve ser revisado periodicamente a fim de avaliar se o valor recuperável declinou para um nível abaixo do valor contábil. Quando ocorrer esse declínio, o valor contábil deve ser reduzido para o valor recuperável, reconhecendo imediatamente como despesa não operacional o montante da redução. Nos casos em que existir saldo de reservas relativas a reavaliações anteriores desse mesmo bem ou grupo de bens, o valor deverá ser reconhecido como reversão dessa reserva, até o montante que esta for suficiente.

48. O custo ou valor reavaliado de um bem do ativo imobilizado é normalmente depreciado numa base sistemática durante a vida útil do ativo. Se a capacidade de uso de um item ou grupo de itens idênticos diminuir, por exemplo, devido a danos ou obsolescência tecnológica ou outros fatores econômicos, o valor recuperável poderá ser menor que o valor contábil. Em tais circunstâncias, é necessário reduzir o valor contábil do ativo. A redução pode também ser necessária quando um bem do ativo imobilizado ficar ocioso durante um longo período, seja antes de entrar em operação ou durante a sua vida útil econômica.

49. O valor recuperável de um bem ou de um grupo de bens idênticos é determinado separadamente e o valor contábil reduzido à importância recuperável na base do ativo individual ou do grupo de ativos idênticos. Entretanto, poderá haver circunstâncias em que não seja possível avaliar o valor recuperável nessa base, por exemplo, quando todas as máquinas e equipamentos numa fábrica são usados para o mesmo fim. Em tais circunstâncias, o valor contábil de cada um dos ativos é reduzido na proporção do declínio global no valor recuperável do agrupamento de ativos cujo valor recuperável é possível avaliar. Este Pronunciamento não exige nem impede o uso de fluxos de caixa descontados na determinação do valor recuperável.

Baixas e Vendas

50. Um bem do ativo imobilizado deve ser eliminado do balanço por ocasião da baixa ou quando o ativo for retirado permanentemente do uso e não se esperam futuros benefícios econômicos de sua baixa.

51. Ganhos ou perdas decorrentes da retirada ou baixa de um bem do ativo imobilizado devem ser apurados pela diferença entre o valor líquido estimado de venda e o valor contábil do ativo, e devem ser reconhecidos como receita ou despesa na demonstração do resultado. O ativo imobilizado que é retirado do serviço ativo e fica à disposição para venda deve ser mantido pelo menor entre o valor contábil e o valor líquido realizável.

52. Quando um bem do ativo imobilizado for trocado por outro semelhante, nas circunstâncias descritas nos parágrafos 27 e 28, o custo do ativo adquirido é igual ao valor contábil do ativo entregue, não resultando da transação nem lucro, nem prejuízo.

Divulgação

53. As demonstrações contábeis devem divulgar, desde que relevantes, para cada categoria de ativo imobilizado:

- a. as bases de avaliação usadas (quando for usada mais de uma base, o valor bruto contábil para cada categoria deve ser divulgado);
- b. os métodos de depreciação aplicados;
- c. as vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;
- d. o valor de custo e a depreciação acumulada e provisões por diminuição de valor acumulados no começo e no fim do período;
- e. o valor contábil no período de:
 - (i) adições;
 - (ii) vendas;
 - (iii) aquisições por meio de incorporação de empresas;
 - (iv) aumentos ou diminuições do período resultantes de reavaliações e de provisões por diminuição de valor;
 - (v) reduções no valor contábil decorrentes da revisão da vida útil econômica do ativo;
 - (vi) depreciação; e
 - (vii) outras movimentações.

54. As demonstrações contábeis devem também divulgar:

- a. a metodologia usada para determinar o montante recuperável de bens do ativo imobilizado;
- b. a existência e os montantes das restrições sobre a propriedade dos bens, e os bens constituídos em garantia de passivos;
- c. a política contábil para custos de manutenção e reparos relativos a bens do ativo imobilizado;
- d. o montante aplicado em imobilizações em andamento; e
- e. o montante de compromissos assumidos para aquisição de ativo imobilizado.

55. A seleção do método de depreciação e as estimativas da vida útil dos ativos são assuntos que demandam julgamento. Portanto, a divulgação dos métodos adotados e das vidas úteis estimadas ou taxas de depreciação fornece aos usuários das demonstrações contábeis informações que lhes permitem analisar as políticas selecionadas pela administração e fazer comparações com outras empresas.

56. Uma empresa deve divulgar o efeito sobre o resultado corrente de uma mudança significativa nas estimativas contábeis, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade a respeito do ativo imobilizado; tal divulgação pode surgir de mudanças nas estimativas com respeito a:

- a. valores residuais;
- b. custos de desmontagem, remoção, manutenção ou reparos;
- c. vidas úteis; e
- d. método de depreciação.

57. Quando bens do ativo imobilizado forem informados por valores reavaliados, aplicam-se as normas de divulgação constantes do Pronunciamento de Princípios Contábeis Ibracon No.24 - Reavaliação de Ativos.

58. As seguintes divulgações adicionais são recomendadas:

- a. valor contábil de ativos temporariamente paralisados;
- b. valor de custo contábil de quaisquer ativos totalmente depreciados que ainda estejam em uso;
- c. valor contábil dos ativos imobilizados retirados das operações e segregados para venda; e

d. valor justo do ativo imobilizado, se este for materialmente diferente do valor contábil, nos casos em que a empresa utiliza o critério de "custo ou valor de recuperação".

Entrada em vigor

59. Este Pronunciamento substitui o Pronunciamento IBRACON N° VII - Imobilizado e entra em vigor a partir de 1° de janeiro de 2001.

NPC N° 7 - Pronunciamento aprovado pela Diretoria Nacional em reunião realizada em 18 DE JANEIRO DE 2001

ATIVO IMOBILIZADO

1. CONCEITO

O Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens e direitos necessários à manutenção das atividades da empresa, podendo apresentar-se tanto na forma tangível (edifícios, máquinas, etc.) como na forma intangível (marcas, patentes, etc.). O Imobilizado abrange, também, os custos das benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados.

São classificados ainda, no Imobilizado, os recursos aplicados ou já destinados à aquisição de bens de natureza tangível ou intangível, mesmo que ainda não em operação, tais como construções em andamento, importações em andamento, etc.

Ressalte-se que as inversões realizadas em bens de caráter permanente, mas não destinadas ao uso nas operações, deverão ser classificadas no grupo de investimentos, enquanto não definida sua destinação.

2. CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL DAS CONTAS DO ATIVO IMOBILIZADO

As contas no grupo Imobilizado devem ser segregadas por espécie de ativo, segundo a sua natureza, para que possa ter o controle do custo e da depreciação, amortização ou exaustão relativo a cada bem.

Em função dessas necessidades é que cada empresa deve elaborar seu plano de contas, segregando o Imobilizado da seguinte forma:

- a) Imobilizado em operação, que são todos os bens já em utilização na atividade objeto da sociedade;
- b) Imobilizado em andamento, que são classificadas todas as aplicações de recursos de imobilizações, mas que ainda não estão operando.

Quando a empresa tiver filiais ou diversas fábricas e mesmo que a contabilidade seja centralizada, deverá segregar as contas por estabelecimentos, para efeitos de controle e apropriação da depreciação, amortização ou exaustão para fins de custeio.

3. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

3.1 - Terrenos

Nesta conta são registrados os valores relativos aos terrenos de propriedade da empresa e que são utilizados em suas operações, tais como: terrenos onde se localizam a fábrica, a administração, as filiais, os depósitos. Os terrenos sem uma destinação específica devem ser classificados no grupo investimentos.

3.2 - Edificações

Abrange os edifícios que estão em operação, os imóveis ocupados pela administração, fábrica, depósitos, filiais de propriedade da empresa.

Não devem ser incluídos nessa conta os valores relativos às instalações elétricas, hidráulicas, etc., que fazem parte da conta instalações.

3.3 - Instalações

Nessa conta são registrados os equipamentos, materiais e custos de implantação, relativos a instalações hidráulicas, sanitárias, de vapor, de ar-comprimido, de comunicações, de climatização, etc., com a característica de serviços indiretos e auxiliares ao processo produtivo da empresa, que apesar de fazerem parte dos edifícios, devem ser segregadas, uma vez que a sua vida útil e a depreciação são diferentes.

3.4 - Máquinas e Equipamentos

Engloba o conjunto de máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados no processo de produção de bens ou serviços da empresa, ou seja, não são auxiliares, mas diretamente utilizados como base para a realização da atividade da empresa.

3.4.1 - Equipamentos de Processamento de Dados

Incluem-se nessa conta as unidades centrais de processamento, as unidades periféricas, bem como as impressoras e terminais.

No caso dos programas e aplicativos ("software") adquiridos ou desenvolvidos pela empresa, devem ser apropriados ao resultado se o seu valor não for relevante. No entanto, nos casos de grandes sistemas, envolvendo valores significativos, devem ser registrados no Ativo Diferido e amortizado em função dos períodos a serem beneficiados.

3.5 - Móveis e Utensílios

Essa conta engloba os valores relativos às mesas, cadeiras, arquivos, máquinas de calcular, máquinas de escrever, etc., que tenham vida útil superior a 1 (um) ano.

3.6 - Veículos

Classificam-se nessa conta todos os veículos de propriedade da empresa, utilizados pelo pessoal do departamento administrativo, de vendas, ou de transporte. Os veículos utilizados no processo produtivo, tais como empilhadeiras, tratores e similares, podem ser registrados na conta de equipamentos.

3.7 - Ferramentas e Peças de Reposição

As ferramentas de uso na empresa, de vida útil superior a 1 (um) ano, podem ser registradas nessa conta. No entanto, é aceitável a prática de lançar diretamente em despesas as ferramentas de pequeno valor unitário, mesmo quando a vida útil seja superior a um ano.

Nessa conta também são registradas as peças de reposição em estoque destinadas à substituição ou manutenção das máquinas, equipamentos, veículos, etc., classificados no Ativo Imobilizado. Essas peças, quando utilizadas, serão contabilizadas como adição ao imobilizado em operação, e o valor das peças substituídas deve ser baixado dessa conta.

Por outro lado, os estoques mantidos pela empresa, representados por material de consumo, ferramentas e peças que serão utilizados no processo produtivo ou utilizados nas operações normais da empresa, devem ser classificados no grupo de Estoques - Almoarifado, e à medida que são utilizados ou consumidos serão apropriados como custo ou despesa.

3.8 - Marcas e Patentes

Nessa conta são registrados os ativos intangíveis, ou seja, os gastos com registro de marca, nome, invenções próprias ou contratos de uso de marcas e patentes de terceiros.

3.9 - Reflorestamentos e Jazidas

Classificam-se nessa conta custos relativos a projetos de florestamento e reflorestamento de propriedade da empresa, bem como os custos incorridos na obtenção de direitos de exploração de jazidas de minério e pedras preciosas.

3.10 - Benfeitorias em Propriedade de Terceiros

São classificados nessa conta os valores relativos às construções em terrenos arrendados e as instalações e benfeitorias em imóveis alugados, sejam de uso do setor administrativo ou produtivo da empresa, que forem incorporados ao imóvel arrendado, e revertam ao proprietário do imóvel no término do contrato. As benfeitorias serão amortizadas em função da vida útil estimada ou no período de vigência do contrato de locação ou arrendamento, dos dois o menor.

3.11 - Direito de Uso de Linha Telefônica

A aquisição de direito de uso de linha telefônica pode ocorrer através da companhia telefônica ou através de terceiros. No primeiro caso, são emitidas ações a favor do assinante, as quais são classificadas no Ativo Permanente subgrupo Investimentos, quando a empresa tiver a intenção de mantê-las em caráter permanente. Se houver intenção de aliená-las, a empresa deve classificá-las no Ativo Circulante. A diferença entre o valor do depósito obrigatório e o valor das ações é classificada no Imobilizado como "Direito de Uso de Linha Telefônica". No caso de aquisição junto a terceiros, sem o recebimento de ações, o valor da transação é classificado no Imobilizado.

3.12 - Bens do Ativo Imobilizado de Pequeno Valor

A critério da empresa, poderá ser lançado como custo ou despesa operacional o valor de aquisição de bens do Ativo Permanente, cujo prazo de vida útil não ultrapasse 1 (um) ano ou o valor unitário não seja superior a R\$ 326,61 (Art. 301 do RIR/1999 e art. 30 da Lei nº 9.249/1995).

4. IMOBILIZADO EM ANDAMENTO

4.1 - Construções em Andamento

Nessa conta são classificados todos os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a empresa incorrer na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação, quando são reclassificados para as contas específicas do grupo Imobilizado em Operação.

4.2 - Consórcios

São classificados nessa conta os adiantamentos por conta de fornecimento de bens, destinados ao Ativo Permanente, por meio de consórcios antes do recebimento dos mesmos. Quando do recebimento do bem, o

valor constante dessa conta será transferido para uma conta específica do grupo Imobilizado em Operação. Os reajustes do valor das prestações a pagar, após o recebimento do bem, serão reconhecidos contabilmente, tendo como contrapartida a conta de resultado intitulada Variações Monetárias Passivas.

4.3 - Importações em Andamento

Serão registrados nessa conta todos os gastos incorridos desde a assinatura do contrato de câmbio (tais como: fretes, comissões, seguros, impostos não recuperáveis, tarifas aduaneiras, etc.), até o efetivo desembaraço aduaneiro dos bens importados destinados ao Ativo Permanente.

Quando os bens importados forem desembaraçados, será efetuada a transferência dos valores registrados nessa conta para a conta específica, do grupo Imobilizado em Operação.

As variações cambiais passivas ocorridas até a data do desembaraço aduaneiro serão registradas como custo na conta de Importação em Andamento. A partir da entrada dos bens importados na empresa, devem ser registradas como despesa operacional, mediante obediência ao princípio contábil da competência.

4.4 - Custo de Demolições

Nos casos de aquisição de terreno que possui imóveis a serem demolidos, o custo total da aquisição é atribuído exclusivamente ao terreno.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

A base de avaliação dos bens componentes do Ativo Imobilizado é o seu custo de aquisição, ou seja, todos os gastos relacionados com a aquisição dos bens e os necessários para colocá-lo em local e condições de uso no processo operacional da companhia.

5.1 - Bens Adquiridos

No caso de compra, o custo compreende o preço faturado pelo fornecedor acrescido de todos os gastos necessários para poder efetivar a compra e instalar o bem, tais como: frete, seguro, comissões, desembaraço aduaneiro, custos de instalação e montagem, custos com escritura e outros serviços legais e os impostos pagos, exceto quando ensejarem crédito fiscal.

Os valores relativos a encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos, bem como os juros nas compras a prazo de bens do Ativo Imobilizado, não devem ser incluídos no custo dos bens adquiridos, mas lançados como despesas financeiras no resultado ou no ativo diferido, se em fase de construção.

Ressalte-se que perante a legislação do Imposto de Renda (Parecer Normativo CST nº 02/1979), o Imposto de Transmissão na Aquisição de Imóveis pago pela pessoa jurídica na aquisição de bens do Ativo Permanente poderá, a seu critério, ser registrado como custo de aquisição ou deduzido como despesa operacional. No entanto, para efeitos contábeis, tal procedimento não é válido, uma vez que esse tributo faz parte do valor aplicado na aquisição do bem.

5.2 - Bens Construídos

O custo dos bens construídos corresponde aos gastos por aquisição dos materiais aplicados, o da mão-de-obra e seus encargos e outros custos diretos e indiretos relacionados com a construção, incorridos até a data da colocação dos mesmos em atividade.

5.3 - Bens Recebidos em Doação ou Subvenções Para Investimento

No caso de bens recebidos em doação ou subvenção para investimento, sem ônus para a empresa, devem ser contabilizados pelo preço praticado no mercado, a crédito da conta específica de Reserva de Capital (Art. 182, § 1º, letra "d", da Lei nº 6.404/1976).

As demais doações recebidas pela empresa serão apropriadas ao resultado do período como receita.

5.4 - Bens Incorporados ao Capital

Os bens que forem incorporados ao Patrimônio Líquido da empresa para formação do capital social serão registrados pelo seu valor de avaliação, estabelecido por três peritos ou por empresa especializada e aprovado em assembléia geral (Art. 8º da Lei nº 6.404/1976).

6. REPAROS, MANUTENÇÕES E SUBSTITUIÇÃO DE PARTES OU PEÇAS

Os gastos incorridos com melhorias, alterações, recuperações e reparos para manter ou recolocar os ativos em condições normais de uso serão agregados à conta que registra o bem no grupo do Ativo Permanente e depreciados conforme prazo de vida útil previsto, sempre que forem de valores relevantes e aumentarem a vida útil originalmente prevista para o bem. Caso contrário, serão lançados como despesas, à medida que os gastos são incorridos.

Perante a legislação do Imposto de Renda pode ser lançado como custo ou despesa operacional o valor de aquisição de bens para o Ativo Permanente, cujo prazo de vida útil não ultrapasse um ano ou o valor unitário seja inferior a R\$ 326,61 (trezentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos)

(Art. 301 do RIR/1999 e art. 30 da Lei nº 9.249/1995).

7. BENS OBSOLETOS OU SUCATEADOS

Tratando-se de bens obsoletos, sucateados ou totalmente depreciados, deverão permanecer registrados contabilmente, pois a baixa contábil deve ser concomitante à baixa física do bem, ou seja, com sua efetiva saída do patrimônio da empresa, e o valor de alienação, caso haja valor econômico apurável, servirá para apuração da receita eventual ou do valor efetivo da perda.

Fundamentos Legais: Os citados no texto



RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Com base em nossas análises, os resultados da Avaliação do Ativo imobilizado e demonstrados na tabela a seguir em função dos ativos, referenciando-se na data estabelecida para a realização do presente laudo.

Os relatórios completos podem ser vistos na composição deste Laudo.

Valor por categoria		Balancete de 30/11/2016		
		IMOBILIZADO	DEPRECIÇÃO	LÍQUIDO
23.750,00	veículos	151.685,53	143.616,16	8.069,37
26.981,90	máquinas e equipamentos	331.435,37	331.435,37	-
62.037,17	computadores e periféricos	1.527.268,14	1.474.611,08	52.657,06
338.218,39	móveis e utensílios	796.932,44	788.158,90	8.773,54
450.987,46		2.807.321,48	2.737.821,51	69.499,97

Em conclusão, o valor de mercado do Ativo Imobilizado da DECAR Auto Peças base de 31 de março de 2017 é de R\$ 450.987,46 (quatrocentos e cinquenta, oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

Permanecemos à inteira disposição de V. Sas. Para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

Atenciosamente,

Adarnel Peu da Silva
 PCA CONSULTORES & ASSOCIADOS S/S

Adarnel Peu da Silva

Sócio responsável

Samira Mariana Nunes Polastre
 SAMIRA MARIANA NUNES POLASTRE

Engenheira Mecânica